



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

BRUNO BATISTA DA CUNHA

NÃO ESTÁ CHEIRANDO NADA BEM

Condições e efeitos da territorialidade de excluídos, na
condição de catadores de materiais recicláveis, em Be-
lém (PA).

BELÉM
2007





BRUNO BATISTA DA CUNHA



NÃO ESTÁ CHEIRANDO NADA BEM



Condições e efeitos da territorialidade de excluídos, na condição de catadores de materiais recicláveis, em Belém (PA).



BELÉM
2007

BRUNO BATISTA DA CUNHA

NÃO ESTÁ CHEIRANDO NADA BEM

Condições e efeitos da territorialidade de excluídos, na condição de catadores de materiais recicláveis, em Belém (PA).

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia no Programa de Pós-graduação em Geografia. Universidade Federal do Pará.

Área de concentração: Organização e Gestão do Território.

Orientador: Prof. D. Sc. José Júlio Lima.

BRUNO BATISTA DA CUNHA

NÃO ESTÁ CHEIRANDO NADA BEM

Condições e efeitos da territorialidade de excluídos, na condição de catadores de materiais recicláveis, em Belém (PA).

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia no Programa de Pós-graduação em Geografia. Universidade Federal do Pará.

Área de concentração: Organização e Gestão do Território.

Orientador: Prof. D.Sc. José Júlio Lima.

Data da aprovação: 28/09/2007

Banca examinadora:

_____ - Orientador

José Júlio Ferreira Lima
Doutor em Arquitetura
Universidade Oxford Brookes

Gilberto de Miranda Rocha

Doutor em Geografia Humana – USP
Departamento de Geografia – Universidade Federal do Pará.

Edna Maria Ramos de Castro

Doutora em Ciências Sociais – Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, França
Núcleo de Altos Estudos Amazônico – NAEA – UFPA.

BELÉM
2007

Para a minha mãe Celina Cunha, responsável pelo gene geográfico que, recentemente, aflorou em mim; pesquisadora interminável, pertinaz, dedicada à conquista de novos saberes, seus (meus) novos sabores.

AGRADECIMENTOS

A minha esposa Alexandra Cunha e meus filhos Ivan Neto, Alexandre Cunha e Arthur da Cunha, pela paciência, pela tolerância e pelo apoio.

Ao meu orientador, Jota Jota, pela parceria e pelo envolvimento na condução do objeto da minha inquietação.

Ao professor, Gilberto Rocha, simplesmente Giba, pela co-orientação “compulsória”, ao me receber, com intensa freqüência, para os esclarecimentos geográficos e sempre oportunos.

Aos professores e amigos, muito amigos, Lauro Neto e Paulo Pinho pela crença em minha capacidade, pelas palavras sempre motivadoras e pelos sonhos divididos nos intensos momentos vivenciados, sendo, que neste trabalho, há uma parcela do Pepê.

Ao professor Marco Aurélio, motivador deste processo rumo à titulação almejada, além de partícipe fundamental com suas contribuições em etapas importantes deste trabalho.

À Maria Alice, catadora, guerreira, parceira na elaboração deste sonho e a quem este trabalho será entregue na certeza de que lhe fará servidão.

Aos servidores públicos Elvira Oliveira (SESAN), Eduardo (CODEM) e Ivanise (SAGRI), pela disponibilização de material para pesquisa, sempre de forma cortês.

“... o pão nosso de cada dia, nos dai hoje.”

(Jesus Cristo)

RESUMO

CUNHA, Bruno Batista da. **Não está cheirando nada bem.** Condições e efeitos da territorialidade de excluídos, na condição de catadores de materiais recicláveis, em Belém (PA). 2007. 123f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

Estudo realizado no complexo de disposição final formal da Prefeitura Municipal de Belém e seu entorno, objetivando analisar a territorialidade de grupos sociais excluídos, na condição de catadores de materiais recicláveis em Belém (PA) e as ações do poder público que permeiam o quadro atual, a partir da segregação socioeconômica no espaço urbano e sua relação com o lixo, passando pela cartografia da dinâmica do lixo urbano de Belém (PA) e pela análise dos movimentos sociais de catadores, suas potencialidades e fragilidades, propondo interferência nesta territorialidade. Os dados coletados envolvem carga teórica e inserção prática na dinâmica em estudo e as conclusões ratificam um cenário de reprodução do sistema de produção vigente, em uma contextualização de relações de poder muito evidente na territorialidade estudada.

ABSTRACT

CUNHA, Bruno Batista da. **Não está cheirando nada bem.** Condições e efeitos da territorialidade de excluídos, na condição de catadores de materiais recicláveis, em Belém (PA). 2007. 123f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

Research carried out in the complex of final formal waste arrangement of the City of Belém and its neighborhood, planning analyze to the territoriality of social excluded groups, in the condition of catchers of recycled materials in Belém (PA) and the actions of the public power that penetrated the present chart, from the social and economic segregation in the urban space and its relation with the trash, passing for the cartography of the urban waste from Belém (PA) and by the analysis of the social movements of catchers, its potentials and fragilities, proposing interferences in their territoriality. The facts collected involve theoretical shipment and practical insertion in the dynamic in study and the conclusions ratify a setting of reproduction of the current production system, in a contextualization of power relations very evident in the territoriality studied.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1: Dinâmica espacial da segregação, em Belém, adaptada de Corrêa (2005), pelo autor.....	29
Ilustração 2: Circuito do lixo e possibilidades de catação.....	32
Ilustração 3: Nova ordem ao ciclo do produto.....	69
Ilustração 4: Gráfico de origem dos catadores sobre o lixão de Belém (BELÉM, 2001).....	77
Ilustração 5: Gráfico de origem dos catadores sobre o lixão de Belém (cadastro mais recente).	79
Ilustração 6: Gráfico de origem dos catadores, na nossa amostra.....	80
Ilustração 7: Gráfico de motivação dos catadores não-nativos de Belém, para a migração, na nossa amostra.	81
Ilustração 8: Gráfico de mobilidade dos catadores da nossa amostra.	82
Ilustração 9: Identificação visual da mobilidade e deslocamento rumo aos bairros dos catadores.	83
Ilustração 10: Gráfico da origem da mobilidade intra-urbana, destinada aos bairros dos catadores, na nossa amostra.	84
Ilustração 11: Gráfico de mobilidade e fixação, com mobilidade estratificada, de acordo com a nossa amostra.	84
Ilustração 12: Gráfico comparativo entre catadores organizados e não-organizados, dentro da nossa amostra.	88
Ilustração 13: Gráfico do atendimento das necessidades dos catadores, pelas organizações a que pertencem.....	88
Ilustração 14: Gráfico da representação das organizações sociais de catadores, frente ao total de entrevistados, na nossa amostra.....	89
Ilustração 15: Gráfico de percepção do atendimento de necessidades, junto à COOTPA, pelos catadores da amostra.	92
Ilustração 16: Gráfico dos benefícios percebidos pelos catadores da nossa amostra, junto à COOTPA.....	92
Ilustração 17: Gráfico das motivações para o convite à catação de materiais recicláveis, pelos catadores da nossa amostra.	95
Ilustração 18: Dinâmica do material reciclável no Lixão do Aurá e entorno.	96
Ilustração 19: Gráfico da percepção da ação do MNCR, pelos catadores, da nossa amostra.	102
Ilustração 20: Gráfico da percepção da ação do movimento estadual, pelos catadores da nossa amostra.....	102
Ilustração 21: Gráfico das citações dos benefícios atribuídos à PMB, na visão dos catadores da nossa amostra.	114

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: Caminhão compactador.	33
Imagem 2: Fotografias do autor sobre as referências legais, nas ruas de Belém.	49
Imagem 3: Fotografias do autor sobre a disposição de lixo em terrenos baldios ou passeio público, na cidade de Belém.	59
Imagem 4: Fotografias do autor, no Complexo do Aurá.	73
Imagem 5: Fotografias do autor de carrinheiros e depósitos de compradores, pelas ruas de Belém.	86
Imagem 6: Fotografias do autor, do caminhão disponibilizado à Coleta Seletiva, nas ruas de Belém.	90
Imagem 7: Sede da COOTPA, em área interna ao Complexo do Aurá.	91
Imagem 8: Fotografias do autor, da dinâmica no entorno do Lixão do Aurá.	100
Imagem 9: Fotografia do autor, de coletor condominial, disponibilizado pela PMB, em condições precárias.	112

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Bairros da análise da espacialização dos equipamentos urbanos, por amostragem, em Belém.....	37
Tabela 2: Matriz hidrossanitária dos equipamentos urbanos, para os bairros da amostra.	38
Tabela 3: Tipo de pavimentação, por face de quadra, por bairros da amostra.	39
Tabela 4: Disponibilidade de serviços de energia elétrica, por face de quadro, por bairro da amostra.....	40
Tabela 5: Investimentos Públicos, em Belém, por Distrito Administrativos, de 1998 a 2006.	42
Tabela 6: Investimentos no DABEL, no DAENT e consorciados ao DAGUA, de 1998 à 2006. 43	
Tabela 7: Investimentos aportados ao DABEL e ao DAENT e consorciados ao DAGUA, de 1998 a 2006, com alcance municipal.	43
Tabela 8: Investimentos no DABEL, no DAENT e consorciados ao DAGUA, de 1998 a 2006, excluídos os de alcance municipal.	44
Tabela 9: Consumo de embalagens de alimentos, com dados coletados junto a 4 (quatro) empresas com serviço de entrega domiciliar, durante os primeiros 5 (cinco) meses de 2007.....	58
Tabela 10: Número de entrevistados por ano de coleta de dados do cadastro mais recente. ..	78

LISTA DE SIGLAS

ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária	FUNPAPA	Fundação Papa João XXIII
ALBRÁS	Alumínios do Brasil S/A	IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas	INABRA	Instituto Náutico Nacional
CRA	Centro de Reciclagem da Amazônia Ltda.	LEV's	Locais de Entrega Voluntária
CF	Constituição Federal	MNCR	Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis
CNEN	Comissão Nacional de Energia Nuclear	MPEG	Museu Paraense Emílio Goeldi
RIOPEL	Companhia de Aparas de Papel Ltda.	NUMA	Núcleo de Meio Ambiente da UFPA
COSANPA	Companhia de Saneamento do Pará	PT	Partido dos Trabalhadores
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil	PSOL	Partido Socialista
CONAMA	Conselho Nacional de Meio Ambiente	PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
COOTPA	Cooperativa dos Trabalhadores e Profissionais do Aurá	PNSB	Pesquisa Nacional de Saneamento Básico
DABEL	Distrito Administrativo de Belém	PVC	Policloreto de vinila
DABEN	Distrito Administrativo do Bengüí	PS	Poliestireno
DAENT	Distrito Administrativo do Entrocamento	PET	Polietileno tereftalato
DAICO	Distrito Administrativo de Icoaraci	PEAD	polietileno de alta densidade
DAGUA	Distrito Administrativo do Guamá	PEBD	polietileno de baixa densidade
DAMOS	Distrito Administrativo de Mosqueiro	PP	Polipropileno
DAOUT	Distrito Administrativo de Outeiro	PNRS	Política Nacional de Resíduos Sólidos
DASAC	Distrito Administrativo da Sacramenta	PEV's	Pontos de Entrega Voluntária
DNOS	Departamento Nacional de Obras e Serviços	PMB	Prefeitura Municipal de Belém
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuária	PDHC – Aurá	Projeto de Desenvolvimento Humano das Comunidades do Aurá
EPI's	Equipamentos de Proteção Individual	RMB	Região Metropolitana de Belém
CEFET	Federal de Educação Tecnológica	SLU	Secretaria de Limpeza Urbana
FELC	Fórum Estadual Lixo & Cidadania	SECON	Secretaria Municipal de Economia
		SEMEC	Secretaria Municipal de Educação
		SEMMA	Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Belém
		SEGEP	Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão
		SESAN	Secretaria Municipal de Saneamento de Belém
		SAAEB	Serviço Abastecimento de Água e Esgoto de Belém
		UFPA	Universidade Federal do Pará

SUMÁRIO

Introdução.....	15
Capítulo 1: A segregação urbana.....	22
1.1. A cidade e a segregação: da Escola de Chicago à justiça social de David Harvey..	22
1.2. A cidade e a segregação: atores e dinâmicas.....	26
1.3. Diferenciação e especialização.....	30
1.3.1. A especialização dos catadores: a catação pode ser apreçada?.....	31
1.4. As diferenciações espaciais de Belém: um breve ensaio a partir do local de moradia dos catadores.....	34
1.4.1. Cartografia da renda média, em Belém.....	35
1.4.2. A espacialização dos equipamentos urbanos de Belém e os investimentos públicos.....	37
1.4.3. Os locais de moradia dos catadores.....	40
Capítulo 2: As relações do lixo urbano.....	45
2.1. A gestão pública do lixo.....	45
2.1.1. As regulações estadual e municipal.....	48
2.1.2. O Programa Nacional Lixo & Cidadania.....	51
2.1.3. O Decreto 5.940: conquistas e temores.....	51
2.2. O que é lixo: interpretação de suas relações.....	53
2.2.1. O lixo percebido.....	53
2.2.2. Modernidade, produção, consumo e geração de lixo.....	55
2.2.3. A compreensão do circuito do lixo.....	57
2.3. O lixo de Belém e a introdução às evidências de diferenciações locais, na dinâmica do lixo.....	62
2.3.1. A localização dos lixões municipais e o caso de Belém.....	63
2.3.1.1. Os lixões no espaço urbano: uma dinâmica própria.....	66
2.3.1.2. Os lixões enquanto objeto de ações.....	70
2.3.1.3. O lixão de Belém.....	70
Capítulo 3: A territorialidade dos catadores de materiais recicláveis, em Belém.....	74
3.1. A reterritorialização dos excluídos, na condição de catadores de materiais recicláveis.....	74
3.1.1. Desterritorialização e mobilidade dos catadores: o caso de Belém.....	75
3.1.2. Espacialização do lixo e dos catadores: dispersão e concentração.....	84
3.2. Os catadores sobre o lixão e as relações de entorno: a dinâmica do Aurá.....	87
3.2.1. Os catadores organizados, os desorganizados, os articulados não-organizados e os desarticulados.....	87
3.2.1.1. COOTPA: base orgânica e inversão de propósitos.....	90
3.2.2. A reprodução social dos catadores.....	93
3.2.3. A dinâmica da catação no Aurá.....	95
3.2.3.1. As relações de poder no lixão e seu entorno.....	101
3.3. A gestão municipal e os catadores.....	105
3.3.1. Avaliação sociopolítica do Complexo do Aurá: projetos centralizados, acertos e equívocos de gestões de partidos políticos distintos.....	105
3.3.1.1. Biorremediação (Sementes do Amanhã e Coleta Seletiva).....	107
3.3.1.2. Centro de Triagem e Pátio de Compostagem.....	109
3.3.1.3. Análise dos momentos políticos mais recentes.....	110
Capítulo 4: Considerações finais.....	115
Referências.....	118

Introdução

A flexibilização do capital e a modernidade onde este evento se acentua acabam dirigindo não somente as possibilidades de implantação de empreendimentos (fatores locacional, legislativo, logístico, etc), mas também a mobilidade da mão-de-obra pobre, excessiva e contingenciada por este fenômeno. As oportunidades de trabalho, emprego e, até, subemprego, motivam a migração inter-cidades e a mobilidade intra-cidade.

Desterritorializado, este grupo de excluídos sociais vê nesta economia multi-locacional (HAESBAERT, 2004), sempre, oportunidades de vida melhor, no emprego direto ou na ocupação indireta que tais empreendimentos, verdadeiramente, proporcionam.

Para Serna (2007), esta desconcentração de ações, políticas e programas realizados pelos produtores do espaço urbano (empresas, Estado, especuladores imobiliários, proprietários de terra) redundam em concentração da riqueza e aumento das desigualdades. Isto, porque os processos de territorialização e desterritorialização são fruto de reflexões sobre o território, de tal sorte que a desterritorialização, segundo Neves (1994)¹, citado pela autora, “é produto da globalização que tende a desenraizar as coisas, as pessoas e as idéias”. Neste sentido, o território pode ser visto como “jogo de poderes” e a territorialização reflexo das dimensões econômicas, políticas, culturais, ideológicas, “possibilitando uma análise dialética mais consistente da materialidade da luta de classes, no espaço e no tempo”, ou seja, a territorialização está associada ao uso do território (SERNA, 2007).

A segregação na cidade, fruto dessas ações multiterritoriais, onde o capitalismo exerce força modeladora das tipologias e categorias urbanas, possui aspectos relevantes à análise territorial sugerida por Serna (2007), como melhor forma de entender as práticas humanas que envolvem desterritorialização e territorialização, de tal maneira que os excluídos sociais também se ma-

¹ NEVES, Gervásio Rodrigo. Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades (algumas notas). In: SANTOS, Milton e outros (org). Território: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1994.

nifestem no tecido urbano, com aspecto territorializador, contudo mais voltados às oportunidades restritas que lhes são ofertadas pelos demais produtores do espaço urbano, muito embora, ainda assim, se reproduzam. O lixo urbano é, de fato, uma destas oportunidades.

Corroboraram esta contextualização introdutória, Dias (2002) que estuda o perfil socioeconômico de catadores de materiais recicláveis, nas ruas de Curitiba (PR), e evidencia 94% da amostra, com evidências de mobilidade inter-urbana, sendo que 87,5% o fizeram “em busca de trabalho, em função da ausência de oportunidades (postos de trabalho), baixa remuneração ou ainda, falta de perspectiva de melhores condições de vida” (DIAS, 2002, p. 47) e; Barros, Prado e Silva (2005) que nos oferece dados sobre catadores de materiais recicláveis que se valem do lixão de Castanhal (PA) como fonte de renda, remontando a 65% de não-nativos, dentre os quais mais de 25% emigrados de outros estados, que não o Pará.

Desta feita, entender território e sua associação ao espaço urbano passa a ser fundamental para a contextualização do lixo em uma abordagem dentro da Geografia, como ciência cujos princípios nortearão esta análise. Assim, Brunet et al (1993)² *apud* Haesbaert (2004, p. 39) elenca definições de território que julgamos adequáveis ao propósito deste trabalho:

- a) Território seria a “malha de gestão urbana’, de apropriação ainda não plenamente realizada”, ou;
- b) “Espaço apropriado com sentimento ou consciência de sua apropriação”, também;
- c) Uma convergência espacial das noções jurídica, social, cultural e afetiva, naturais do ser humano e, dentre outras;
- d) A idéia de “lugares inter-ligados”.

O caráter materialista que procuramos destacar neste estudo estabelece que território estará determinado pelas relações econômicas ou, pelo

² BRUNET R. et al. 1993. *Lês mot de la Géographie: dictionnaire critique*. Montpellier:Reclus; Paris: La Documentation Française.

menos, pelas de produção e de consumo. Neste sentido, as duas primeiras definições supramencionadas, merecem algum aprofundamento, apesar das demais permearem este trabalho. Desta feita, nos valem de Harvey (1980) para a essência de nossos procedimentos metodológicos, mais precisamente, do que o autor chamou de “aspectos importantes para a compreensão [...] dos sistemas urbanos [...]”. O caráter materialista do autor norteia quatro naturezas de análise.

A natureza da teoria consiste em separar (artificialmente) filosofia e metodologia, com a elaboração de linguagem própria e adequada. Todavia, “há vários tipos de teoria com funções distintas a desempenhar num contexto social, e cada tipo possui procedimentos particulares de verificação ligados a ela” (p. 4) e tal “verificação é conseguida através da prática, o que significa que teoria é prática no sentido decisivo” (p. 4). Ao nos valermos da teoria em Geografia, nos permitiremos utilizar um conjunto de conhecimentos, leis e princípios que nos auxiliem na interpretação da realidade estudada e, para tanto, entendemos conhecimentos como as idéias estruturadas a respeito de um tema; leis, como a “generalização de fenômenos e a construção de um sistema” (TRINIDADE JR., 2006) e; princípios como a fundamentação da teoria.

A natureza do espaço é abordada a partir das práticas humanas e suas distintas concepções de espaço. Algumas determinações históricas, muito embora contemporâneas, interferem na espacialidade, bem como nossa leitura da realidade valoriza o caráter processual, como nos orienta Trindade Jr. (2006).

A natureza da justiça social, composta por observação e valores, onde vale salientar que “para Marx, o ato de observar é o ato de avaliação e separá-los é forçar uma distinção na prática humana que não existe na realidade” (grifo nosso) (HARVEY, 1980, p. 6). Nesta análise, produção e distribuição são importantes porque a justiça social é encarada como algo contingente aos processos sociais que operam na sociedade, o que se torna aplicável à delimitação de nosso trabalho.

Para Villa (2000),

a modernidade trouxe consigo uma noção decisiva na concepção de justiça: em sociedades abertas, com pluralidade de formas de vida e, por conseguinte, de diferentes tradições e culturas, a reflexão sobre justiça não pode se centrar na aplicação aos casos concretos dentro de uma ordem social estabelecida (p. 439).

Tal definição contrapõe-se às tradições gregas e cristãs, se aproxima mais da realidade dialética contemporânea e ratifica a idéia de justiça social mais dependente dos atores e circunstâncias sociais que regedora destes.

Por fim, a natureza do urbanismo: “uma coisa em si mesma” (HARVEY, 1980, p. 7); algo a desvendar aspectos relevantes dos processos sociais, sob a visão de transformações relacionais (envolvendo produção e distribuição, centro e periferia) que constituem um “duro teste [...] para a teoria sócio-geográfica” (p. 8), aliás, pouquíssimo aplicada à problemática do lixo urbano.

Intentamos que nossa abordagem metodológica compreenda os sujeitos envolvidos, bem como a territorialidade, a partir do exercício de catação de materiais recicláveis realizada por excluídos sociais e a gestão, em seu caráter municipalista. Isto nos obriga a não isolar os dados observados.

As questões inerentes aos resíduos sólidos urbanos, por sua vez, estão impregnadas de relações conflituosas. As relações de poder pertinentes à catação de materiais recicláveis e reprodução de indivíduos excluídos socialmente, o caráter locacional da disposição final e as caracterizações urbanas dos bairros mais privilegiados em relação àqueles de menor *status* configuram uma latente segregação. Este quadro, com a pertinente diferenciação tipológica, se apresenta como uma contextualização cidadina que oferece condições muito claras de oportunidades de trabalho associadas ao lixo urbano. A especialização dos catadores os insere neste processo de reprodução da pobreza necessária e motriz do sistema de produção vigente.

A organização social dos catadores, os clamores nacionais, em especial os da chamada Carta de Caxias (MNCR, 2007) – um tratado de pleitos de um grupo com identidade própria –, as carências efetivas de ações pragmatizadas no espaço urbano de Belém e os processos de exploração cíclicos que obedecem, sistematicamente, a idéia de que o capital imobilizado é garantia de

arrocho nos preços de aquisição de matérias recicláveis, são algumas das variáveis que nos ajudam a tentar explicar a complexidade deste labor urbano e como os efeitos da territorialidade dos catadores estão sendo identificados, no palco de operações destas relações polarizadas pelo tal contingenciamento, que nos conduz a perceber o “possuir” e o “não-possuir”, de forma mais intensa, no espaço urbano em que focamos nossa análise.

O poder público municipal – ator produtor desigual do espaço urbano – é, evidentemente, um instituto cujos olhares da pesquisa não poderiam se furtar a observar/analisar. Afora as competências constitucionais e as necessidades de práticas administrativas de gestão popular, a municipalidade, multidisciplinar que é, apresenta-se como a figura com maior número de facetas frente às resoluções (ou proposições de) dos problemas relacionados aos resíduos sólidos, na cidade. Belém se expõe à contradição de oferecer à sua população lei que obriga um sem par de entidades à coleta seletiva, mas que queda-se inerte a sua não aplicação e a temporaneidade de projetos tão louváveis em essência quanto fracos na garantia de efetividade aos ganhos.

Os catadores já são espacializados no urbano de Belém; já se reproduzem e se identificam como categoria³; se territorializam e se oferecem aos conflitos pelo mais básico requerimento da vida humana: a alimentação. A fome e o desemprego são grilhões que aprisionam estes indivíduos à catação desumana – e por que não dizer, sub-humana? – de quinquilharias despejadas por outros, de alimentos desdenhados por outros, de materiais que se destinam à reprodução do capital de outros.

Isto posto, objetivamos, com esta pesquisa, analisar a territorialidade de grupos sociais excluídos, na condição de catadores de materiais recicláveis em Belém (PA) e as ações do poder público que permeiam o quadro atual, a partir da segregação socioeconômica no espaço urbano e suas relações com o lixo. Para tanto teremos que:

³ A função de catação de materiais recicláveis já faz parte do Catálogo Brasileiro de Ocupações, conforme informações do MNCR, em Belém.

- a) Localizar os catadores de materiais recicláveis do Lixão do Aurá⁴ e seu entorno, por seu local de moradia (evidência de segregação urbana);
- b) Espacializar a dinâmica da catação de materiais recicláveis no Lixão do Aurá e seu entorno e analisar a territorialidade de catadores neste processo;
- c) Analisar a organização social dos catadores de materiais recicláveis, suas potencialidades e/ou fragilidades, em Belém (PA), como fator de territorialização;
- d) Analisar as ações dos poderes públicos direcionadas aos catadores de materiais recicláveis (caso existam), contrapô-las as diretrizes do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) e propor intervenções no que se refere à territorialidade.

Acreditamos que a territorialidade dos catadores de materiais recicláveis já é uma expressão urbana de excluídos que precisa ser estudada a partir de seus movimentos na dinâmica da cidade, em especial na disposição final e seu entorno, e que o poder público é artífice tanto desta existência como das ações de cunho social que podem minimizar os impactos correlatos. Creemos, ainda, que este grupo de excluídos sociais é tão forte, enquanto contingente e funções exercidas de caráter coletivo, pois se tratam de agentes de limpeza urbana, embora faltem-lhe formalização; quanto fraco no seu aspecto organizacional, que lhes garante “certa” passividade no processo de territorialização.

Entendemos, também, que a concentração de catadores residindo no entorno do Lixão do Aurá se, por um lado, justifica a concentração de ações no complexo de disposição final de Belém, por outro lado, ratifica um foco muito simplista e insuficiente frente ao contingente de pessoas carentes dos benefícios de ações sociais referentes ao lixo, nos levando a crer que ações setori-

⁴ Local da disposição final formalizada pelo poder público, em Belém.

zadas, relacionadas aos pontos de geração, conduziriam o poder público a um alcance mais distributivo de suas ações, com melhores resultados.

Para o alcance destes objetivos, no intuito de comprovar as hipóteses supramencionadas, organizamos o trabalho em três capítulos teórico-práticos e considerações finais. No capítulo inicial observamos a segregação urbana e como esta variável social esta relacionada à catação de materiais recicláveis. No capítulo seguinte, abordamos as relações do lixo urbano, a partir da percepção de seus atores e o aspecto relacional dos lixões municipais, inclusive o de Belém.

Nosso objetivo é discutido no Capítulo 3, onde é analisada a territorialidade dos catadores de materiais recicláveis através de sua mobilidade, sua dispersão e sua concentração e, suas relações enquanto grupo organizado ou não, entre si, com o poder público e com o mercado que os incentiva à catação. Enfim, analisamos as relações de poder constantes na disposição final de resíduos sólidos de Belém e seu entorno.

Cada capítulo apresenta uma abordagem teórica e um “rebatimento” prático para o caso de Belém.

As fontes de dados locais sobre lixo e condicionamentos urbanos foram privilegiadas. Tomamos como base outras pesquisas anteriores, porém alguns dados não nos satisfizeram, ou por falhas na sua coleta ou por lacunas de conteúdo. Isto nos conduziu a um grupo, mais conciso, contudo, mais aprimorado, qualitativamente, na coleta dos dados que interessa-nos à pesquisa.

Estendemo-nos a outras pesquisas paralelas, voltadas a catadores sobre os logradouros de Belém, ao consumo de embalagens e aos investimentos públicos, cujos dados também ilustram considerações no corpo deste trabalho.

Eis o trabalho.

Capítulo 1: A segregação urbana.

A cidade é um produto histórico-social (CARLOS, 2004). Parece uma afirmação mais conclusiva que introdutória, todavia, oportuna para que entendamos que a cidade é fruto de um processo de ações humanas, ao longo do tempo. Mas, as ações humanas possuem forças distintas, conforme o “poderio” de seus atores e, necessariamente, forças distintas alcançam resultados distintos, ora expressos nas formas diferenciadas expostas na cidade, ora expressos nos grupos sociais característicos.

A idéia de prática humana, para Harvey (1980), é essencial ao estudo do planejamento urbano. Ao concordarmos com isto, tendemos a concordar com Carlos (2004), quando aponta à cidade característica de um presente vivido (tempo antrópico) e ao urbano, suas possibilidades.

É fácil supor que as possibilidades, na cidade, dependerão das forças supramencionadas, isto é, redundarão em segregação. Desta feita, o urbano agasalha, dialeticamente, um par fundamental para que entendamos a dinâmica urbana do lixo, a que nos propusemos contextualizar, neste trabalho. Este par: cidade e segregação.

1.1. A cidade e a segregação: da Escola de Chicago à justiça social de David Harvey.

Braudel (1997) nos apresenta relatos das formações das cidades, na Idade Média européia, muito curiosos e, mesmo sem se ater aos aspectos segregadores, não se furta a nos apresentar a diferenciações, mormente galgadas nos ofícios entre os moradores intramuros e os moradores extramuros⁵. O *status* diferenciador permeava, naquela época, além dos ofícios, a nobreza e a não-nobreza de uma sociedade confusa na transição entre feudalismo e capitalismo, ou melhor, nos primeiros passos do capitalismo, mas já com evidên-

⁵ A cidade medieval, a partir do Séc. XV, passou a possuir uma característica física contundente: o muro. O muro separava os nobres, os religiosos, os mercadores, os médicos dentre outros que moravam dentro das cidades, dos artesãos, industriais e miseráveis do campo que se tornaram miseráveis das cidades, que residiam do lado de fora. As muralhas não eram ferramentas de proteção, mas sim, elementos de segregação econômica e social (BRAUDEL, 1997).

cias de migração de miseráveis do campo às cidades, que hoje credenciamos à flexibilização do capital.

O lixo, ao longo dos períodos medieval e moderno que antecederam a Revolução Francesa e mais precisamente, a já contemporânea Revolução Industrial – e suas revoluções subseqüentes –, era, invariavelmente, assimilável pelo meio ambiente. Mas, com a 2ª Revolução Industrial, isto é, em meados do Século XIX, lixo e segregação social ganham dimensões incalculáveis. Com este marco histórico, uma seqüência contínua de processos de urbanização e industrialização maciços e nocivos ao meio ambiente e à urbanidade.

Se o lixo não mereceu uma abordagem no início das evidências físicas deste processo, as relações sociais e seus aspectos segregadores, ao menos, não seguiram este exemplo. Para tanto, há que se referendar a Escola de Sociologia de Chicago como marco acadêmico do estudo e da aprendizagem da cidade sob seus vieses sociais. Mas por que Chicago?

Chicago era, entre o final do Séc. XIX e o início do Séc. XX, um ícone do contra-senso entre a realidade urbana e a Constituição estadunidense. Chicago, importante cidade do estado norte-americano de Illinois, no nordeste dos EUA, era um perfeito retrato de desigualdades, diferenças e conflitos que a metrópole moderna começava a espelhar para as gerações vindouras (VELHO, 2005).

É perante este cenário caótico que nasce a Universidade de Chicago (1892), donde viria a se destacar no estudo “urbanológico”, sua Escola de Sociologia e Antropologia⁶ (VELHO, 2005). Quando a Escola de Chicago promulgou as primeiras teorizações a respeito do espaço urbano e sua configuração, o fez a partir de estudos sobre indivíduos e sociedades concernentes às teorizações evolucionistas de Charles Darwin⁷. Esta “ecologia urbana” sugerida por Robert Park⁸ era tanto aplicável aos territórios de grupos étnicos, culturais, lingüísticos, religiosos e outros espalhados no espaço urbano de Chicago, visto

⁶ Num primeiro momento ambas as ciências dividiam o mesmo departamento, separadas, somente, em 1929.

⁷ Charles Darwin publicou a *Origem das espécies*, em 1859.

⁸ Trata-se do maior nome da Sociologia estadunidense no início do Séc. XX. Em torno do seu nome foram consolidadas as bases da Sociologia Urbana que influenciam pesquisadores até hoje (CAPEL, 1989).

que premiava competitividade, estabelecimento de espacialidades e motivação capitalista; quanto frágil, ao desdenhar as relações concernentes. Além da competitividade, nos lembra Corrêa (2005), a dominação (melhor adequação de uns ao invés de outros ao meio apropriado) e a sucessão (substituição de um grupo por outro) formam o trinômio do ideário de aplicação da ecologia ao urbano.

Chicago era um mosaico de etnias. Velho (2005) nos cita europeus como italianos, alemães, irlandeses, ingleses, russos e ucranianos dentre outros, além de negros e brancos pobres sulistas (*red necks*) que realmente apresentavam dificuldades de comunicação entre si, como espécies animais distintas, aumentando, na percepção urbana da Escola, as possibilidades de aplicabilidades dos conceitos darwinistas.

Isto posto, entendemos que a Escola de Sociologia de Chicago foi fundamental ao estudo urbanístico, por seu caráter vanguardista. Um início cujas imperfeições demoraram a ser analisadas, tamanhas eram a força de sua compreensão do espaço urbano e a base científica em que se apoiava.

Mas Palen (1975) acaba por diferenciar os ecologistas dos sociólogos através de seus objetos ao ligar os primeiros aos grupos e os demais aos indivíduos. De fato, não é isso que torna a obra de John Palen interessante aos olhares geográficos. Muito embora, ainda refutável no aspecto relacional, Palen (1975), em análise restrita à realidade norte-americana quase que totalmente retratada no Séc. XX, entende que existem *áreas sociais*, com determinados atributos sociais associados a variáveis como posição social, urbanização e segregação. A posição social seria medida através da profissão e nível de instrução. A urbanização de John Palen referia-se a dados exclusivamente familiares, tais como mulheres na família, trabalhando fora de casa ou não, ou ainda número de filhos – algo bastante descritivo e quase nada interpretativo –. A segregação, por fim, mensurava o isolamento dos grupos étnicos. Se pensássemos assim, nosso trabalho não alcançaria a profundidade almejada.

Palen (1975), também, aborda vários fenômenos urbanos como densidades, estilos de vida, religião, comunidades e seus espaços, tipos de

família, mobilidade, moralidade e poder, dentre outros, mas recente-se das relações sociais. Chega a dizer que os fatores usados para distinguir as classes sociais americanas são geralmente os seguintes: “renda, educação, profissão, raça, família e estilo de vida” (p. 213).

Entendemos que segregação e distinção entre classes são mais contundentes, sim, a partir da distribuição de renda. Esta distribuição é que de fato regula a formação sócio-espacial e justifica tipologias e oportunidades de emprego, bem como, a mobilidade intra-urbana e seus ajustamentos. Harvey (1980) explica que a Geografia acabou refém das idéias econômicas que sucederam as teorizações da Escola de Chicago e acabou por trabalhar as relações sob um enfoque liberal equivocado, como se armazenasse informações em “escaninhos” não relacionais do tipo, (a) os ricos podem pagar por distâncias maiores, o que lhe fazem procurar por locais de moradia mais distantes dos centros de emprego e mais amenos frente às conturbações citadinas, (b) os ajustamentos dos indivíduos às mudanças nas cidades se dá com maior facilidade para quem possui maior renda, (c) os grupos econômicos menores alcançam maiores benefícios na estrutura da cidade e, (d) os eixos de ligação seriam suficientes para que os deslocamentos *moradia - local de trabalho* fossem cobertos, dentre outros.

Por certo, não são informações refutáveis numa análise da cidade, contudo Harvey (1980) promulga uma revolução da cidade e da ótica da Geografia sob a formação sócio-espacial. Entende que as relações fragilizam cada vez mais o lado mais fraco e fortalecem mais o lado mais forte. A partir do que chama de organização social territorial da cidade, entende que a justiça social se fará na redução das discrepâncias na distribuição de renda e baseia sua revolução não em um novo modo de produção, mas sim, em um novo modo de integração econômica fundamentado na reciprocidade, ou seja, na transferência de bens, favores e serviços entre indivíduos, como nas sociedades igualitárias de Fride e no comunismo primitivo de Marx.

1.2. A cidade e a segregação: atores e dinâmicas.

Harvey (1972)⁹ *apud* Corrêa (2005) afirma que segregação é diferencial de renda. Seria um grande equívoco entender renda, simplesmente, como a soma algébrica do valor de mercado dos direitos de consumo ou todas as receitas que aumentam o poder de compra sobre os recursos escassos, em uma sociedade. Este diferencial de renda precisa ser entendido como proximidade – ou não – às facilidades urbanas (água, esgoto, arborização, serviços de educação e saúde, etc...), aos crimes, aos serviços ou à infra-estrutura. É imperativo que o diferencial residencial oriundo do cenário de contrastes tipológicos baseado na má distribuição de renda seja interpretado “em termos das relações sociais dentro da sociedade capitalista” (p. 65). Isto implica em entender os efeitos da flexibilização do capital e os atores ativos e passivos na dinâmica urbana segregadora.

A classe dominante ou uma de suas frações, [...], segrega os outros grupos sociais na medida em que controla o mercado de terras, a incorporação imobiliária e a construção, direcionando seletivamente a localização dos demais grupos sociais no espaço urbano. Indiretamente atua através do Estado (CORRÊA, 2005, p. 64).

A classe dominante se espacializa, na dinâmica urbana, com grupos de interesses distintos e por vezes conflitantes, contudo, seja na forma de proprietários de meios de produção, seja como proprietário de terras ou, seja através da especulação imobiliária, tal classe poderosa na adequação dos arranjos urbanos não é única produtora do espaço urbano. À revelia das ações urbanísticas da gestão municipal e, absolutamente, passiva nas ações corporativas de interesse unilateral dos ricos, os excluídos se espacializam de forma própria, em evidências tipológicas de escassez, no mais amplo sentido da estrutura cidadina. Ou seja, os grupos sociais excluídos, também, são atores na produção do espaço urbano (CORRÊA, 2005).

Se, simplesmente, evidenciássemos a dicotomia entre proprietários de meios de produção e a força de trabalho, teríamos várias comprovações de segregação fruto destas relações no espaço urbano, todavia, as barreiras ideo-

⁹ Harvey, David. Society, the city and space-economy of the urbanism. *Resource paper*, 18, Association f American Geographer, 1972.

lógicas, de consumo, de distribuição, de circulação, de acesso e de produção são, indiscutivelmente, executadas a partir de ações do Estado.

No âmbito municipal, as ações segregadoras na cidade são evidentes nas diferenças estruturais associadas à renda. As zonas urbanas de alta renda são mais bem servidas de equipamentos urbanos como pavimentação de vias, abastecimento de água e energia elétrica, iluminação pública, rede coletora de esgoto, coleta de lixo (v. Item 1.4). Estas condições favoráveis à habitabilidade, também, são favoráveis aos empreendimentos comerciais e correlata oportunidade de emprego.

O avanço do valor de uso complexo da terra, isto é, esta representação da cidade na essência da contradição da urbanização (RIBEIRO, 1997) ou a gama de oportunidades oriunda da presença dos equipamentos urbanos não melhora, *ipso facto*, a qualidade de vida dos residentes das periferias para onde se encaminham tais melhorias. Isto se dá porque estas condições favoráveis estão direta e inexoravelmente associadas à renda, o que, gradualmente, expulsa os moradores de menor poder de compra. A terra nestas áreas de transição¹⁰ são alvos inevitáveis de especulação imobiliária e as menores melhorias (via de regra, drenagem pluvial e pavimentação) são suficientes para que o próprio poder municipal recalcule, a maior, as tributações prediais e de propriedade, da mesma forma que concessionárias requalificam seus serviços, substituindo a taxaçoão¹¹ pela tarifaçoão¹². Este breve resumo das modificaçoões provocam ajustamentos na classe aparentemente beneficiada que, passivamente, frente às obrigaçoões pecuniárias da manutençoão de seu imóvel, acabam por apresentar mobilidade e afastamento maior do centro bem servido, prejudicando o nível tipológico de sua (nova) habitaçoão e aumentando seus custos ou tempos de viagem entre moradia e emprego ou ocupaçoão.

Esta mobilidade é retratada por Corrêa (2005) quando procura dar conta deste processo, para as cidades latino-americanas. Valemos-nos da Ilus-

¹⁰ Sugerimos Corrêa (2005) para aprofundamento nas questões que envolvem áreas (ou zonas) de transição, bem como sua transformação em zonas “cristalizadas”.

¹¹ Forma de arrecadação pela prestação de serviço que independe de variações de consumo, geralmente atribuídas a zonas de baixa renda, baixa frequência habitacional (casas de veraneio) ou de consumos médios insignificantes.

¹² Forma de arrecadação pela prestação de serviço atrelada ao consumo.

tração 1 (v. p. 29), adaptada de Corrêa (2005), por acreditarmos, que em Belém, este fenômeno se repete.

Há alguns comentários a serem feitos, a partir da adaptação. Corrêa (2005) chama de **R** apenas as zonas rurais – por conta de uma etapa histórica que preferimos não aprofundar –, mas entendemos que outros municípios urbanizados, também, contribuem para as mobilidades evidenciadas, em Belém. Corrêa (2005) identifica um segundo momento de mobilidade dos locais de amenidades para outros locais mais distantes, contudo, não identificamos, ainda, esta segunda etapa de mobilidade, em Belém, para o caso dos grupos de alto *status*. Para Corrêa (2005), existem uma periferia imediata e uma periferia longínqua, termos que julgamos inadequados à Belém, pelas pequenas distâncias vencidas, o que levou-nos a adaptá-los e chamá-los, respectivamente, de primeira periferia e segunda periferia¹³. Por fim, enquanto a obra de referência cita um movimento, atribuído à segunda etapa de mobilidade, da área **R**, para um ponto de favelização (**F**), não conseguimos identificar este movimento, para a etapa citada, por isso ausente na Ilustração 1. Favelas (ou tipologias habitacionais de baixa renda) são identificadas ao longo das periferias de Belém, sendo que não nos sentimos aptos a afirmar que estariam caracterizadas em uma segunda etapa de mobilidade, senão, dos bairros centrais à primeira periferia. Afirmamos, sim, que a terceira etapa de mobilidade pode ser evidenciada neste trajeto (**R** → **F**).

Enfim, exclusivamente, sobre a terceira etapa de mobilidade, há que se perceber que a movimentação do grupo de baixa renda (grupo de baixo *status*) se multiplica na cidade, contemplando a chegada do interior, a transposição da primeira periferia rumo à segunda e, até, ciclicamente, entre os bairros da segunda periferia. Esta mobilidade foi evidenciada na moradia dos catadores de materiais e é apresentada no Capítulo 3, deste trabalho.

¹³ Atribuímos a este grupo periférico, os bairros do município conurbado de Ananindeua, mais próximos dos limites de Belém. Juntam-se àquele município, os de Marituba, Benevides e Santa Bárbara compõem a Região Metropolitana de Belém (RMB), sendo, que todos os limites continentais da capital paraense são com Ananindeua.

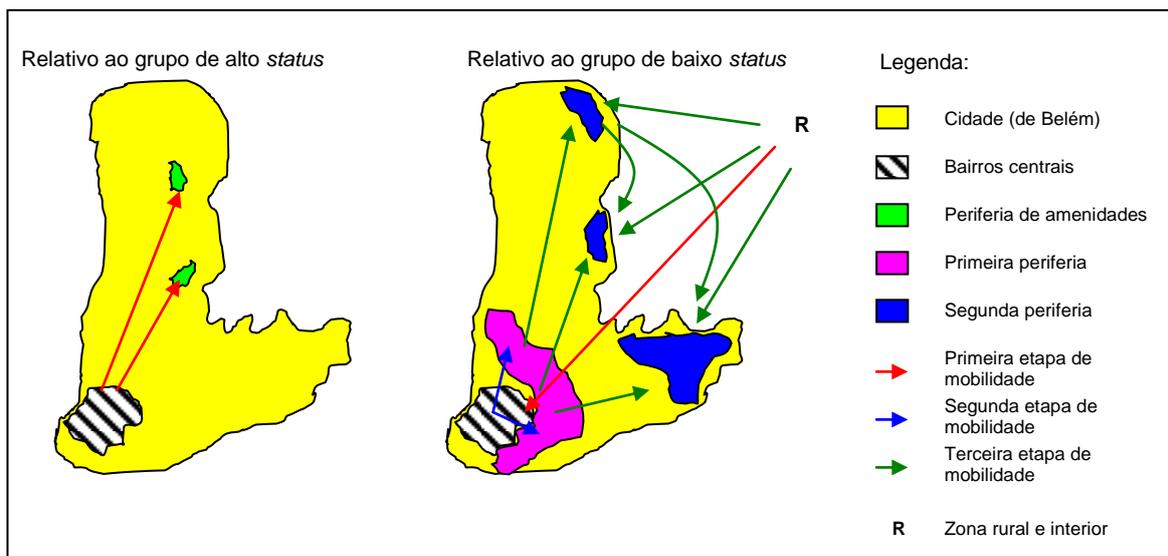


Ilustração 1: Dinâmica espacial da segregação, em Belém, adaptada de Corrêa (2005), pelo autor.

Por outro lado, Trindade Jr. (1996) revisita Milton Santos e nos oferece algumas considerações de extremo proveito para compreender a segregação, no espaço urbano, a partir de suas forma, função, estrutura e processo.

Sem nos ater a maiores detalhes conceituais, temos assim, resumidamente definidos: forma, função, estrutura e processo (TRINDADE JR., 1996).

- a) Forma: objeto ou arranjo de objetos a partir de sua geometria, seu aspecto visível.
- b) Função: atividade exercida na forma.
- c) Estrutura: unidade responsável pelas inter-relações espaciais, ou seja, ambiente que incorpora forma e suas funções. A estrutura é que atribui função e valor às formas urbanas.
- d) Processo: “é a ação contínua que se desenvolve rumo um resultado qualquer” (p. 134), portanto intimamente relacionado às ações do tempo, sua continuidade, suas mudanças e seus reflexos entre passado, presente e futuro.

Falar da *forma* redundante no aspecto tipológico já mencionado, fazendo lembrar que não resumimos a análise formal à residência, mas também às proximidades que caracterizam sua zona de renda característica.

A *função*, dentro do aspecto relacional segregador, está mais intimamente ligada à localização de uma facilidade pública, ao financiamento de uma facilidade pública ou, enfim, à alocação desta facilidade (HARVEY, 1980). Os serviços de saúde, de educação, de cartórios, de assistência ao cidadão e outros que “funcionalizam” a forma são mais densos e acessíveis às zonas de alta renda. Quando estas funções são alocadas em áreas de menor renda, são dimensionadas, via de regra, para um ponto específico da área, aumentando a demanda demográfica pelo serviço, prejudicando – ato contínuo – o nível de eficiência no atendimento dos pleitos envolvidos.

Estrutura: a “mãe” da desigualdade. É através da estrutura idealizada pelas classes dominantes e executada pelo poder público que as desigualdades sociais são evidenciadas no espaço urbano. É através de conceitos estruturais que o valor da terra dimensiona a classe que a ocupará, seja numa zona de alta renda, seja numa zona de baixa renda, seja numa efêmera zona de transição.

Vale lembrar que função e forma são reproduzidas pelas condições estruturais, de tal sorte que – por mais óbvio que seja – quanto mais vulnerável a condição estrutural de determinada área, maiores as carências sociais, habitacionais, ambientais e econômicas.

O *processo* explica a estrutura, no passar dos tempos. Como a característica processual é, essencialmente, capitalista e o urbano é um dos “principais investimentos a mover a acumulação de capital” (DAMIANI, 2003), devemos concluir que os processos, ao buscarem resultados benéficos aos grupos dominantes, aumentam as desigualdades.

1.3. Diferenciação e especialização.

Juntamente com a segregação, outras duas variáveis sócio-geográficas merecem algumas considerações: diferenciação e especialização.

A diferenciação, no espaço urbano, se dá a partir das distinções tipológicas associadas à renda, sob o prisma visto em Harvey (1980), onde a renda está associada às facilidades urbanas e se apresenta como uma contin-

gência capitalista. Corroborando este entendimento, Cardoso (2003), ao mostrar-nos que:

A regulação da produção privada do ambiente construído, aliada ao investimento em infra-estruturas, permitiu uma verdadeira reconstrução das cidades dos países desenvolvidos, baseada em um planejamento racional da distribuição da população e das atividades no espaço, adequando-os aos condicionantes ambientais e às possibilidades de acesso aos mercados de trabalho. Promove-se assim, uma transformação urbana que amplia, em dimensão exponencial, a produtividade das economias urbanas.

A obra aborda, ainda, a questão regimental que justifica este cenário de produção do espaço, muitas vezes, sob o aspecto da irregularidade. Não intentamos penetrar nessa abordagem, contudo, sim, no resultado dessas inferências, onde, ratificamos, em nosso mapa urbano diário, diferenciações tipológicas, de cunho estrutural, à mercê das regulações urbanísticas, pela falta do controle e da fiscalização do poder público e na ação desigual do Estado, frente aos interesses do grande capital.

Segregados e diferenciados, os atores do espaço urbano caracterizam suas ações de produção, reprodução e transformação, a partir de suas particularidades, ou melhor, suas especialidades. O ator especializado reproduz-se mais eficientemente. Com os catadores de materiais recicláveis, não é diferente.

1.3.1. A especialização dos catadores: a catação pode ser apreçada?

Parece-nos óbvio deduzir que os catadores se especializam na função urbana da catação. Muito embora as relações do lixo urbano sejam abordadas no Capítulo 2, é conveniente relatarmos o circuito do lixo para que possamos entender como a catação e o correlato catador aparecem neste circuito, dentro das possibilidades “deixadas” pelo poder público. Todo lixo, desta feita, é gerado, acondicionado, coletado, transportado, tratado e disposto. Este fluxo não é idealizado, pois não nos convém discutir se um acondicionamento é bem ou mal feito, se o transporte é precário ou não, ou se a etapa de tratamento é totalmente alijada do processo. Cabe-nos, sim, ratificar a existência deste fluxo.

Todo lixo deve ser acondicionado por seu gerador. Esta afirmação é inequívoca, tanto para o morador cidadão, quanto para a grande indústria. A

coleta e o transporte¹⁴, por sua vez, variam sua responsabilidade conforme o gerador. Isto se repetirá para o tratamento e a disposição final (BORGES, 2005; MONTEIRO et al, 2001; MACHADO, 2002). Devemos, portanto, centrarmos-nos nas competências municipais, o que nos leva aos lixos urbanos, sejam públicos (provenientes de órgãos públicos, praças públicas, cemitérios públicos, mercados públicos, feiras públicas, logradouros públicos, podas públicas, capinas públicas, varrição de áreas públicas, etc) ou domiciliares (comerciais ou domésticos) (BORGES, 2005).

Quando citamos “possibilidades ‘deixadas’ pelo poder público”, referimos-nos às lacunas operacionais, mais até que as sociais, que o gerenciamento de resíduos sólidos urbanos proporciona. Neste diapasão, os catadores só podem catar no acondicionamento (no local de geração) ou na disposição final.

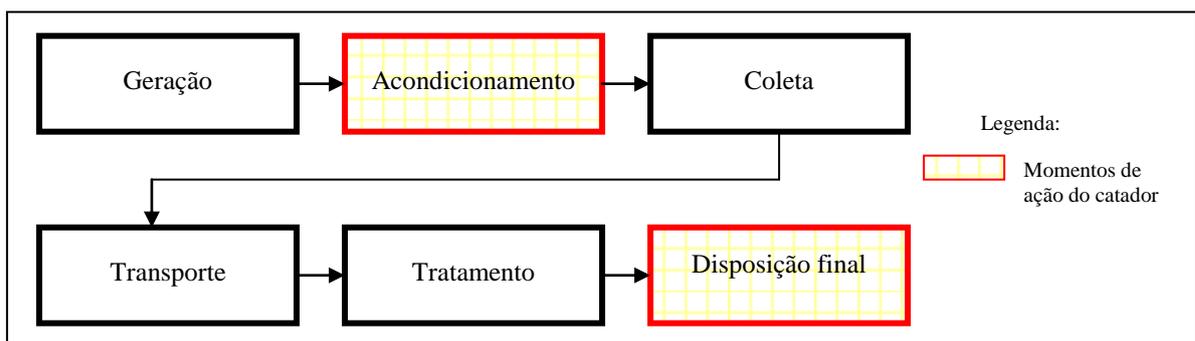


Ilustração 2: Circuito do lixo e possibilidades de catação.

Para catar na etapa do acondicionamento, o catador dispõe-se sobre os logradouros públicos como se competisse com a coleta pública de resíduos, se antecipando a ela (primeira possibilidade). Para catar na etapa da disposição, o catador labora sobre os lixões municipais, local de acúmulo de todos resíduos gerados no espaço urbano (segunda possibilidade).

Na primeira possibilidade, queremos salientar a “competição” citada. Aos olhos do catador assim o é: uma competição. Não interessa ao catador de rua, passar pelos condomínios verticais dos centros das cidades, após a passagem do caminhão coletor. Senão, o que catar? Mas, a grande verdade ob-

¹⁴ Monteiro et al (2001) aborda estas fases como uma só, tamanha sua relação. Preferimos abordá-las como fases distintas, o que nos permite falar sobre coleta seletiva, como etapa intermediária ou sub-etapa da coleta.

servada é que os olhares públicos – mais uma vez sem abordar os aspectos sociais – passam a observar um menor volume coletado. Claro que mais significativo será este benefício à coleta, quanto maior o número de catadores sobre os logradouros. Como em Belém, a coleta se dá conjugada a caminhões compactadores (transporte), de 2 (duas) empresas privadas, havemos que nos questionar se o benefício não acaba sendo maior ao capital que ao próprio poder municipal.



Imagem 1: Caminhão compactador.

Fonte: www.terraplena.com.br

De qualquer forma, a catação sobre logradouros acaba por reduzir o volume de resíduos a ser tratado ou disposto. No caso de Belém, integralmente, disposto. Chegamos à segunda possibilidade, aliás, quantitativamente, mais significativa. Na disposição, a catação é exacerbada e o contingente de catadores sobre os lixões, seguramente, é maior e mais eficiente ao poder público, em relação à redução de matéria com dificuldades de bio-degradação.

A disposição final nada mais é que um espaço urbano apropriado para a resolução de um problema, com data certa para o fim de sua utilização. Esta data, ou melhor, a vida útil da disposição final, está associada às dimensões da referida área, às técnicas de controle e monitoramento (BORGES, 2005) e, é claro, ao volume de material nela disposto, com especial atenção aos resíduos inorgânicos, aos de lenta biodegradabilidade e aos não-biodegradáveis (RODRIGUES e CAVINATTO, 2003).

Os resíduos inorgânicos (vidros e metais ferrosos e não-ferrosos), os resíduos de lenta biodegradabilidade (couro, madeira e tecidos) e os resíduos não-biodegradáveis (borrachas e plásticos) são o foco de catação dos catadores, seja pelo valor econômico auferido pela venda, seja para o uso pessoal, como acontece com os couros e tecidos.

Segundo Rodrigues e Cavinatto (2003, p. 30), os resíduos não-biodegradáveis, por exemplo, “tendem a permanecer indefinidamente nos montes onde foram jogados, a não ser que sejam destruídos por processos químicos, ou por ações físicas, com a dos raios ultravioletas do Sol”.

Nada mais pode-nos obstar a conclusão: a limpeza que o catador exerce sobre os logradouros ou sobre as disposições finais, a partir de sua especialização, são benéficas, operacional e financeiramente, ao gerenciamento urbano dos resíduos sólidos e, por isto, deve ser apreçada, posto que, indubitavelmente, caracteriza-se um valor disposto em favor do poder público municipal. Socialmente, todavia, tal catação, da maneira como se apresenta, deve ser abolida do cotidiano urbano, de tal sorte que esta função urbana de catação, sob aspectos salutaros do ponto de vista da segurança do trabalho e da ocupação funcional, seja incrementada, em um processo lato de coleta seletiva voltado à dupla possibilidade de renda desta classe de excluídos sociais: o preço por coletar (pago pelo poder público, frente à competência do Art. 30, da Constituição Federal de 1988) e o preço de venda.

1.4. As diferenciações espaciais de Belém: um breve ensaio a partir do local de moradia dos catadores.

Intentamos inferir sobre as diferenciações urbanas existentes entre o local de moradia dos catadores a partir de sua espacialização, sem, contudo, aprofundarmos-nos nas questões de mobilidade que serão tratadas, no Capítulo 3. Desta feita, nos valem de uma cartografia interpretativa.

Compõem esta análise espacial de Belém, a renda média de seus moradores, a espacialização de seus equipamentos urbanos e o local de moradia dos catadores, no intuito de que tais informações, quando cotejadas, nos subsidiem com aspectos urbanos muito fortes de integração visíveis, cartográfica-

mente, da catação de materiais recicláveis à pobreza, no sentido mais amplo de diferenciação de renda, descrito por Corrêa (2005), no Item 1.2, deste trabalho de pesquisa.

1.4.1. Cartografia da renda média, em Belém.

Com base no último levantamento demográfico realizado, oficialmente, no território nacional, obtivemos dados para cartografar a renda média do morador da cidade de Belém. Incurremos em limitações, quais sejam: a data do referido censo, o que nos remonta a 2000 e a um salário mínimo (SM) vigente no Brasil de R\$ 151,00 (cento e cinquenta e um reais) e; fator estatístico *média*, que não nos permite eliminar desvios e concentrar valores. Embora mais acurada a análise quando feita sobre os setores censitários, ficamos limitados aos bairros, pois assim é que os catadores são capazes de definir seus locais de moradia, seja pelas mobilidades pretéritas, seja pela fixação atual. Mesmo assim, entendemos que os mapas confeccionados nos oferecem subsídios prestimosos à análise que nos propusemos.

Tais mapas compõem o Anexo Digital¹⁵ deste trabalho e lá estão identificados pelos seus títulos.

- a) Renda média mensal, por bairro;
- b) Número de catadores do Lixão do Aurá, por local de moradia;
- c) Espacialização do comércio mais significativo de materiais recicláveis no Complexo do Aurá e seu entorno;
- d) Mobilidade dos catadores e;
- e) Curva de nível.

No momento, a análise recai sobre a renda média e no mapa correlato podemos inferir algumas observações.

Na menor faixa salarial (até 2 SM's), percebemos um evidente retrato de periferização, com destaque ao bairro do Aurá, com este nome, graças ao

¹⁵ O Anexo Digital está apresentado em CD-ROM.

córrego homônimo que também batiza o lixão de Belém (Lixão do Aurá). Esta periferia mais afastada (segunda periferia) também possui grande representação na faixa seguinte (de 2 a 3 SM's), onde merece destaque o bairro de Águas Lindas, que se configura na área habitada de maior facilidade de acesso ao Lixão do Aurá¹⁶. Curiosamente, já se fazem representados bairros de uma periferia mais central (primeira periferia), como é o caso do bairro da Terra Firme. Ao verificarmos o mapa **Curva de nível**, encontramos, na planialtimetria da capital paraense, uma razão plausível para baixas rendas tão próximas de altas rendas. Tal motivo seriam as áreas de baixada que se alinham às margens do Rio Guamá, onde além do bairro da Terra Firme, encontram-se Universitário, Condor, Jurunas e Guamá, isto é, bairros com maiores propensões a alagamentos pluviais onde a renda mensal não excede 5 (cinco) SM's.

A faixa que compreende renda média entre 3 (três) e 5 (cinco) salários já apresenta bairros mais próximos ao centro da capital paraense, como são os casos de Canudos, Fátima, Telégrafo sem Fio, Jurunas, Guamá e Condor, sendo os três últimos com forte comércio portuário¹⁷.

A boa incidência de comércios justifica grande parte da espacialização da faixa de renda correspondente ao intervalo de 5 (cinco) a 8 (oito) salários mínimos, nos bairros dessa amostra. Já a faixa seguinte (8 a 12 SM's) apresenta o bairro-mãe da história belemense (Cidade Velha) e bairros que caracterizaram a primeira expansão territorial da capital paraense, quando da superação dos limites da sua primeira légua patrimonial¹⁸, também identificada, nos mapas do Anexo Digital. Enfim, a maior faixa de renda (12 a 23 SM's) apresenta-se espelhada na área central de Belém.

Percebemos, ao analisar a cartografia da renda média mensal por bairros, uma significativa redução radial, na cidade de Belém, constatando-se uma evidência latino-americana, conforme se vê em Corrêa (2005).

¹⁶ O acesso rodoviário derradeiro ao lixão do Aurá é feito através do bairro de Águas Lindas, o que provocou um sem par de invasões que hoje caracterizam esta urbanização periférica.

¹⁷ Belém possui um contato com o Rio Guamá e com a Baía de Guajará que envolve razões comerciais, afetivas, históricas e simbólicas muito fortes. Ao longo dos três bairros evidenciados, várias estâncias comercializam tanto matérias-primas que chegam das ilhas e de outras regiões do Estado, quanto produtos de construção civil e outros que partem para as ilhas e localidades com fácil acesso aquaviário.

¹⁸ Primeira projeção delimitada para a expansão de Belém.

1.4.2. A espacialização dos equipamentos urbanos de Belém e os investimentos públicos.

Ao insistirmos em entender que renda extrapola os ganhos auferidos em determinado exercício, temos que entender que a cartografia da renda média nos é insuficiente. Buscando um incremento científico que valide nossa análise, partimos para os equipamentos urbanos de Belém, tendo como base de dados a pesquisa temática realizada pela Companhia de Desenvolvimento Metropolitano de Belém (CODEM), cujos resultados nos fundamentam a interpretação, muito embora, não estejam isentos de críticas construtivas.

No intuito de cotejar a espacialização dos equipamentos urbanos, em razão da renda média, escolhemos bairros que se acomodam em um plano de progressão. Como bairro de maior renda, temos Nazaré, com mais de 22,82 SM's. A menor renda foi evidenciada no bairro do Aurá, com menos de 1,73 SM's, contudo, como pode ser visto no mapa **Número de catadores no Lixão do Aurá, por local de moradia** e no Item 1.4.3, Águas Lindas apresenta o maior quinhão demográfico de catadores, sendo, por esta razão, o bairro escolhido como o de menor renda, para a comparação a que nos propusemos (pouco mais de 2,32 SM's)¹⁹. Os demais bairros intermedeiam a amostra.

Assim, os bairros escolhidos, compõem a Tabela 1:

Tabela 1: Bairros da análise da espacialização dos equipamentos urbanos, por amostragem, em Belém.

Bairros	Renda média aproximada, em SM's (2000).
Nazaré	22,82
São Brás	15,17
Marco	9,17
Pedreira	6,51
Guamá	3,68
Águas Lindas	2,32

Fonte: IBGE

Os Mapas Temáticos que referendam esta análise se encontram no Anexo Digital deste trabalho. A partir deles, tomamos como unidade de representação de equipamentos urbanos, as faces de quadra, de tal maneira que os

¹⁹ Entre Aurá e Águas Lindas figuram outros 10 (dez) bairros, sendo que Cabanagem e Maracacuera apresentam mesma média que Águas Lindas.

valores percentuais a serem dispostos nas Tabelas 2, 3 e 4 referem-se ao número de faces de quadras²⁰ com presença do equipamento, frente ao total de faces de quadra existentes nos bairros, para um levantamento de dados, concluído no ano de 2000.

Para uma primeira análise, compomos a Tabela 2, a partir do que chamamos de matriz hidrossanitária.

Tabela 2: Matriz hidrossanitária dos equipamentos urbanos, para os bairros da amostra.

Bairros	Abastecimento de água (%)	Esgoto sanitário (%)	Drenagem (%)
Nazaré	100,0	50,7	68,1
São Brás	100,0	15,2	61,5
Marco	99,1	100,0	70,4
Pedreira	99,2	58,4	65,8
Guamá	98,3	19,1	14,9
Águas Lindas	71,1	73,4	7,7

Fonte: CODEM

Os dados comparativos expostos na matriz hidrossanitária, em questão, nos fornecem uma avaliação muito positiva do abastecimento de água, contudo, vale salientar que a pesquisa da CODEM aborda uma categoria de abastecimento chamada “Outros”, que nos importa a uma avaliação tão inadequada quanto imperfeita, isto porque, torna qualquer avaliador do instrumento, incapaz de identificar se se tratam de poços (que tipos de poços?), carros-pipa ou qualquer outra fonte a se especificar. Os demais abastecimentos dão conta de serviços públicos do Governo do Estado e da Prefeitura Municipal de Belém (PMB), respectivamente representados pela Companhia de Saneamento do Pará (COSANPA) e pelo Serviço Abastecimento de Água e Esgoto de Belém (SAAEB). Convém, este senão, por conta de todo o abastecimento evidenciado no bairro de Nazaré, por exemplo, ser proveniente da COSANPA, bem como todo abastecimento do bairro de Águas Lindas encaixar-se na categoria “Outros”.

A análise quanto ao esgotamento sanitário sofre da mesma imperfeição, onde temos, como categorias, os serviços realizados pela COSANPA

²⁰ Os temas de Belém foram estudados a partir das faces de quadra e dos lotes. A avaliação por lote apresenta aspectos mais complexos e com maiores dificuldades para a análise genérica que nos propomos nesta etapa do trabalho. As faces de quadra, por sua vez, além de permitir, mais facilmente, o aspecto geral da análise, também facilita uma interpretação matemática, sempre eficaz na abordagem gráfica.

ou pelo SAAEB, o reincidente e vago “Outros” e a ausência do serviço. Exce-tua-se de uma comparação mais contundente ao nosso trabalho, o índice do bairro do Marco. Mais uma vez, há no bairro rico de Nazaré a presença cons-tante dos serviços do Estado – muito embora não alcancem a plenitude – e a ausência dos serviços no bairro de Águas Lindas, onde todo esgotamento sani-tário recai sobre o “Outros”²¹.

A drenagem, apesar de, realmente, figurar como tema associado à água, pode – e assim faremos – ser configurado em uma análise ligada à pa-vimentação, cujos dados compõem a Tabela 3.

Tabela 3: Tipo de pavimentação, por face de quadra, por bairros da amostra.

Pavimentos	Bairros ²²					
	Nazaré	São Brás	Marco	Pedreira	Guamá	Águas Lindas
Asfalto	75,9%	67,0%	62,6%	37,0%	23,0%	1,0%
Poliedro	20,6%	0,0%	14,1%	18,0%	11,6%	0,8%
Paralelepípedo	1,3%	0,6%	2,7%	1,1%	0,0%	0,0%
Piçarra	0,8%	32,1%	17,3%	36,0%	59,5%	81,8%
Outros	1,3%	0,2%	3,3%	7,9%	5,9%	16,3%

Fonte: CODEM

Sugerimos o cotejo entre os dados de drenagem constantes na Ta-bela 2, com a tipologia de pavimentação retratada na Tabela 3, donde pode-mos observar, salvo um desvio de análise para o bairro da Pedreira, que a existência de elementos de um sistema de drenagem pluvial está associada ao asfaltamento das pistas. Isto nos permite afirmar que os moradores do bairro de Águas Lindas, literalmente, “pisam na lama”.

O bairro de Águas Lindas está à mercê de mais uma precariedade urbana, além das supramencionadas (v. Tabela 4).

Não obstante o dado ausente, podemos afirmar que o percentual mínimo de faces de quadras atendidas pelo referido serviço seria o de 81,3%, já que não pode haver iluminação pública, sem energia previamente distribu-ída. De qualquer forma, mais uma vez, temos retratado o déficit urbano do “bair-ro dos catadores”.

²¹ Dificilmente esta categoria escaparia dos sistemas de tratamento primário, reduzido, supomos, aos tan-ques sépticos.

²² Salientamos o destaque para os valores máximos, por bairro, na Tabela 3.

Tabela 4: Disponibilidade de serviços de energia elétrica, por face de quadro, por bairro da amostra.

Bairro	Energia Elétrica	Iluminação Pública
Nazaré	100,0%	100,0%
São Brás	100,0%	100,0%
Marco	99,2%	98,9%
Pedreira	98,4%	97,8%
Guamá	99,2%	98,0%
Águas Lindas	ND ²³	81,3%

Fonte: CODEM

1.4.3. Os locais de moradia dos catadores.

Nossa fundamentação teórica seria necessária e suficiente para que afirmássemos quais seriam os locais de moradia dos catadores de materiais recicláveis, em Belém. Onde se disporm, portanto, aqueles que se valem do Lixão do Aurá como oportunidade de emprego, a partir de sua oportunidade de moradia?

A proximidade ao lixão²⁴, corroborada pelas precariedades de renda média e de facilidades urbanas teladas nos Itens 1.4.1 e 1.4.2, nos permitiria inferir sobre os bairros do Aurá e de Águas Lindas, como aqueles preferenciais à moradia dos catadores que catam sobre a disposição final dos resíduos sólidos de Belém.

No mapa ***Número de catadores no Lixão do Aurá, por local de moradia***, com base em pesquisa realizada pela PMB, em 2001, apresenta um contingente de 450 (quatrocentos e cinquenta) catadores entrevistados, que, então, trabalhavam sobre o lixão municipal.

Analisando o referido mapa, podemos perceber uma mancha quase que única de oportunidade de moradia e oportunidade de trabalho (bairros do Aurá e de Águas Lindas) que rompe distâncias ínfimas, quando tratamos de metrópole, mas, contundentemente, visualizada como área de baixa renda. A urbanização preterida desta periferia atende a todos os preceitos da dinâmica urbana, anteriormente, comentada. De fato, podemos afirmar que há uma atra-

²³ Dado não disponibilizado pela CODEM.

²⁴ O fator locacional que envolvem o lixão de Belém e os bairros de entorno serão abordados no Capítulo 2.

ção bilateral como se as oportunidades de renda verificadas no Lixão do Aurá fossem a melhor alternativa para aqueles moradores vizinhos, bem como aquele quinhão da sociedade fosse o único perfil socioeconômico que se adequasse à tal vizinhança inóspita, mau-cheirosa e infectante (v. Capítulo 3).

Em pesquisa paralela, entrevistamos 15 (quinze) catadores sobre os logradouros do centro e verificamos que se distribuía, quanto ao local de moradias, entre os bairros da Pedreira, do Marco, de Canudos, da Terra Firme, do Guamá e do Jurunas, todos da primeira periferia. Exceção feita à uma ocorrência no bairro do Cruzeiro (norte da cidade).

Quando aportamos nossa pesquisa nos investimentos públicos municipais sobre a malha urbana de Belém, nos deparamos, conforme planilhas disponibilizadas pela Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão (SEGEP), com dados que corroboram as diferenciações teladas neste capítulo.

Primeiramente, como os investimentos foram agrupados por Distritos Administrativos, temos a elucidar, como tais distritos são compostos. Para uma visualização geral, sugerimos o acompanhamento, através do **Anexo I** deste trabalho. De toda sorte, são estes os Distritos Administrativos do Município de Belém:

- a) DABEL – Distrito Administrativo de Belém;
- b) DAENT – Distrito Administrativo do Entrocamento;
- c) DAGUA – Distrito Administrativo do Guamá;
- d) DAICO – Distrito Administrativo de Icoaraci;
- e) DAMOS – Distrito Administrativo de Mosqueiro;
- f) DAOUT – Distrito Administrativo de Outeiro;
- g) DABEN – Distrito Administrativo do Bengüí e;
- h) DASAC – Distrito Administrativo da Sacramenta.

Dos 8 (oito) bairros que compõem o DABEL, 6 (seis) figuram na maior faixa de renda configurada para este trabalho (entre 12 e 23 SM's). São eles, na ordem decrescente de renda média mensal: Nazaré, Reduto, Batista Campos, São Brás, Campina e Umarizal. Aurá e Águas Lindas são 2 (dois) dos 10 (dez) bairros que compõem o DAENT. Com estas informações, entendemos que nossa análise pode ser limitada às comparações entre os 2 (dois) Distritos Administrativos citados.

Em uma visão geral, conforme se vê na Tabela 5, verificamos dificuldades em uma avaliação mais apurada.

Tabela 5: Investimentos Públicos, em Belém, por Distrito Administrativos, de 1998 a 2006.

Distrito	Valor do investimento por modalidade			Total
	FDE ²⁵	OGU ²⁶	Operação de crédito	
Vários	R\$ 16.631.263,28	R\$ 22.954.500,02	R\$ 29.687.550,49	R\$ 69.273.313,79
DAGUA	R\$ 31.680.000,00	R\$ 23.322.301,39	R\$ 1.527.225,22	R\$ 56.529.526,61
DASAC	R\$ 946.000,00	R\$ 37.540.595,52	R\$ 5.819.936,29	R\$ 44.306.531,81
DAENT	R\$ 8.700.000,00	R\$ 16.509.336,78	R\$ 8.859.300,46	R\$ 34.068.637,24
DABEL/DAGUA	R\$ -	R\$ 22.254.847,06	R\$ -	R\$ 22.254.847,06
DABEL	R\$ 5.405.861,00	R\$ 11.922.842,39	R\$ 4.493.000,00	R\$ 21.821.703,39
DAGUA/DAENT	R\$ -	R\$ 12.510.000,00	R\$ -	R\$ 12.510.000,00
DAICO	R\$ -	R\$ 4.189.556,37	R\$ 5.959.445,80	R\$ 10.149.002,17
DAOUT	R\$ 2.597.386,62	R\$ 3.000.631,10	R\$ 3.235.079,82	R\$ 8.833.097,54
DAMOS	R\$ 1.760.000,00	R\$ 3.958.730,81	R\$ 2.234.097,08	R\$ 7.952.827,89
DABEN	R\$ -	R\$ 2.203.662,58	R\$ 1.586.288,41	R\$ 3.789.950,99
Total	R\$ 67.720.510,90	R\$ 160.367.004,02	R\$ 63.401.923,57	R\$ 291.489.438,49

Fonte: SEGEP

Em um primeiro momento, a Tabela 5 nos conduz a uma interpretação contraditória ao que já foi exposto, desde o início deste Capítulo 1, ao apresentar um aporte de investimento de mais de 34 (trinta e quatro) milhões de reais ao DAENT, contra quase 22 (vinte e dois) milhões de reais ao DABEL. Mas a verdade é que não há contradição, mas sim ratificação. Observemos que o DAGUA, por sua disposição geográfica (v. **Anexo II** – Mapa de Investimento por Distrito), divide investimentos, tanto com o DABEL como com o DAENT. Ao planilharmos estes investimentos, temos os seguintes valores aportados.

²⁵ Fundo de Desenvolvimento do Estado

²⁶ Orçamento Geral da União

Tabela 6: Investimentos no DABEL, no DAENT e consorciados ao DAGUA, de 1998 à 2006.

Distritos Selecionados	Total de Investimentos
DABEL E DABEL/DAGUA	R\$ 44.076.550,45
DAENT E DAENT/DAGUA	R\$ 46.578.637,24

Fonte: SEGEP

As informações da Tabela 6 nos permitiriam afirmar que as últimas administrações municipais não diferenciaram ações entre DABEL e DAENT. Entretanto, ao analisarmos todos os aportes financeiros disponibilizados pela SEGEP, verificamos que determinadas obras e serviços alocados no DABEL e no DAENT são ações de alcance municipal, restringindo-se à referência distrital, por uma mera situação geográfica. Desta verificação, realizamos algumas exclusões, no sentido que avaliar os aportes com benefícios diretos ou exclusivos dos distritos analisados.

Tabela 7: Investimentos aportados ao DABEL e ao DAENT e consorciados ao DAGUA, de 1998 a 2006, com alcance municipal.

DAENT e DAENT/DAGUA		DABEL e DABEL/DAGUA	
Ação	Valor	Ação	Valor
Expansão de aterro	R\$ 1.014.930,37	Desenvolvimento institucional da Saaeb	R\$ 3.023.000,00
Bio-remediação	R\$ 8.289.308,97	Desenvolvimento institucional do HBB	R\$ 1.020.000,00
Centro de compostagem	R\$ 661.500,00	Obras da Av. Duque de Caxias	R\$ 5.405.861,00
Célula hospitalar do Aterro Sanitário	R\$ 569.991,49		
Obras da Av. João Paulo II	R\$ 19.227.368,23		
Total	R\$ 29.763.099,06	Total	R\$ 9.448.861,00

Fonte: SEGEP

Percebemos nas 4 (quatro) primeiras ações listadas do DAENT – todas voltadas ao Complexo do Aurá – que os mais de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) ali aportados acabam aparecendo como benefício àquele distrito, quando, sem sombras de dúvidas, tratam-se de ações de benefício municipal, muito embora entendamos que ações de controle ambiental, retratem um alcance imediato do meio ambiente circunvizinho ao Lixão do Aurá. De qualquer maneira, ratificamos que as ações listadas se voltam mais à população belemense que aos residentes dos referidos Distritos Administrativos.

Ao excluirmos estas parcelas elencadas na Tabela 7, acreditamos apresentar o verdadeiro quadro de investimentos comparativos entre DABEL e DAENT, no período disponibilizado pela SEGEP.

Tabela 8: Investimentos no DABEL, no DAENT e consorciados ao DAGUA, de 1998 a 2006, excluídos os de alcance municipal.

Distritos Selecionados	Total de Investimentos
DABEL E DABEL/DAGUA	R\$ 34.627.689,45
DAENT E DAENT/DAGUA	R\$ 16.815.538,18

Fonte: SEGEP

Resta-nos provado que as diferenciações urbanísticas entre as zonas de alto *status* e as zonas de baixo *status* cotejadas neste capítulo acabaram, nos últimos anos, acentuadas, se olharmos pelo prisma dos investimentos aportados por Distrito Administrativo, na cidade de Belém.

Capítulo 2: As relações do lixo urbano.

A segregação urbana implica em uma análise multissetorial dos serviços urbanos (v. Item 1.4.2). Os resíduos sólidos²⁷ são apenas mais um ponto de análise, contudo, como todos os demais equipamentos urbanos, como transporte, distribuições de água e de energia, segurança, coleta de esgotos, etc., se permitem uma interpretação específica, muito embora, jamais isolada do contexto urbano.

Desta maneira, a segregação também é espelhada nas relações constantes na dinâmica do lixo urbano e sua percepção pelos atores envolvidos. Como atores envolvidos, devemos entender o capitalista, o catador e o Estado, sendo este último, o responsável pela agenda política a nortear o tema e suas interferências públicas.

2.1. A gestão pública do lixo.

A linha regimental é crucial para que iniciemos a estrutura explicativa deste capítulo. Contudo, por certo, não temos interesse em fazer resgate histórico-evolutivo do pensamento jurídico-legal sobre resíduos sólidos e, para evidenciar esta intenção, já partiremos pela legislação vigente e por contribuições já formuladas a respeito dela. Claro, que oportunamente, alguma consideração pretérita pode se fazer necessária e, se assim o for, será utilizada, mas sem o intuito de demonstrar algum passo-a-passo da legislação, nas três esferas.

Inevitável, portanto, iniciarmos pela Carta Magna de 1988. Se por um lado, o direito urbanístico e o direito ambiental – as duas cadeiras que Rodrigues (1998) associa à questão do lixo urbano²⁸, com a qual concordamos –, ou ainda, como dispostos no índice temático constitucional sobre os verbetes respectivos de “Política Urbana” e “Meio Ambiente”, apresentaram saltos substanciais de regulação, por outra banda, temos que supor, por mais que nossa

²⁷ Resíduos sólidos podem ser resumidos como o lixo que ainda possui servidão, muito embora a sinonímia entre os termos é aceitável na pesquisa científica (RODRIGUES E CAVINATTO, 2003).

²⁸ Assim como Arlete Moysés Rodrigues, entendemos que questão, problema ou problemática é mesma coisa e usaremos esta liberdade.

suposição se apresente bem fundamentada, que a questão do lixo pode ser encaixada “aqui ou ali”, já que não é evidenciada no texto constitucional. Se ainda procurássemos por saneamento ambiental, ou “Saneamento Básico” como telado na CF (Constituição Federal), nos depararíamos com uma abordagem, essencialmente, voltada e associada aos ditames da saúde pública e não verdadeiramente ao urbanismo ou ao meio ambiente.

Do exposto, surgem dois caminhos de “procura pelo lixo” na maior de nossas leis. O primeiro que nos remonta a ausência de lei que regulamente artigos específicos, já que o lixo não goza desta especificidade. O segundo é o que nos obriga às “suposições fundamentadas” que citamos há pouco.

Quanto ao primeiro caminho, nos depararemos na ausência impositiva da criação imprescindível de uma Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), atualmente restrita a um relatório preliminar²⁹, em discussão entre vários setores da sociedade. Se entendermos política como o “conjunto de negócios do Estado” e sua maneira de conduzi-los (KOOGAN E HOUAISS, 1995), ou ainda, como elemento jurídico da gestão, a ausência de tal documento legal nos permite afirmar que não há diretriz federal para que unidades federativas, Distrito Federal e municípios legislem sobre o tema, não havendo, assim, conseqüentemente, obrigatoriedades e responsabilidades que seriam fundamentais para o norteamento jurídico das esferas inferiores.

Enveredando pelo segundo caminho, “achamos” o lixo nos seguintes artigos (BRASIL, 1988):

a) Artigo 23, que versa sobre as competências comuns entre as três esferas, podendo alocar nosso tema nos incisos VI e IX, com os respectivos textos:

a. proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas (grifo nosso) e;

²⁹ Não podemos discorrer sobre um relatório preliminar, pois nossas avaliações passam a ser, extremamente, especulativas. Sem valor de lei, lei não há.

b. promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico³⁰ (grifo nosso);

b) Artigo 30, sobre o que compete ao município, destacamos os incisos I e VIII:

a. legislar sobre assuntos de interesse local³¹ (grifo nosso) e;

b. promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;³²

c) Artigo 182, regulamentado pelo Estatuto das Cidades (BRASIL, 2002), porque lixo urbano é problema urbano e;

d) Artigo 225, que fala sobre meio ambiente. Neste caso, incluímos, deliberadamente, o lixo, porque realmente entendemos que haja na questão dos resíduos sólidos urbanos, uma problemática ambiental, apesar de nada a respeito aparecer telado neste artigo.

Cumprida a etapa constitucional de nossa investigação, ainda, na esfera federal, partiremos, superficialmente, para os casos explícitos. Neste momento, nosso fulcro regimental está em normas e resoluções da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), no Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e na Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN). Estes organismos contribuem com elementos de definição, precauções, procedimentos e diretrizes no trato e no tato com o lixo, mas nunca voltadas aos aspectos sociopolíticos que permeiam este trabalho, muito embora estas organizações técnicas sejam fundamento teórico latente para a composição e/ou discussão de uma futura PNRs.

³⁰ As questões de poluição e de saneamento básico serão mais bem discutidas, em breve, ainda nesta obra. No momento o objetivo é simplesmente o já explicitado no corpo desta peça.

³¹ Esta abordagem, onde o lixo urbano deve ser entendido como “assunto de interesse local” é basilar para a existência do nosso trabalho.

³² O controle do uso do solo está associado ao que foi visto no Capítulo 1.

De forma geral, a ausência da PNRS é o contraponto político que nos impede de crer que haja algum interesse legislativo em criar este elemento de gestão e planejamento capaz de regular as ações e as relações constantes das territorialidades envolvidas com os resíduos sólidos urbanos, neste país.

2.1.1. As regulações estadual e municipal.

Na esfera estadual, o Pará não possui Política Estadual de Resíduos Sólidos. Muito embora, fosse interessante e importante o “norte” de uma política nacional, como vimos, inexistente, não podemos entender que esta seja a justificativa para tal unidade federativa não gozar de instrumento gestor legal para o tema. O Estado do Ceará o fez, com a Lei nº 13.103, de 24 de janeiro de 2001. O estado fluminense também. Lá a Política Estadual de Resíduos Sólidos é disposta sob a Lei nº 4.191, de 30 de setembro de 2003. Há mais: a Lei nº 12.300/2006 dispõe sobre a política paulista e a Lei nº 12.008/2001, sobre a pernambucana. A política catarinense está na Lei nº 13.557/2005. Espírito Santo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Piauí e Alagoas estão próximos de criar ou regulamentar suas políticas estaduais. Minas Gerais, estado vanguardista em legislações ambientais, ainda está em fase de discussão do seu projeto de lei, com os setores envolvidos.

Por outro lado, a Política Estadual de Meio Ambiente (Lei nº 5.887, de 09 de maio de 1995) versa em vários de seus capítulos sobre os resíduos sólidos, em seus aspectos associados à poluição do solo, seu transporte e disposição final dentre outros. Todavia, cega-se às questões socioeconômicas, como, aliás, não seria seu propósito primaz.

No município de Belém, não há regulamentação direta.

São leis belemenses sobre o tema (NUMA, 2007): Lei nº 7.597/1992, que disciplina a obrigatoriedade das empresas limpa-fossas de determinarem o local de despejo dos dejetos recolhidos; a Lei nº 7.631/1993, responsável por tornar obrigatória a coleta seletiva do lixo nas Escolas Públicas, Hospitais, Restaurantes, Supermercados, Feiras, Mercados, Grandes Lojas, Praias, Lavadouros Públicos; a Lei nº 7.917/1998, que dispõe sobre a criação do Programa "Cidade Limpa Povo Sadio"; a Lei nº 7.954/1999, dispondo sobre a co-

locação de lixeiras nos passeios públicos e; a Lei nº 8.014/2000, que dispõe sobre a coleta, transporte e destinação final de resíduos sólidos industriais e entulhos em aterros sanitários ou em incineradores municipais não abrangidos pela coleta regular, isto é, sobre os resíduos de fontes especiais.

Parece-nos óbvio que, na existência de uma Política Municipal (ou Metropolitana) de Resíduos Sólidos, estas leis seriam programas ou regulamentações específicas de artigos daquela política. Entretanto, convém alertar quanto a mais que decenal Lei nº 7.631, de 24 de maio de 1993, regulamentada, sessenta dias depois. Há quase quinze anos o município de Belém possui uma norma curta (com cinco artigos) e direta, suficientemente necessária, posto que obriga a coleta seletiva, nas entidades citadas, contudo, seu poder executivo não fez-lhe prática, pela ausência de fiscalização.



Imagem 2: Fotografias do autor sobre as referências legais, nas ruas de Belém.

De qualquer forma, a PMB prefere recorrer ao código de postura e a lei federal contra crimes ambientais, conforme se vê na placa retratada na Imagem 2.

Mas, aparentemente, esta prática não é suficiente. Aliás, tal prática não consegue, sequer, ser eficiente como podemos perceber nas fotografias 2 e 3, na Imagem 2.

Tantas leis e pouco conhecimento, como se percebe na Fotografia 4 da Imagem 2, quando a placa, muito provavelmente, disposta por ação particular, invoca a lei referente às fontes especiais.

Há, ainda, contudo, vários projetos e idéias de gerenciamento integrado, inclusive de alcance metropolitano. A Academia, também, contribui, neste sentido. O Governo do Estado, na alocação de responsabilidades de pendências ambientais aos municípios da Região Metropolitana de Belém – é noticiado – tem-se postado como o mediador das intenções e o provocador para o saneamento de pendências, quais sejam, que impediriam um grande consórcio para a metrópole e para as soluções inerentes a esta problemática. Há outro problema nestas intenções. O que fazer com os catadores que vivem do Lixão do Aurá em uma eventual transposição da disposição final, na condição de aterro sanitário, por exemplo, para o Município de Benevides³³? As intenções se alinham a um dos objetivos do Programa Nacional Lixo & Cidadania, que versa sobre a erradicação dos lixões, recuperação das áreas degradadas pela disposição final errônea e a implantação de aterros sanitários. Só que este processo, alerta Abreu (2001) deve ser acompanhado por ações em que os catadores trabalhem “de forma digna, com melhores condições de trabalho, maior produtividade e melhores rendimentos”.

As ações governamentais metropolitanas, portanto, estão proibidas de excluir os catadores deste processo – afirmamos –.

³³ Esta nossa suposição quanto à Benevides baseia-se, por conhecimento de causa na ponderação entre volume de resíduos gerados por distância cumprida até a disposição final, entre os cinco municípios metropolitanos (Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides e Santa Bárbara, somando a distante e belemense Ilha do Mosqueiro), este seria aquele onde encontraríamos um melhor “centro de gravidade”.

2.1.2. O Programa Nacional Lixo & Cidadania.

Completa o tripé de intenções objetivadas pelo Programa Nacional Lixo & Cidadania, segundo Abreu (2001), (a) a erradicação do trabalho de crianças e adolescentes com o lixo e (b) a inserção socioeconômica dos catadores, suportada por capacitação e fortalecimento de programas como a coleta seletiva.

O Programa data de 1999, resposta ao ingresso da Unicef, na questão, quatro anos antes. Seus objetivos norteiam todas as ações, contudo, a mais eficiente garantia, no nosso entendimento, esta focada na criação dos fóruns municipais.

Para Abreu (2001, p. 39), o Fórum Municipal trata-se do articulador local imprescindível ao processo de alcance dos objetivos do Programa. Para a autora:

Os fóruns municipais Lixo & Cidadania estão na ponta do processo, na gestão direta dos problemas e das soluções. Essa instância municipal, com apoio dos fóruns nacional e estadual [...], é responsável pela formulação e implantação dos projetos locais, devendo garantir um processo de gestão participativa do lixo que enfrente os problemas de degradação ambiental e social relacionados à geração de lixo no município.

O Estado do Pará possui seu Fórum Estadual Lixo & Cidadania (FELC), com sede no Instituto Náutico Brasileiro (INABRA)³⁴, com o apoio habitual do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), porém, sem reflexos positivos para a capital. Belém, nem fórum possui.

2.1.3. O Decreto 5.940: conquistas e temores.

Em janeiro de 2003, catadores do Brasil, Argentina e Uruguai se reuniram, sob a organização do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), em Caxias do Sul (RS), em congresso específico que redundou em 18 (dezoito) compromissos do Movimento. Tais compromissos, quase todos voltados para a luta por conquistas sociais e políticas, refletem, fortemente, a caracterização de excluídos, que ora fazemos. Argumentavam

³⁴ Entendemos que os serviços do INABRA são tão bons quanto isolados.

sobre benefícios previdenciários, políticas públicas a eles direcionadas, criação de organizações sociais, fortalecimento do movimento e outros que compõem o quadro que relatamos. Os compromissos foram chamados de “Carta de Caxias”.

Percebemos que organização, ainda, é um clamor do MNCR e o Decreto 5.940, de 23 de outubro de 2006, direcionado aos órgãos das administrações direta e indireta federais, para que gerenciem, implantem e acompanhem o envio de materiais recicláveis descartados às cooperativas e associações de catadores, devidamente estabelecidas, é um ganho tão significativo quanto temeroso. A coleta seletiva solidária, nome dado ao processo regido por este decreto, nos anima pelo comprometimento político com a causa, mas nos assusta pela ratificação da condição de catador, o que cada vez mais, vemos como uma vestimenta inexorável a agasalhar estes excluídos: o decreto define coleta seletiva solidária e materiais recicláveis, mas omite-se quanto ao termo “catador”. Parece-nos, mais intensamente, que as ações políticas se baseiam na opção pela catação e não nas circunstâncias que conduziram esses homens, mulheres e crianças à catação.

Indiscutivelmente, é uma conquista. Mas, o decreto em voga centra-se no benefício a entidades compostas, exclusivamente, por catadores, o que pressupõe organizações sólidas e bem administradas financeiramente, com aspectos ligados aos recursos humanos bem estabelecidos e sustentáveis, como se toda a etapa de capacitação prevista num dos objetivos do Programa Nacional Lixo & Cidadania, já estivesse cumprida, o que bem sabemos não ser verdade. Parece-nos, nesta contextualização, mais uma exclusão, dentro da exclusão.

Outra observação que fazemos volta-se para os critérios que a administração pública federal, direta ou indireta, teria para a escolha da entidade beneficiada. Trata-se de um aspecto gerencial precioso quando a quantidade de organizações é grande, o que não acontece, em Belém. Desta feita, para a capital paraense, havia que ser tomada uma etapa anterior à implantação da coleta seletiva solidária, a de organizar, capacitar e adequar a organização social de catadores para que as inúmeras unidades federais, com sede em Belém,

pudessem difundir mais o alcance dos benefícios, dentro dos rigores decretados.

Como a ação é fechada aos prédios federais, entendemos que somente instituições federais de ensino seriam capazes que cumprir esta etapa omissa no decreto, quais sejam, para o caso de Belém, o Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET) e a Universidade Federal do Pará (UFPA). Esta etapa de capacitação concluída corroboraria os intentos da Carta de Caxias e ajudaria, como forma de pressão organizada, no cumprimento da lei municipal que obriga a coleta seletiva em várias unidades geradoras, como vimos no Item 2.1.1.

2.2. O que é lixo: interpretação de suas relações.

Abordar o lixo urbano, como elemento de pesquisa, ficou, no decorrer das últimas décadas, restrito aos olhares das engenharias civil e sanitária e, mais recentemente, da ambiental. As definições e classificações dos resíduos sólidos advêm do empenho destas ciências tecnológicas em câmaras técnicas, seja do CONAMA, da ABNT ou da ANVISA, contudo, o acréscimo das questões econômicas, sociológicas e geográficas, consubstancia a compreensão mais relacional sobre o que é lixo.

2.2.1. O lixo percebido.

Tomaremos a percepção do lixo urbano, a partir de aspectos listados por Brasil (1991) e visões mencionadas por Pereira Neto et al (1993)³⁵ *apud* Santos (2000), por entendermos, que, com terminologias distintas, ambas as obras abordam focos de “impressionante” similitude, com óticas diametrais.

Os aspectos **sanitário e estético e de bem-estar**, listados em Brasil (1991), e ali associados à redução dos efeitos adversos da ação dos agentes físicos, químicos e biológicos do lixo³⁶ sobre a saúde pública, bem como

³⁵ PEREIRA NETO, João Tinoco et al. Resíduos urbanos domiciliares: um paradoxo da sociedade moderna. In: 17º Congresso brasileiro de engenharia sanitária e ambiental, 19-23 set. 1993, Natal-RN. Anais...Natal-RN, V.2, Tomo III, 1993.

³⁶ São exemplos de agentes físicos, químicos e biológicos, respectivamente: o lixo aparente com sua poluição visual e corriqueiros assoreamentos de rios ou drenagens urbanas; a queima do lixo e conseqüente poluição atmosférica e; a aparição de vetores, como ratos, baratas e urubus, dentre outros.

aos cuidados no acondicionamento, como razão inversa ao mau odor e poluição visual, são fatores que se contrapõem à Visão Psicológica do Lixo. Segundo Pereira Neto et al (1993) *apud* Santos (2000), tal visão, na percepção humana, está associada à negatividade do lixo, visto como “sinônimo de inútil, desprovido de valor, sujeira, mau odor, degradação, putrefação, decomposição e morte” (p. 16); algo que deve desaparecer. A Visão Ecológica que analisa os resíduos como elementos impactantes, cujos riscos alcançam os seres humanos e o meio ambiente, também pode ser associada aos aspectos supramencionados (p.16).

Na Visão Econômica, o lixo é percebido pelo homem como algo que “não tem valor de mercado positivo”, muito embora esse valor varie “de pessoa para pessoa” (PEREIRA NETO ET AL, 1993 *apud* SANTOS, 2000, p. 16). O aspecto **econômico-financeiro**, segundo Brasil (1991), aponta, exatamente, para o valor potencial do que supostamente não era dotado de “valor de mercado positivo” (aspas nossas), atribuindo-lhe ações de compostagem e reciclagem.

Nos itens restantes, encontramos algo curioso: enquanto Pereira Neto et al (1993) *apud* Santos (2000) atribui à Visão Sociopolítica a percepção humana do que o Estado deve fazer (no caso, o poder público municipal, nas tarefas de coleta, transporte, tratamento e disposição dos resíduos), o aspecto **social** de Brasil (1991) é configurado pela necessidade econômica que os catadores de materiais recicláveis possuem, de tal forma que a limpeza pública e a coleta seletiva (ações do Estado) ofereçam dignidade a estas pessoas, marcadas pelo momento que a catação do lixo torna-se menos difusa e mais limpa.

Por certo não entendemos que o aspecto social seja somente isso. Contudo, nos é extremamente satisfatório que o lixo percebido pelo homem, segundo as obras citadas, permeie as ações do Estado e a função dos catadores, bem como aloquem informações sobre fatos e fatores negativos e possibilidades positivas.

Vale salientar que a percepção do lixo não se dá, senão, pelos olhares dos observadores, ou partes interessadas. Interessa-nos, portanto, um

olhar específico, o olhar do catador de materiais recicláveis, a ser abordado no Capítulo 3.

2.2.2. Modernidade, produção, consumo e geração de lixo.

Cotejar, semanticamente, e simplificar dizendo que o lixo urbano é um problema da urbanização não é nada equivocado. Mas, transcendendo a semântica, o lixo acaba sendo mais um dos inúmeros problemas da urbanização moderna.

Galvão Junior e Schalch (1993)³⁷ *apud* Santos (2000) associa o aumento da população e a ampliação das forças produtivas do atual sistema aos movimentos de urbanização e industrialização que redundam no “aumento assustador da produção de resíduos e cargas poluidoras” (p. 17).

Rodrigues (1998) é dedicada à questão ambiental intrínseca à geração e disposição do lixo urbano, como resultado da produção e do consumo, portanto da modernidade, isto é, da industrialização e da urbanização. Todavia, sem o intuito de buscar raízes históricas tão profundas para a geração do lixo, como faz Monteiro et al (2001) ao citar a importância da limpeza pública, demonstrando a presença do lixo desde a idade média europeia e com tantos outros exemplos aportados no século XIX, preferimos a análise recente que Santos (2000) faz, ao abordar os três últimos decênios, do século ora findo.

Mas antes,

Convém lembrar que a produção do lixo urbano confere ao tempo o caráter acumulativo do problema, e, processual que é, passa a depender mais dos movimentos de geração e, mormente, seus eventos majoradores, que simplesmente sua geração média diária³⁸. Essa acumulação temporal impressa no espaço urbano, por sua caracterização variável com fonte geradora, atribui impactos sobre o meio ambiente e a saúde coletiva, nos mais diversos níveis e intensidades (CUNHA, 2006, p. 48-49).

³⁷ GALVÃO JUNIOR, Alceu de Castro; SCHALCH, Valdir. Diagnóstico técnico-ambiental de usinas de reciclagem/ compostagem no Brasil. In: 17º Congresso brasileiro de engenharia sanitária e ambiental, 19-23 set. 1993, Natal-RN. Anais...Natal-RN, V.2, Tomo III, 1993.

³⁸ A geração média diária é importante para o dimensionamento dos serviços de limpeza pública e não deve ser alijada do processo geométrico e logístico da geração de lixo, contudo é extremamente reducionista para que sejam avaliadas as relações existentes nos processos sociais de produção e consumo que redundam na geração do lixo urbano.

Esta abordagem temporal e, conseqüentemente, cumulativa, é tratada, segundo Santos (2000, p. 17), na década de 70, do século passado, com o início da construção de aterros sanitários, portanto, podemos afirmar que se tratavam de ações do Estado, na ponta derradeira do problema, isto é na disposição dos resíduos sólidos urbanos³⁹ (v. Ilustração 2, p. 32).

Jacinta dos Santos segue seu regaste e diz que “nos anos oitenta, a ênfase recai sobre as formas de pré-tratamento e de destruição dos resíduos”. Esta autora continua: “inicia-se, nas grandes cidades, a instalação de incineradores, de usinas de compostagem e reciclagem dos produtos” (p.17). Desta vez, o foco antecipa-se em um passo, e se apresenta na etapa do tratamento.

A década derradeira do último século apresenta novos atores na condução da geração de resíduos. Enquanto que os vinte anos que antecederam foram marcados por ações e iniciativas governamentais a respeito do tema, os anos de 1990 apresentaram práticas de redução de resíduos gerados na fonte, por parte do grande capital e os Estados internacionais que o representam (SANTOS, 2000, p. 17-18).

Não há porque pensarmos que se tratam de ações de cunho ambiental. A geração de lixo é problema do gerador, principalmente, naqueles casos em que a responsabilidade jurídica recai sobre os tais⁴⁰. Não hesitamos em afirmar que tais ações possuem viés centrado em questões econômicas, pois se resumem às reduções de geração nos processos produtivos, sem nenhuma preocupação (até nos provem contrário) com a produção a ser consumida e o término da vida útil de seus produtos produzidos e/ou embalagens inerentes, que acabam por crescer de forma *per capita*.

Todavia, concordamos com Santos (2000) em sua análise sobre o crescimento da preocupação ambiental, desde a década de 70, do século XX, quando da Conferência de Estocolmo.

³⁹ O circuito do lixo é caracterizado por geração, acondicionamento, coleta, transporte, tratamento e disposição final (BORGES, 2005; MONTEIRO ET AL, 2001).

⁴⁰ Os resíduos de serviços de saúde, os resíduos da construção civil e os resíduos industriais são exemplos de resíduos de considerável magnitude, cuja responsabilidade de acondicionamento, coleta, transporte, tratamento e disposição final recai sobre o gerador (ANVISA, 2004; BELO HORIZONTE, 1978; BELO HORIZONTE, 2002; BORGES, 2005; MONTEIRO ET AL, 2001; COELHO, 2000; CONAMA, 2002; CONAMA, 2005).

De qualquer forma, ao falarmos de industrialização no Brasil, falamos de um início promissor na década de 1950. Mas, a verdade é que marcos históricos, aqui, pouco nos interessam. Interessa-nos, contudo, compreender que a modernização da indústria brasileira apresentou um contrapé de desigualdades bem distinto do mesmo evento nos países centrais. No Brasil, quase que como uma regra dos países não desenvolvidos, a acumulação das forças produtivas são desarticuladas dos objetos de consumo, diferente do caso dos países centrais, onde há um paralelismo a respeito (FURTADO, 1992⁴¹ *apud* PELEGRINO, 2005).

2.2.3. A compreensão do circuito do lixo.

Da mesma forma que o circuito do lixo nos atribui uma lógica técnica muito própria e de fundamental importância ao gerenciamento municipal dos resíduos sólidos municipais, nos oferece, também, uma percepção materialista não menos útil ao nosso trabalho.

A geração do lixo varia quanto à origem⁴², entretanto, as questões gerenciais que objetivam esta classificação não nos interessam. Contrário se faz, no caso de uma abordagem, aliás, mais simplificada e dicotômica: o “lixo do pobre” e o “lixo do rico”.

Há práticas culturais no consumo e na utilização de bens entre as classes que diferem o lixo gerado, às vezes, com grandes divergências. Antes de tudo, convém esclarecermos que chamamos de lixo do pobre não somente aquele lixo originário de residências ou comércios da classe dos operários, desempregados ou subempregados, mas sim todo ou maior parte do lixo gerado em bairros pobres ou áreas de baixa renda fundiária. Quanto às práticas mencionadas, é regra, passível de exceções, que o pobre possui o hábito necessário de reaproveitar ou reutilizar alimentos e bens consumidos mais que os moradores das áreas centrais das cidades. Os ricos, por sua vez, são contumazes consumidores de embalagens, freqüentadores de zonas comerciais “especialis-

⁴¹ Esta obra de Celso Furtado não é devidamente descrita na bibliografia de Pelegrino (2005), constando, apenas, seu ano de edição.

⁴² Borges (2005) classifica o lixo quanto à origem em domiciliar (doméstico e comercial), público e de fontes especiais.

tas” em oferecer embalagens, onde destacam-se papéis e plásticos. Abreu (2001) lembra que as embalagens, outrora destinadas à proteção dos produtos, tornaram-se elementos sugestivos de compra, na condição de atributo que “valoriza” o produto.

Em pesquisa junto a 4 (quatro) empresas com serviço de entrega domiciliar de alimentos, ou seja, entregas de embalagens, obtivemos os dados que compõe a Tabela 9, no período concernente aos 5 (cinco) primeiros meses de 2007.

Tabela 9: Consumo de embalagens de alimentos, com dados coletados junto a 4 (quatro) empresas com serviço de entrega domiciliar, durante os primeiros 5 (cinco) meses de 2007.

Bairro\Mês	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Total	Média
Nazaré	212	307	350	223	229	1321	264,2
Batista Campos	223	233	236	243	234	1169	233,8
Umarizal	202	218	197	187	184	988	197,6
Pedreira	63	87	113	105	108	476	95,2
São Brás	39	91	72	120	105	427	85,4
Marco	30	27	62	63	53	235	47
Cidade Nova*	25	21	39	28	39	152	30,4
Icoaraci**	18	14	29	11	30	102	20,4
Sacramenta	1	16	22	1	0	40	8
Marambaia	0	11	0	1	1	13	2,6
	813	1025	1120	982	983	4923	984,6

Fonte: Pesquisas do autor.

* Bairro do conurbado Município de Ananindeua

** Icoaraci não deve ser interpretado como um bairro, mas sim como Distrito Administrativo.

Os 3 (três) bairros mais consumistas, na Tabela 9, se apresentam na maior faixa de renda média mensal (12 a 23 SM's) juntamente com o bairro de São Brás, detentor da quinta maior média de entregas de alimento embalado. Estes dados corroboram – dentro da limitação proposta – a idéia de que o lixo do rico é, também, um lixo rico, no seu aspecto econômico, frente às possibilidades de reciclagem.

No caso do acondicionamento, a prática residencial em si, pouco ou nada difere entre os vários locais da capital paraense e referidas classes moradoras. Todavia, a disposição do lixo nas vias para a coleta pública apresenta-se com caracterizações mais distintas. Excetuando, grossíssimo modo, os condomínios habitacionais que, via de regra, apresentam acondicionador próprio – disponibilizado por ação da Prefeitura de Belém – para acumulação das unidades residenciais, independente de classe, a disposição na rua de áreas pobres

apresenta alguns aspectos não visualizados nas zonas ricas da cidade. É caso de vias onde o veículo de coleta e transporte possui dificuldades de circulação, pelas insuficientes condições das vias (v. Tabela 3, p. 39) ou ainda no caso de favelas e palafitas, o que obriga a acumulação de lixo em determinados pontos, causando poluição visual; a maior presença de terrenos baldios nas áreas periféricas, suscita-lhes ser apropriado como ponto de disposição, até, nos casos onde não há coleta. Para Abreu (2001), “a maioria das pessoas acha que basta colocar o lixo na porta de casa que os problemas estão resolvidos”.



Imagem 3: Fotografias do autor sobre a disposição de lixo em terrenos baldios ou passeio público, na cidade de Belém.

A presença de terreno baldio parece um “magneto” ao lixo conforme observamos em bairros como o de Nazaré, com quase 23 (vinte e três) SM’s de renda média mensal e o do Telégrafo sem Fio, com inexcedíveis 5 (cinco) SM’s. Sob o mesmo diapasão, o trecho conurbado do Município de Ananindeua em área limite ao bairro de Águas Lindas, retratado na Fotografia 2, da Imagem 3.

O lixo não embalado se apresenta, em alguns casos, como uma resposta de efeitos cíclicos a ausência dos serviços públicos de coleta de lixo. Abreu (2001) afirma que na ausência da coleta, os lixos destinam-se, aos terrenos baldios, aos rios e córregos e às redes de drenagem pluvial, o que confere um outro problema: entupimento de bocas-de-lobo⁴³ e conseqüente alagamento.

As periferias não assistidas pelo poder público, raramente, apresentam coletores de lixo que abriguem os sacos plásticos até a coleta, os fazendo ser dispostos ou no passeio (quando há) ou nos portões ou muros da residência, contrariando o aspecto **estético e de bem estar** visto na parte inicial deste capítulo. Abreu (1990), em trabalho específico em favela da periferia Oeste da cidade de São Paulo (SP), ao estabelecer, junto à comunidade, a coleta de lixo porta-a-porta, percebeu que a coleta pública do lixo de tal favela foi majorada em 1,1 t/semana, o que o levou a constatar, sabendo das improbabilidades de acentuação o consumo em tão curto período, que era esta a quantidade de lixo jogado no meio ambiente, espalhada “de maneira indiscriminada, no interior da favela”, antes da prática inovadora de coleta.

A coleta, pelas razões expostas, far-se-á diferenciada por sua seletividade. O grande número de recicláveis conduzidos ao lixo, pelas classes favorecidas sugere que tais áreas são produtoras de lixo com valor econômico e, conseqüentemente, atraentes aos catadores deste lixo.

Foram-nos disponibilizados pela Secretaria Municipal de Saneamento de Belém (SESAN), arquivos com os roteiros de coleta de lixo na capital paraense. Pareceu-nos, em uma interpretação incipiente, que a coleta é justa, dentro da análise de geração, isto é, a freqüência de coleta (de três ou de seis dias por semana) não releva os locais de moradia, nos levando a crer que não há distinções entre as classes, para a freqüência deste serviço público, mas sim, uma correta definição da coleta pela magnitude da geração, conduzindo a adequação do serviço à quantidade gerada. Porém, os períodos de coleta são assentados com diferenças. Podemos perceber que não há coleta diurna na

⁴³ A boca-de-lobo primeiro elemento subsuperficial da drenagem. É para onde a sarjeta destina a inclinação das águas da chuva. A partir da boca-de-lobo, as águas seguem por outros elementos subsuperficiais até seu lançamento no corpo receptor.

área mais central de Belém, o que permite maior conforto, tanto à habitabilidade, quanto ao tráfego dos bairros que compõem a parcela bem aquinhada da cidade.

As administrações públicas dos municípios acima de 150.000 (cento e cinquenta mil) habitantes tendem a “simplificar” o transporte do lixo domiciliar com os caminhões coletores compactadores⁴⁴, anulando qualquer possibilidade de diferenciação entre os lixos das classes. Segundo Brasil (2004), 93% da frota nacional de coletores compactadores estão nos municípios da amostra citada.

Aqui encontramos a ruptura na idéia de Monteiro et al (2001) em visualizar coleta e transporte como etapa única do circuito do lixo. No momento em que o município investe em coletores compactadores, intrinsecamente, labora pela mistura do lixo gerado e, assim, inviabiliza, primeiramente, a coleta seletiva⁴⁵ no ponto de descarga⁴⁶ e, por fim, a própria área de disposição, numa redução substancial de sua vida útil.

Desta feita, a coleta seletiva, quando implantada, pode ser, sim, aniquilada pelo transporte, se não for feita na fonte e em coletores diferenciados que não permitam sua mistura. Em cidades menores que não dispõem desta tecnologia de transporte, como são os casos das cidades paraenses de Benevides e Soure, onde os coletores são, respectivamente, caminhões caçamba e carroças de tração bubalina, o coletor pode ser dividido para receber, sem misturas, os lixos seco⁴⁷ e úmido⁴⁸, sendo, possível, também, uma aten-

⁴⁴ Os caminhões compactadores são um avanço tecnológico que as finanças municipais não podem preterir. Os compactadores encontrados em suas caçambas reduzem os resíduos coletados a até 25% do volume original, aumentando, assim, sua capacidade de carga e eficiência logística.

⁴⁵ É o processo de separação e recolhimento dos resíduos conforme sua constituição: seco (inorgânico, potencialmente reciclável) e úmido (orgânico, potencialmente compostável) (BORGES, 2005; SÃO PAULO, 2002; BELO HORIZONTE, 1996).

⁴⁶ A coleta seletiva no ponto de descarga é uma prática inerente à fase da implantação das usinas de reciclagem e compostagem. Naquelas unidades, faziam-se a triagem e a destinação para o tratamento.

⁴⁷ O lixo seco é aquele composto por matérias inorgânicas e orgânicas que podem retornar a uma atividade ou processo produtivo. São exemplos: os plásticos (copos, sacos, garrafas, rótulos, vasilhas, etc); os vidros (garrafas, cacos, etc); os metais ferrosos ou não (latas, arames, alumínio, etc); os papéis e papéis (sacos, jornais, cadernos etc), as madeiras servíveis de uma porta, de um quadro negro, de uma cadeira; as borrachas; etc.

⁴⁸ O lixo úmido (ou molhado) ou o lixo potencialmente compostável é caracterizado por ser constituído por matéria orgânica biodegradável. É exemplificado por restos de alimentos, borra de café, trapos, papéis de lenços e guardanapos, cascas e bagaços, hortifrutis estragados, gramas e galhos de pequeno porte.

ção especial aos geradores de recicláveis, que nestas localidades, majoram-se nos bairros centrais e mais ricos, na condição de comércio.

O tratamento, por sua vez, segue esta lógica. Uma coleta e um transporte específico para as feiras e mercados públicos renderiam grande montante de material compostável. Esta prática independe do porte da cidade. Entrementes, a reciclagem não tem como ser objetivada por um transporte específico, em uma cidade do porte de Belém, com a frota de transporte que possui. A capital paraense dispõe, hoje, para coleta nos bairros centrais (áreas de maior incidência de plásticos e papéis) somente de caminhões compactadores. A reciclagem, enquanto objeto final do garimpo urbano de catadores à procura de lixo, fica prejudicada pela ausência de coleta seletiva na fonte e o adendo do transporte compactador, que complica esta atividade, na disposição final. Miranda Neto (2000, p. 20) é conclusivo, a respeito: “a reciclagem só pode ser feita quando a coleta é seletiva”.

Quanto à disposição final, o aspecto relacional se torna tão mais evidente, que preferimos tratá-la de forma mais específica.

2.3. O lixo de Belém e a introdução às evidências de diferenciações locacionais, na dinâmica do lixo.

Quando Schumpeter (1982)⁴⁹ analisa o desenvolvimento econômico como algo enfática e exclusivamente econômico, deixando claro que os aspectos sociais são variáveis que ele refuta em sua análise, torna a questão econômica tão profícua quanto desinteressante a este trabalho. Apraz-nos, sobremaneira, as análises de Harvey (1980), quando trata da justiça social como elemento da prática humana, não se restringindo às razões econômicas, mas, aditando-as aos reflexos sociais.

Os maiores reflexos sociais do desenvolvimento econômico estão na segregação social, isto é, na má e injusta distribuição de renda, cujos rebaixamentos no espaço urbano se dão tanto na tipologia, quanto nos serviços infraestruturais (v. Capítulo 1).

⁴⁹ Esta obra foi editada, originalmente, em 1911.

O lixo, em especial nas suas etapas de acondicionamento e disposição final, evidencia os rebatimentos citados e não se alija do processo de segregação, ao contrário, possibilita o distanciamento social, a exploração da pobreza e a cultura do excedente, do desperdício.

2.3.1. A localização dos lixões municipais e o caso de Belém.

O aspecto locacional da disposição final permeia o que Miranda Neto (2000, p. 19) afirma: “ainda há pessoas que consideram recomendável transportar o lixo para longe, o mais distante de suas vistas” (grifo nosso). Este autor não contextualiza o termo “pessoas”, o que seria fundamental para justificar a expressão grifada. Assim, cabe-nos perguntar e responder: transportar (e depositar) o lixo para longe de quem? Para longe de que pessoas?

Já nos prendemos à modernidade como limitação histórica da magnitude do problema urbano do lixo. Naquele momento, vimos que a variável mais significativa é a acumulação, a grande geração (produção e consumo) e seus dilemas na condução de soluções no gerenciamento municipal da questão. Um dos problemas recosta-se na disposição final e aí há que se perguntar onde dispor. Em Borges (2005), encontramos 20 (vinte) critérios locacionais para a escolha da área de disposição final, mais precisamente, referindo-se a aterro sanitário, divididos em três meios de análise. São eles, com algumas adequações nossas:

- a) Meio físico:
 - a. Hidrografia;
 - b. Caracterização climatológica;
 - c. Precipitação pluviométrica;
 - d. Umidade relativa;
 - e. Direção dos ventos;
 - f. Localização em relação a acidentes naturais e dimensões do terreno;

- g. Relevo do terreno;
 - h. Caracterização geológica e geotécnica;
 - i. Levantamento topográfico planialtimétrico;
 - ii. Sondagem de reconhecimento do perfil geológico e do nível do lençol d'água e
 - iii. Ensaio de permeabilidade do terreno
 - i. Jazidas e economia operacional e;
 - j. Distância e economia de transportes.
- b) Meio biótico:
- a. Fauna;
 - b. Flora e;
 - c. Zoneamento ambiental.
- c) Meio antrópico:
- a. Demografia;
 - b. Vizinhança;
 - c. Infra-estrutura (equipamentos urbanos);
 - d. Titulação do terreno;
 - e. Estrutura urbana;
 - f. Estrutura econômica e
 - g. Estrutura viária, acessibilidade e interferências.

Todavia, esta modalidade (aterro sanitário), segundo Brasil (2004)⁵⁰ não excede 21% dos casos de disposição final, no Brasil. Daí que vazadouros a céu aberto podem ser considerados a modalidade “regra” da disposição.

Aterro sanitário é, portanto, o método de disposição final de resíduos, em solo, com critérios de engenharia que previnem a poluição e os danos à saúde pública. Diariamente, os resíduos são compactados e dispostos em camadas que são cobertas com material inerte, preferencialmente terra (MAZZINI, 2003, p. 65). O relevo⁵¹ é fundamental para a tipologia deste método.

Lixões não possuem critérios tais quais os descritos por Borges (2005), contudo, da mesma maneira, trata-se de uma decisão da administração municipal. Cunha (2006, p. 49-50) relata-nos que:

Frente à gestão, a localização dos lixões é definida por aspectos geográficos e administrativo-financeiros. É importante, neste sentido, a distância. Esta variável geográfica atribui à modelagem do processo decisório⁵², uma ponderação consideravelmente grande, pois é importante que, fisicamente, com mensuração matemática, a distância dos lixões seja mínima em relação às periferias e, máxima, em relação às áreas nobres (qual seja o desenho da cidade). Os lixões, portanto, não podem se avizinhar às áreas centrais das cidades, contudo não podem distar tanto do centro de operações⁵³. Outra variável importante é a pobreza. Lixões se encaminham para a pobreza e a pobreza se encaminha para os lixões. O poder público municipal decide, portanto, pelo bem de quem possui bens, em detrimento da classe pobre, pois os lixões compõem-se, paisagisticamente, em aparência, muito mais com as portas das periferias. Isto se dá porque a municipalidade se cega às relações que os justificam, não percebendo, então, a essência que permeia sua decisão.

Parece-nos claro, agora, que o “pessoas” de Miranda Neto (2000) só pode ser utilizado se destinado a definir os grupos sociais ricos. Assim, po-

⁵⁰ O diagnóstico em questão se baseia, primeiramente, nas informações passadas pelas administrações municipais. Aterro sanitário, para os casos, é uma solução estritamente técnica. Nós não entendemos assim, pois vemos que aterro “tecnicamente” sanitário, com pessoas catando lixo sobre eles, são “socialmente” lixões.

⁵¹ Em Belém (PA), onde a área é plana, o aterro projetado é em células, isto é, em covas de seção trapezoidal. Já em Belo Horizonte (MG), onde o terreno é naturalmente saliente, as encostas são utilizadas como paredes e a disposição é feita em rampas que acabam por configurar um empilhamento com bermas e taludes bem definidos, que pela semelhança, é chamado, ao final da operação, de “Bolo de Noiva”.

⁵² O processo decisório é uma modelagem administrativa onde a gestão, resumidamente, identifica o problema e as oportunidades, avalia certezas, riscos e incertezas e dentro de um algoritmo específico, implementa e monitora uma decisão administrativa.

⁵³ A administração pública municipal, via de regra, estabelece que 10 km é uma distância economicamente viável para o transporte de resíduos não implicar em prejuízo operacional.

demos afirmar que a distribuição de renda está intimamente ligada à localização dos lixões.

Para Harvey (1980, p. 81),

Os geógrafos têm [...] acompanhado os economistas num estilo de pensamento, no qual as questões de distribuição são deixadas de lado (principalmente porque elas envolvem desagradáveis juízos éticos e políticos), enquanto os padrões de localização “ótimos” eficazes são determinados a partir de uma distribuição particular de renda hipotética.

David Harvey continua sua análise criticando o fato da teoria da localização estar focada na eficácia, em detrimento do custo social, em uma visão de curto prazo. Em longo prazo, para este autor, o grupo social vitimado pelos impactos deste custo social serão “fontes de ineficiência” e, observa solução num equilíbrio proporcional entre as perspectivas dos territórios pobres e os mecanismos político, econômico, institucional e organizacional. Mas, de fato, sendo a localização dos lixões, uma ação de seio governamental, podemos afirmar, nos valendo de Corrêa (2003, p. 66), que “o Estado age espacialmente de modo desigual”. Cunha (2006, p. 50) adenda ao dizer que “não há interesse da gestão em suprir carências de forma tão efetiva”.

2.3.1.1. Os lixões no espaço urbano: uma dinâmica própria.

A bem da verdade, muitos deles [lixões], ao iniciar operação, distavam mais das habitações mais próximas, pois primavam por um cercado verde natural que escondesse a sujeira e facilitasse a prática da queima. Mas o inchaço populacional das periferias não-assistidas os aproximou demais (população e lixo). (...) a pobreza migra para o lixão e ali estabelece sustentação, inclusive habitacional, em uma dinâmica espacial que acaba por suprimir a eventual (anterior) existência de um cercado natural (CUNHA, 2006, p. 50).

A afirmação anterior poderia ser conclusiva. Entretanto, queremos falar dos lixões no espaço urbano, a partir da “dinâmica espacial” que eles sugerem. Se por um lado, os lixões são os receptáculos da produção excessiva e do consumo irresponsável, por outro, são oportunidades de moradia e renda, por conta deste quadro equivocado na geração e nas falhas do tratamento.

Primeiramente, trataremos da dinâmica espacial que resulta “no” lixão. Para tanto, começamos com o “desabafo” de Miranda Neto (2000, p. 19), quando afirma que: “a partir do momento que se deixe de produzir quinquilhari-

as desnecessárias, e até nocivas ao organismo humano, menos recursos serão desperdiçados. Quem fomenta a indústria da inutilidade irá fatalmente sucumbir sob seus escombros”. Só que Schumpeter (1982) entende que o empresário inovador é aquele que ensina o consumidor a consumir o seu produto produzido, portanto atribuindo-lhe utilidade.

É desta dicotomia útil-inútil, fruto da produção e do consumo, que a problemática do lixo se acumula nos lixões. Rodrigues (1998) aborda a temática e nos apresenta algumas conclusões:

- a) A sociedade, móvel que é, se apresenta mais consciente da existência, no modo de produção capitalista, da *Sociedade do Descartável* e da *Sociedade Descartável*; os vários movimentos sociais, com campos de ação dos mais diversos, apontam para um crescimento da noção de cidadania e para a criação de novos direitos;
- b) A destruição direta (extração da matéria-prima) e a destruição indireta (poluição de recursos por conta da disposição inadequada de resíduos) atingem os recursos não-renováveis, por vezes, de forma irreversível, seja ambiental ou financeiramente (v. Ilustração 3, p. 69);
- c) As políticas de qualquer Estado-nação não dão conta do controle da poluição que se expande por ar, solo ou águas, extrapolando fronteiras, nem tampouco, reservam-se a limites na importação de empresas poluidoras e;
- d) As empresas e seu cada vez mais alto nível de aproveitamento tecnológico acabam por inventar uma nova exclusão, na obsolescência daquele que a autora chama de “trabalhador de ontem”.

Os lixões e seus catadores nada mais são que objetos desta contextualização.

Enfim, abordaremos a dinâmica espacial que resulta “do” lixão, isto é, a dinâmica provocada pela prática humana de catação de lixo. É bem verdade que a catação e seus aspectos territoriais, em Belém, serão abordados no

Capítulo 3, no entanto, é oportuno tecermos alguns comentários a respeito, neste momento, para explicar o efeito cíclico destas dinâmicas, o que lhe pode conferir características de unicidade. Citamos isto porque se a catação nasce de um excedente de material reciclável “disponível” sobre os lixões, se dá, também, porque o capital e o grupo de excluídos sociais tendem a se reproduzir.

No instante em que a catação de materiais recicláveis oferece produtos que podem, efetivamente, reduzir custos com energia, logística, estoque e aquisição para as empresas reprodutoras do capital, oferece também, o (re)início de um ciclo produtivo, com base na exploração da pobreza excedente, com ganhos irrefutáveis nos mercados ambientais, simplesmente, pela prática da reciclagem. Tal dinâmica, iniciada pela “perseguição ao lixo” realizada pelos catadores, seja pelos movimentos móveis ao longo dos logradouros municipais (catação no acondicionamento), seja pelos movimentos fixos sobre lixões (catação na disposição), acaba por estabelecer uma ruptura no ciclo de extração de matéria-prima, entretanto, estabelece, também, nova regra cíclica à produção de bens que nos leva à entender que produção, consumo, geração de lixo, catação de material reciclável são motrizes de uma única dinâmica, perceptível aos olhares urbanos e representadas, especialmente, pelos lixões e pela territorialidade dos catadores de materiais recicláveis.

Esta conceituação estabelece nova ordem ao “ciclo do produto” ou “vida útil do produto”, como sugerimos:

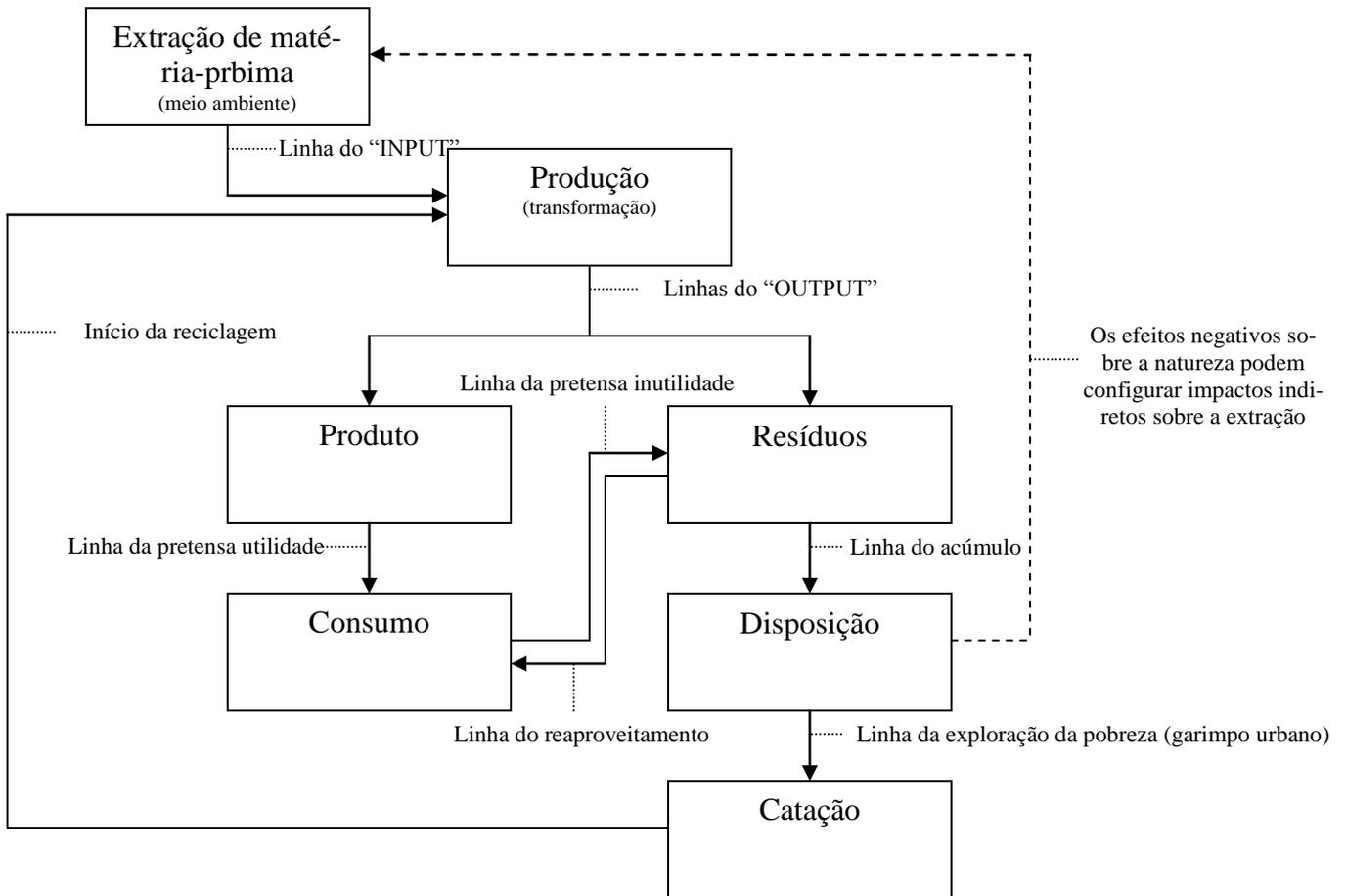


Ilustração 3: Nova ordem ao ciclo do produto.

Isto posto, observamos os lixões como a origem do exercício da territorialidade dos catadores de materiais recicláveis, no espaço urbano, muito embora, tais catadores também se representem nos logradouros. Esta representação espacial móvel sobre as ruas das cidades possui gene laboral nas condições de catação sobre lixões. Tal catador enfrenta “concorrências” distintas, em cenários distintos (algo já citado no Item 1.3.1): sobre os lixões, em ambiente insalubre e inóspito, depara-se com outros catadores, na busca de material reciclável em uma matéria compactada e de difícil separação, contudo, trabalhando na maior abundância possível (trata-se de localizar-se na disposição, onde sugere-se que todo o lixo esteja disposto); nas ruas, “concorre” com a coleta oficial, o que o obriga a espacializar-se entre o acondicionamento feito pelo gerador e a chegada do transporte coletor, contudo, o faz em trechos maiores e se submete a catar quantidades menores, apesar do lixo, neste caso, apresentar maior facilidade de separação, posto que não compactado; as ques-

tões de insalubridade são reduzidas, se comparadas aos lixões. Estas relações estão fora dos limites estabelecidos para este trabalho. Portanto, centraremos na dinâmica sobre o lixão e seu entorno.

2.3.1.2. Os lixões enquanto objeto de ações.

Para Cunha (2006, p. 51),

A localização dos lixões, quando estes começaram a ser “formalizados”, é resultado de um processo construtivo⁵⁴ mais que de um processo produtivo⁵⁵. Hoje este quadro é rigorosamente invertido, desde a apropriação da natureza para a instalação do neo-extratativismo urbano em condições laborais talvez só comparáveis à primeira revolução industrial, até a formação sócio-espacial, resultado das relações, meio de sua produção e retro-alimentada pela força de produção.

Ora, concluir, meramente, que os lixões se “periferizam” por uma ação da gestão municipal e, portanto, espacializados como objeto desta ação, é esquecer que os lixões são também objetos de ações da exploração da pobreza excedente e fundamental à reprodução do capital, que, apesar de não materializados efetivamente pelo modo de produção capitalista, fazem-se, na condição de cenário de relações, um retrato inequívoco da referida exploração.

No momento em que os lixões se representam como o lugar onde um grupo se reproduz em atividades que segundo Corrêa (2003, p. 55) são desempenhadas e reproduzidas a partir do trabalho social e ao vínculo com suas necessidades, se apresentam como objeto destas ações localizadas, não simplesmente, na condição de receptáculo, mas como ambiente que contém e está contido nas relações inerentes.

2.3.1.3. O lixão de Belém.

A CF de 1988 e seu caráter municipalista foram fundamentais para o gerenciamento dos resíduos sólidos de Belém. Até então, tal competência permeava os afazeres do Departamento Nacional de Obras e Serviços (DNOS). Em 1986, uma reestruturação organizacional do poder público municipal belemense, com fulcro na Lei nº 7.341, de 18 de março, instituiu a Secre-

⁵⁴ Cunha (2006) baseou-se em Rodrigues (1998) para definir processo construtivo como uma transformação geométrica, com fulcro, simplesmente nas engenharias e na arquitetura, sem variáveis sociais.

⁵⁵ Ainda em Rodrigues (1998), temos que processo produtivo culmina em transformações oriundas das relações sociais no espaço.

taria Municipal de Saneamento de Belém (SESAN), que, dentre outras responsabilidades, tinha-lhe incluídas as “atividades de administração de resíduos sólidos”.

Com a SESAN, surge o ideário de um aterro sanitário. Na verdade, o projeto inovador é anterior à SESAN. É que o anteprojeto original do que viria a ser o atual lixão municipal data de 1984 e era arrojado, pois, além do aterro, previa lagoas de estabilização e usinas de incineração, compostagem e reciclagem (lembrar da ênfase nas etapas de tratamento comuns na década de 1980, expostas a partir de Santos (2000)). O projeto, enfim, foi apresentado à sociedade da capital paraense em 1986, sob o nome de Complexo de Resíduos Sólidos da Região Metropolitana de Belém, ou, simplesmente, Complexo do Aurá, nome alusivo à localidade de Santana do Aurá, onde estaria implantado o projeto, próximo ao córrego do Aurá.

Silva (2000) nos oferece algumas informações a respeito da localização da área para a implantação do referido projeto. Aborda a distância (16 km do centro de Belém) como fator de economia preponderante na escolha da localização. À operação pesava, favoravelmente, uma área de 3.140.000 m², sendo 2.870.000 m² destinados ao aterro e os 270.000 m² restantes, destinados às outras instalações projetadas.

Não intentamos avaliar o Aurá como disposição final, nas condições técnicas elencadas no Item 2.3.1. Não nos é conveniente, para este trabalho, avaliar a eficiência da drenagem, traçar gráficos de recalques, analisar emissões gasosas, nem tampouco discutir sua operação. Independente das realidades tecnológicas ali presentes, a realidade social, isto é, a presença de catadores de materiais recicláveis sobre a disposição, nos confere a liberdade de chamar o Aurá, de lixão. São nossos argumentos: primeiramente, nenhum catador sobre a disposição final é capacitado para operar sobre aquela área, ou seja, trata-se de uma presença humana não qualificada circulando e trabalhando sobre uma superfície de tratamento, eminentemente, técnico, com base nas engenharias mecânica, civil, sanitária e ambiental. São pessoas incapazes de executar planos de contingência – ao contrário, são óbices destes –; não sabem da necessidade de manter intactos o leito impermeabilizado e as redes de

drenagem de fluidos (chorumes e gases); são pessoas sem equipamentos de proteção individual (EPI's) e tantos outros argumentos técnicos que podemos citar. Enfim, técnicamente, tais pessoas, não poderiam estar ali.

O segundo ponto reside em uma análise social. Trata-se de um grupo social espacializado, especializado e com grande densidade na referida disposição. Ali, encontram-se por representarem o mais baixo nível da (sobre)vivência humana, no mundo capitalista. Ninguém pode viver “nos” e “dos” lixões, dali se alimentar, ali residir, ali trabalhar. O Capítulo 3 tratará, mais especificamente, deste grupamento e como chegou a esta condição, inclusive em Belém. Todavia, por conta do exposto, afirmamos – e assim prosseguiremos dizendo – que Belém possui lixão e não aterro sanitário.

O Lixão do Aurá está por receber, em 2007, uma obra inovadora, com projeto realizado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Belém (SEMMA). Em uma área interna ao complexo de quase 5.000 m² estão dispostos um pátio de compostagem com mais de 1.000 m², dotado de área para estocagem compatível, um galpão para a reciclável de papel e uma área de recepção e triagem. As implicações deste projeto serão abordadas no Capítulo 3.

Na Imagem 4 (v. p. 73), além da vista geral da área do projeto supramencionado, o incinerador e local de acúmulo de recicláveis, próximo à sede da Cooperativa de Trabalhadores e Profissionais do Aurá (COOTPA).

Os dois primeiros capítulos deste trabalho de pesquisa justificam uma das definições de território telada na introdução, onde chamamos atenção para as questões territoriais implicadas na “malha de gestão urbana” com apropriação incompleta. As “deficiências” urbanas específicas dos bairros dos catadores e as relações constantes no lixo urbano de Belém imbricam-se e corroboram o entendimento de território, então, sugerido.



Imagem 4: Fotografias do autor, no Complexo do Aurá.

Capítulo 3: A territorialidade dos catadores de materiais recicláveis, em Belém.

Entramos, enfim, no cerne da problemática escolhida e, a partir de agora, nos deteremos no território, de forma mais intensa, para discutir a segregação e a cidade, baseados nos processos de desterritorialização, na mobilidade intra-urbana, no nível de organização dos catadores e na dinâmica e nas relações de poder no Lixão do Aurá e seu entorno, donde o tema deste trabalho rebenta.

3.1. A reterritorialização dos excluídos, na condição de catadores de materiais recicláveis.

No cenário da segregação, os grupos excluídos abrangem diversas raças, credos, raízes culturais e ofícios. Um corpo de difícil síntese, muito embora identificados pela alcunha de desterritorializados.

A especialização dos catadores (v. Item 1.3.1) é fundamental para que entendamos que é através da catação de materiais recicláveis que estes indivíduos excluídos tentam se territorializar. Abreu (2001) chega a simplificar, apesar de fazê-lo de forma incisiva, ao relatar que os catadores são “gente pobre, que não encontrou outra forma para sobreviver”.

Ao longo das pesquisas, percebemos que a territorialização dos catadores não é idealizada, ao contrário, é tão passiva, num primeiro momento, quanto fora sua desterritorialização. Os catadores – entendemos, assim – são levados a este garimpo urbano por condições de vida que lhes são atribuídas pela estrutura organizacional da cidade que premia as classes dominantes, como já citado, anteriormente. Esta condição de exclusão e passividade estabelece uma oportunidade laboral derradeira, permeada pela indignidade e pela adversidade do trabalho sobre um lixão municipal. Em um segundo estágio, com maior identidade de grupamento social, os catadores passam a se reproduzir, tornando-se elementos ativos na formação do espaço que compõem e estão inseridos.

É certo que há uma carência de interpretações geográficas no que concerne aos aspectos territoriais que envolvem as relações capitalistas refletidas e constantes no circuito do lixo, isto é, nos processos de produção e consumo que justificam a geração, a coleta, o transporte, o eventual tratamento e a disposição final do lixo urbano.

Os catadores, no neo-extrativismo urbano, desempenham, até como excedente de pobreza essencial ao modo de produção capitalista, a função ingrata de manusear o lixo e garimpar o material reciclável que virá, por aquisição a custos módicos, alimentar a grande empresa com a nova matéria-prima e com o ideário do selo da reciclagem, que sob uma máscara ambiental, esconde os processos exploratórios que lhe justificam.

3.1.1. Desterritorialização e mobilidade dos catadores: o caso de Belém.

A base semântica do termo desterritorialização nos remete à presença do prefixo de negação, de ausência *des*, associado ao território. A falta da base territorial para o exercício genérico da cidadania, nas mais diversas formas da expressão humana, incluindo economia, cultura, religião e outros aspectos antropológicos, é o cerne para que entendamos um grupo social como desterritorializado.

A flexibilização do capital e seu fator locacional são, no nosso entendimento, o propulsor da desterritorialização de indivíduos. As vantagens locacionais de um empreendimento é fator de migração que influencia, demograficamente, tanto no destino migratório, quanto nas diversas origens deste fenômeno.

Estes grupos móveis, desencaixados de seu local de origem, migram em busca de oportunidades de emprego, não necessariamente desterritorializados pela mobilidade, mas sim, pelas perdas de identidade que estão vinculadas a este movimento (HAESBAERT, 2004). Vale lembrar que existe desterritorialização sem qualquer alteração da base física onde grupos estão postados, mas no nosso caso, desterritorialização é, necessariamente, processo associado aos movimentos migratórios e as reespecializações a que são submetidos tais grupos, no intuito de se reterritorializarem em outras bases físicas.

Em Zerbini (2004), os catadores entrevistados em Belém apresentaram, em inúmeros casos, outros ofícios.

Se entendermos território como acesso a oportunidades, veremos que a flexibilização do capital e seu efeito migratório obriga grupos excluídos a estabelecerem territórios na oportunidade que o lixo de valor econômico abundante nas cidades oferece. Assim, o lixo fixa novos grupos na condição de catadores de materiais recicláveis. A catação de lixo – temos visto – não é motivação imperativa desta mobilidade, mas sim resultado de uma frustração laboral, na condição de oportunidade derradeira, que acaba por se refletir no espaço urbano, com uma dinâmica própria.

Esta força de trabalho expropriada de sua base fundiária é chamada por Haesbaert (2004, p. 175) de “trabalhador livre rumo assalariamento nas cidades”.

Em Belém, houve um momento, em 2001, em que a SESAN conseguiu coletar e consolidar dados. A partir de 2005, outro cadastro começou a ser realizado, tendo continuidade em 2006, todavia com questionários (fichas) em formatos e conteúdo distintos. A ficha de 2006 é mais completa e estendeu-se a alguns dados já ratificados em 2007. Este novo cadastro, além da dualidade de ferramentas de coleta de informações, incorreu em falhas do entrevistador que culminaram em perdas de dados. De qualquer forma, com todas as fichas do novo cadastro em mãos, consolidamos os dados, restritos às falhas citadas⁵⁶.

Esta pesquisa não refutará nenhum dos dois momentos. O primeiro, de 2001, por conta de nos possibilitar comparação com o momento mais recente e por estarem os dados consolidados de forma mais completa com a respectiva fonte. O segundo, apesar das falhas, por ser o mais recente e, significativamente, mais abrangente, pois listamos 821 (oitocentos e vinte e um) catadores, contra 450 (quatrocentos e cinquenta) cadastrados em 2001. Outra fonte, entre os dois momentos será utilizada. Trata-se de uma pesquisa realizada pela Agência Zerbini, de 2004, cuja base de dados não tivemos acesso, restando-

⁵⁶ Estes formulários nos foram emprestados pela equipe de ação social da SESAN, liderada pela profissional, Elvira Oliveira, em junho de 2007.

nos apenas o relatório conclusivo, o que cerceia bastante nossas interpretações e nos obriga a “avaliar uma avaliação”. Naquele momento, foram identificados 656 (seiscentos e cinquenta e seis) catadores.

Em todos os casos, a pesquisa centrou-se, exclusivamente, na realidade sobre o lixão.

Em 2001, dos 450 (quatrocentos e cinquenta) catadores sobre o lixão de Belém, 182 (cento e oitenta e dois) são nativos da capital paraense, o equivalente a 40,44%. Os quase 60% restantes dividem-se entre o interior do estado e outras 9 (nove) unidades federativas, conforme se vê na Ilustração 4.

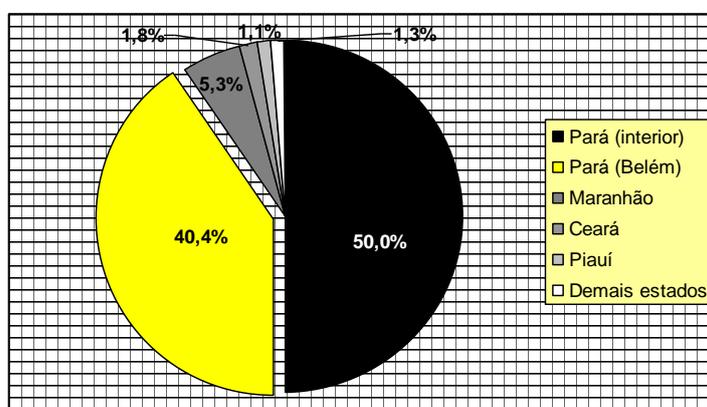


Ilustração 4: Gráfico de origem dos catadores sobre o lixão de Belém (BELÉM, 2001).

Fonte: Belém (2001).

Os números refletem uma realidade socioeconômica regional precedente. O Estado do Pará, verdadeiramente não figura como um celeiro de oportunidades regionais, muito embora seja uma referência para os estados vizinhos do Amapá (um evento migratório) e para o Maranhão (vinte e quatro eventos). Ceará e Piauí, mesmo possuindo outros destinos mais aceitáveis na busca por oportunidades, se fazem bem representados, curiosamente superando o estado amapaense, que, na verdade, esperávamos ser bem mais representado. Contudo, conseguimos evidenciar uma tendência, na migração interior – capital, com a maciça presença de cinquenta por cento dos catadores com origem no interior do estado.

Quanto ao relatório de 2004, a informação relativa à presença de emigrantes restringe-se a uma forma mais simplória de apresentação dos da-

dos, culminando com as seguintes informações: não informaram origem, 11 (onze) catadores (1,67%); nasceram em Belém, 226 (duzentos e vinte e seis) entrevistados (34,45%) e; são originários de “outros municípios”, um total de 419 (quatrocentos e dezenove) indivíduos (63,88%).

Antes de telarmos os dados do cadastro mais recente, convém esclarecer seu universo.

Tabela 10: Número de entrevistados por ano de coleta de dados do cadastro mais recente.

Ano da coleta	Número de entrevistados
2004 ⁵⁷	4
2005	628
2006	109
2007	50
Sem data	30
Total	821

Fonte: Fichas cadastrais disponibilizadas pela SESAN.

Em determinados momentos identificamos duplicidade e até triplicidade no cadastro de um mesmo catador, onde somamos as informações de tal sorte a preencher eventuais lacunas e tomamos como ano da entrevista, o mais recente.

Esta amostra perde em informação ao contabilizarmos 365 (trezentos e sessenta e cinco) indivíduos que, ou por mau preenchimento do entrevistador ou por implicações da própria ficha de questionário, informaram ter nascido no Pará, o que não nos confere subsídios para identificar se houve ou não migração para Belém, já que não há evidências da cidade natal. Outros 32 (trinta e dois) catadores não informaram sua origem e por isso não computamos como parcela da análise.

Assim temos a seguinte configuração, para os 424 (quatrocentos e vinte e quatro) entrevistados restantes.

⁵⁷ Número de cadastros realizados no final de 2004 que não foram contemplados, segundo informações verbais, no relatório da Agência Zerbini e que deram início ao processo de cadastro que se fortalece a partir do ano seguinte, razões pelas quais, entendemos que esta nova coleta “inicia-se” em 2005.

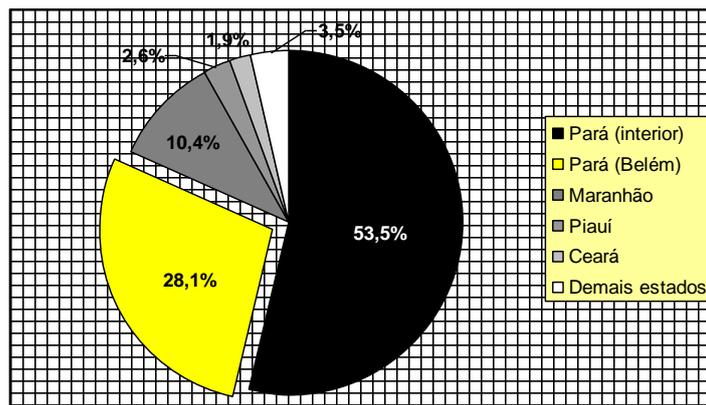


Ilustração 5: Gráfico de origem dos catadores sobre o lixão de Belém (cadastro mais recente).

Fonte: Dados da SESAN, consolidados pelo autor.

Na análise mais recente, é significativa a parcela de migrantes oriundos do interior do Estado do Pará. Maranhão, Ceará e Piauí continuam se destacando na contribuição demográfica do nosso grupo de estudo como estados que mais oferecem indivíduos à catação sobre o lixão de Belém, enquanto que o Amapá continua figurando com pequena representatividade (apenas três eventos). Verifica-se, também, uma redução percentual nos catadores nativos de Belém. Obviamente, nos detivemos apenas aos dados que consideramos válidos, até porque, considerar qualquer parcela dos 365 (trezentos e sessenta e cinco) paraenses que não informaram a cidade como belemense ou interiorano seria fruto de uma especulação controversa a uma análise científica.

Pelo mesmo motivo não nos sentimos aptos a afirmar uma tendência de redução percentual da parcela de nativos na catação sobre o lixão de Belém. Entrementes, nos parece regra estatística, para o fenômeno, que a parcela de nativos será sempre a menor (v. Introdução, os casos de Castanhal (PA) e Curitiba (PR)). Os valores percentuais são muito interessantes para análises como estas, pois a mobilidade destes indivíduos é tamanha e a fluidez dos dados aritméticos é tal, que o aumento demográfico evidenciado de 450 (quatrocentos e cinquenta) para 626 (seiscentos e vinte e seis) catadores, de 2001 a 2004, alcançando 821 (oitocentos e vinte e um), na última amostra, não infere sobre a quantidade de catadores que saíram do lixão nestes períodos. Os próprios dados dos últimos anos não devem ser tomados como números precisos, porém, sim, evidências de aumento de população e da magnitude representativa de emigrantes na amostra. Confirma esta tendência, a Pesquisa

Nacional de Saneamento Básico (PNSB) de 2000, onde o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) identificou 200 (duzentos) catadores sobre o lixo do Aurá.

No intuito de aprimorar, qualitativamente, os dados, mesmo não nos valendo da universalidade objeto dos cadastros anteriores, isto é, abortando o aspecto quantitativo, elaboramos um pequeno questionário (**Anexo III**) para tentar exprimir estes e outros fatores.

Partindo da população de 821 (oitocentos e vinte e um) catadores, buscamos entrevistar, randomicamente, 100 (cem), o que corresponde a uma amostra de 12,18% do total. Foram critérios de exclusão, a recusa à entrevista e o mau preenchimento do formulário, que somaram, respectivamente, 8 (oito) e 2 (dois) resultados. Isto levou nosso diagnóstico a trabalhar com 90 (noventa) resultados.

Preferimos tomar, na amostra, pessoas que trabalham com o lixo, nas etapas de catação a ser melhor dirimidas no Item 3.2. Destas pessoas que realmente tratam com o lixo, 6 (seis) não se consideraram catadores. Deste universo diminuto, apenas um indivíduo é natural de Belém. Dos 84 (oitenta e quatro) indivíduos que se consideraram catadores, na nossa pesquisa, quase 72% não são nativos de Belém.

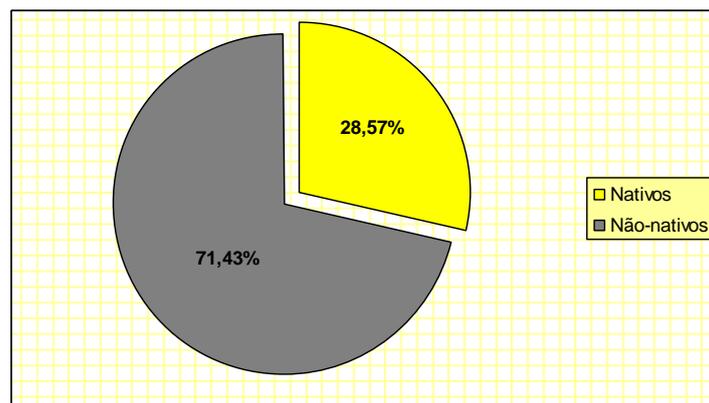


Ilustração 6: Gráfico de origem dos catadores, na nossa amostra.

Se retomarmos os dados das pesquisas (ou cadastros) anteriores, teremos um fator que valida nossa amostra. Em 2001, segundo a SESAN, eram pouco mais de 40% de nativos. Número reduzido, em 2004, conforme

Zerbini (2004), para pouco mais de 34%. As fichas que apuramos junto a SESAN, nos cadastros realizados entre 2004 e 2007, dentro do que julgamos **dados válidos**, este número era de 28,1%. Nossa amostra tem 28,6% de nativos.

Ainda nesta amostra⁵⁸, sem alternativas, catadores não belemenses respondiam o que os motivou a chegar à Belém. Respostas associadas às oportunidades de emprego e trabalho, de melhoria de vida ou por perdas de emprego ou restrições laborais⁵⁹, além das condições do local de origem, que suscitaram na mudança para a capital paraense remontam 45% dos resultados.

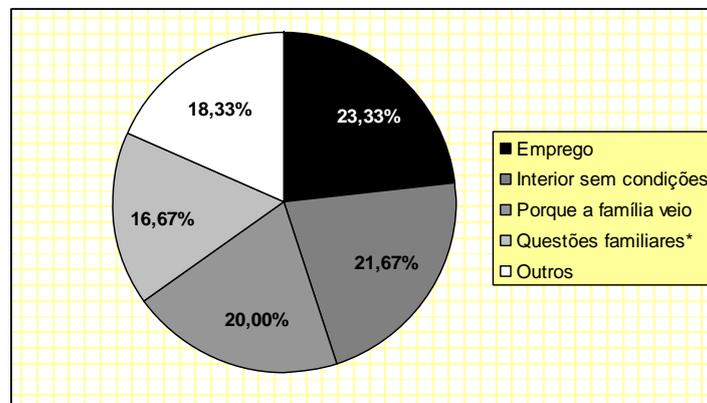


Ilustração 7: Gráfico de motivação dos catadores não-nativos de Belém, para a migração, na nossa amostra.

* Questões familiares envolvem perda dos pais, casamentos, separação dos pais, etc.

No Item 1.2, apresentamos com base em Corrêa (2005), qual seria a dinâmica da classe pobre em Belém (v. Ilustração 1, p. 29). Nossa pesquisa confirma esta mobilidade.

Em 2001, a pesquisa realizada pela SESAN, em um universo de 450 (quatrocentos e cinquenta) catadores, redundou em pouco mais de 90% de catadores residindo ou no bairro de Águas Linda, ou no bairro do Aurá. Na nossa amostra, este é pouco menor que 93%, o que pode ser um argumento que valide nossos dados.

⁵⁸ A pesquisa foi realizada por catadora, pela melhor acessibilidade aos pares. O intuito era conversar com pessoas de todo o ciclo de poder dentro da catação, inclusive com atravessadores-catadores, buscando equilibrar a participação dos entrevistados, de acordo com o conhecimento de causa que a catadora possui.

⁵⁹ Um exemplo curioso foi o dado por um catador oriundo do município paraense de Vigia de Nazaré, que dizia: “Lá, ou se pesca ou não tem nada a fazer”.

Não entendemos que as mudanças de endereço entre os bairros de Águas Lindas e Aurá, como mobilidade, porque, conforme podemos perceber nas divisões de bairros apresentadas nos mapas (v. Anexo Digital), tratam-se de dois espaços urbanos que podem ser considerados uma única unidade de referência – assim como outros bairros conurbados do Município de Ananindeua – no que concerne aos seus limites institucionais e à moradia de catadores. Isto importa em 3 (três) movimentos descartados, ou melhor, tomados por fixação e não como mobilidade. A mobilidade está destacada na Ilustração 8.

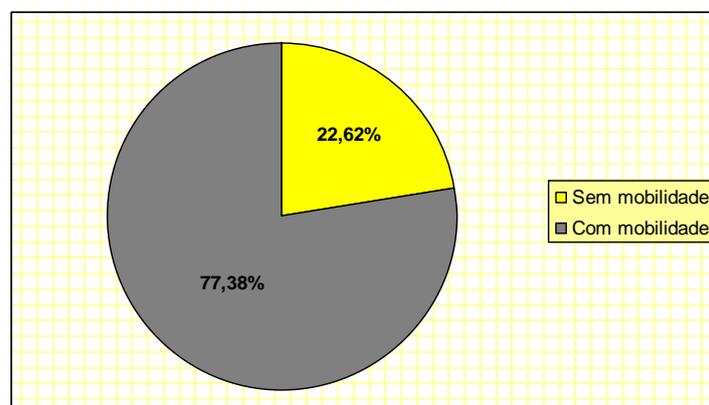


Ilustração 8: Gráfico de mobilidade dos catadores da nossa amostra.

Estes movimentos estariam caracterizados pelo que Corrêa (2005) chamou de terceira etapa de mobilidade. Percebemos, ao analisar a Ilustração 1 (p. 29), que esta etapa de mobilidade se divide em mobilidade da primeira para a segunda periferia, mobilidade entre a segunda periferia e chegada da zona rural ou interior, diretamente para a segunda periferia. Chamamos estes movimentos, respectivamente, de Fluxo Radial, Fluxo Circunférico e Fluxo de Chegada, conforme esclarecido na Ilustração 9.

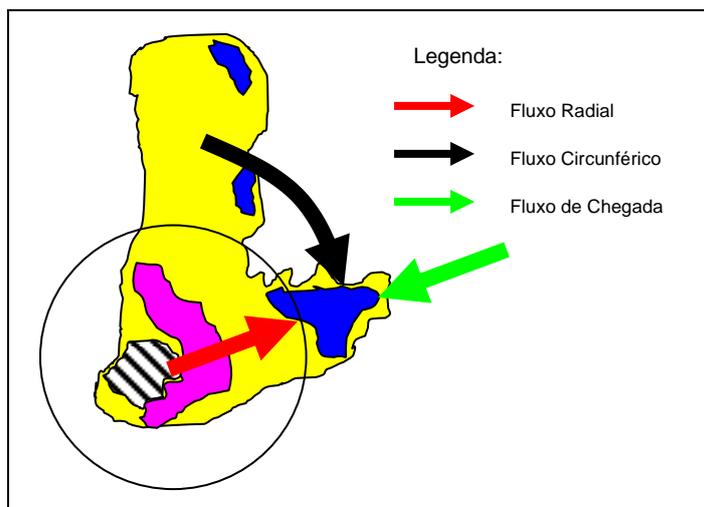


Ilustração 9: Identificação visual da mobilidade e deslocamento rumo aos bairros dos catadores.

Existe, factualmente, uma intensa conurbação entre Belém e o Município de Ananindeua, com uma curiosidade rara: Ananindeua entende possuir dois bairros chamados Águas Lindas e Aurá. Isto não foi obstáculo a nossa pesquisa. Quando o catador se apresentava como morador de um destes dois bairros, não buscávamos abordar a qual município ele(a) estava se referindo, porque estes bairros compõem espaço conurbado entre os bairros homônimos, nas distintas cidades. Outra consideração feita foi a de que os bairros de Ananindeua mais aproximados à cidade de Belém compõem o grupamento da segunda periferia de Belém, na análise por vir.

Há quatro casos de mobilidade emigratória, em relação aos catadores e os locais onde, atualmente, moram. Nos quatro casos, os catadores deixaram o bairro de Águas Lindas destinando-se, dois a dois, a bairros de Ananindeua e ao Município de Marituba, também presente na Região Metropolitana de Belém (RMB).

A Ilustração 10 dá conta das evidências de mobilidade retromencionadas.

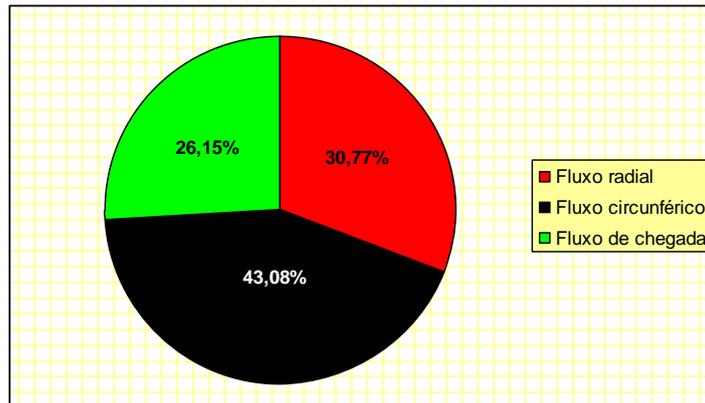


Ilustração 10: Gráfico da origem da mobilidade intra-urbana, destinada aos bairros dos catadores, na nossa amostra.

A Ilustração 11 reporta-se à interseção das Ilustrações 8 e 10.

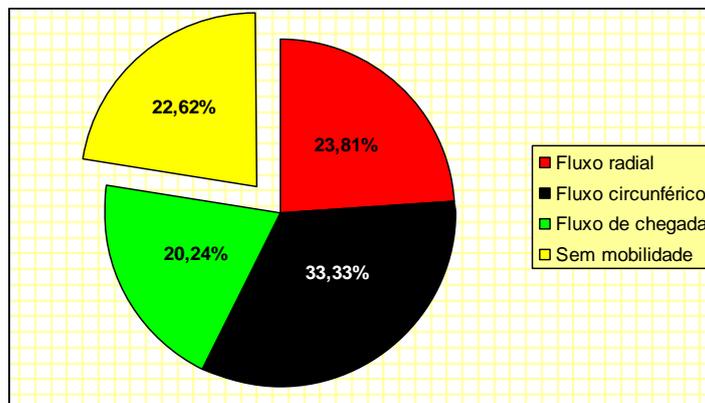


Ilustração 11: Gráfico de mobilidade e fixação, com mobilidade estratificada, de acordo com a nossa amostra.

No mapa **Mobilidade dos catadores**, podemos perceber os bairros que contribuem para esta representação, dentro da nossa amostra.

De toda sorte, entendemos restar provado que a mobilidade intra-urbana postulada por Corrêa (2005), como processo genérico às cidades latino-americanas, é, perfeitamente, adequada à realidade de segregação urbana de Belém e, que, devido este “direcionamento” humano para as proximidades do lixão, têm-se consubstanciadas as idéias de oportunidade de trabalho com materiais recicláveis, apropriação de espaço laboral, flexibilização do capital e oportunidade de moradia que auxiliam esta pesquisa.

3.1.2. Espacialização do lixo e dos catadores: dispersão e concentração.

Embora nos pareça evidente que este “migrante do capital” venha a se localizar nas zonas periféricas mal-assistidas das cidades, preferimos a corroboração de Corrêa (2005, p. 73) ao dizer que “a periferia da cidade (...) é o *locus* de correntes migratórias da zona rural e de pequenas cidades, bem como de grupos provenientes de antigas periferias da cidade, agora valorizadas e que, por isso mesmo, eliminam parte de seus moradores”, além do caso prático da pesquisa de Barros, Prado e Silva (2005), onde vemos apresentado que 74% dos catadores sobre o lixão de Castanhal (PA) residem no bairro periférico onde tal vazadouro está localizado⁶⁰. Em Belém, temos o caso cartografado no mapa ***Número de catadores sobre o lixão, por local de moradia*** (v. Anexo Digital).

Vale lembrar que há uma diferença significativa entre os catadores, por seu local de catação. Por um lado, os catadores sobre lixões se beneficiam do montante⁶¹, já que todo lixo urbano coletado, em cidades sem aterros sanitários, para lá (lixões) se direciona. Por outra banda, os catadores de rua se beneficiam da concorrência menor (em relação a outros catadores) e da vantagem de garimpar na origem (nos coletores frente aos domicílios residenciais e/ou comerciais), desta feita o fazem nos bairros ricos, onde o lixo potencialmente reciclável é significativamente maior e melhor.

Poderíamos concluir que a ação dos catadores é tão dispersa, quando sobre os logradouros, quanto concentrada, como é o caso do trabalho sobre os lixões. Mais que isso, os locais de moradia, no caso de Belém, também seguem esta configuração, de tal sorte que a catação nas ruas é tão fluida e fortuita que nos leva a crer que esta atividade possui aspecto de atividade complementar ou de maior facilidade em ser substituída por outras atividades, como as da construção civil, por exemplo. Em Belém, sobre os logradouros, percebemos catadores carrinheiros⁶² que, além da catação de lixo, destinam

⁶⁰ Trata-se do bairro do Pantanal, que também dá nome ao lixão.

⁶¹ Há mais de 2.200 caminhões coletores compactadores de lixo no Brasil, segundo o Diagnóstico de Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos, de 2003 (mais recente editado), dentre os quais, 93% aparecem nos municípios com mais de 150.000 habitantes. Este dado é importante para entendermos que os catadores sobre lixão não garimpam simplesmente uma garrafa PET sob uma casca de melancia, mas sim uma garrafa PET compactada com tantos outros componentes do lixo urbano nas cidades médias e grandes, o que aumenta não só a dificuldade laboral, como a insalubridade.

⁶² Assim foram chamados, pela PMB, em pesquisa realizada em 2001, as pessoas com carrinhos de tração humana, que se valiam deste “veículo” para pequenos fretes intra-urbanos. Apresentou-se grande ocor-

seu “veículo” ao transporte de materiais e/ou entulhos, além do “bota-fora” de sucatas domiciliares que, pela magnitude não são coletadas pela PMB, como o caso de utensílios domésticos descartados. O contato com este tipo de resíduo coletado é muito menos insalubre e significativo a nossa pesquisa, que o que podemos observar sobre o Lixão do Aurá e seu entorno.

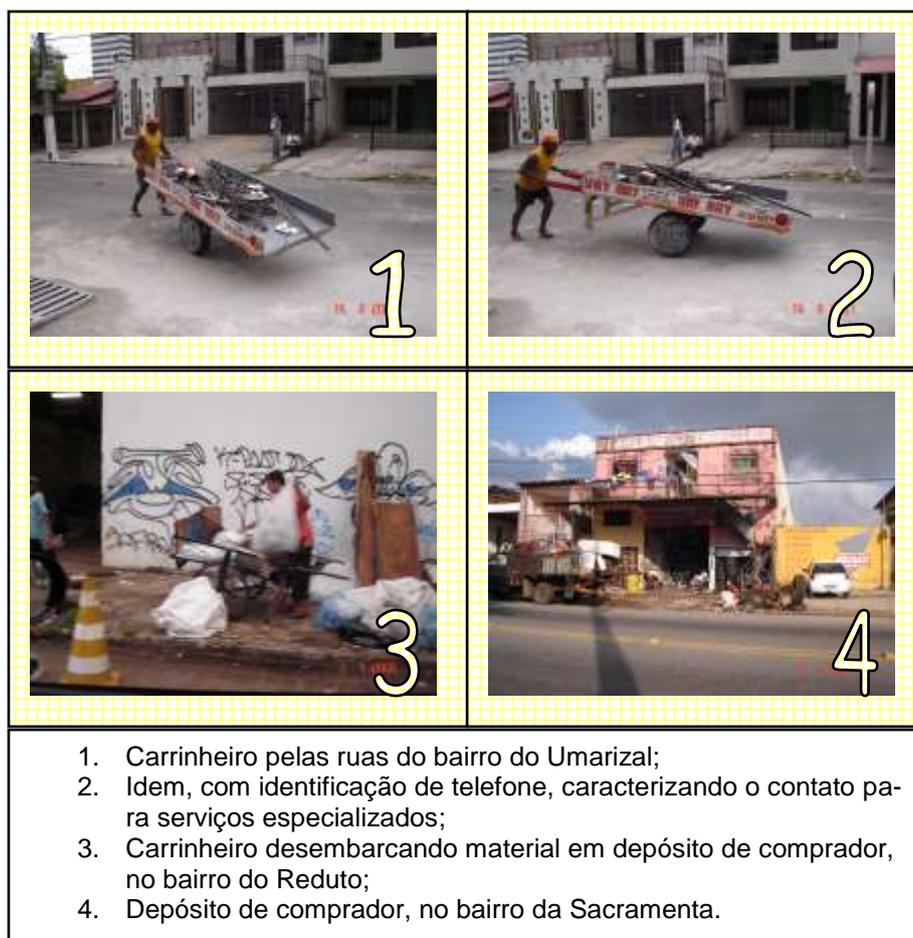


Imagem 5: Fotografias do autor de carrinhos e depósitos de compradores, pelas ruas de Belém.

Devemos, todavia, realmente, entender que o trabalho sobre o lixo se apresenta de forma concentrada? Restou-nos, em algum momento, dúvidas a respeito desta hipótese. Chegamos a supor que haveria determinada dispersão deste trabalho de catação, imediatamente após cumpridas suas etapas de catação sobre o lixão, isto é, a partir da saída do material reciclável, do Complexo do Aurá, tal objeto fluiria na dinâmica comercial que envolve a venda do material coletado. Ao percebermos que este mercado se apresentava, por es-

rência destes indivíduos na zona portuária de Belém, onde várias instâncias de materiais de construção estão localizadas, vale dizer, mormente, os bairros ribeirinhos do Guamá e da Condor.

tratégia ou necessidades, no entorno do lixão de Belém, conseguimos visualizar, de fato, uma concentração, só que em uma abrangência espacial, até então, impensada.

3.2. Os catadores sobre o lixão e as relações de entorno: a dinâmica do Aurá.

Delimitada nossa pesquisa, ao Lixão do Aurá e seu entorno, podemos verificar que as atividades de catação sobre o vazadouro de Belém, em metáfora, se assemelha a um polvo, cujo corpo localiza-se sobre a disposição final e os tentáculos dispõem-se pelo entorno, com relações que, em algumas vezes, alcançam o centro de Belém, mas que se concentram naquele local, não só como palco de ações, mas de decisões e conflitos, de negação e afirmação, de relações de poder e exploração entre pares e opostos.

3.2.1. Os catadores organizados, os desorganizados, os articulados não-organizados e os desarticulados.

Ficou-nos, curiosamente, difícil traçar um perfil geográfico deste grupo. Se social e economicamente temos plenas condições de entender os catadores de materiais recicláveis como um aglomerado de excluídos, debaixo de um “guarda-chuva” teórico capaz de abrigá-los como um só corpo socioeconômico, as relações políticas e suas interpretações geográficas eram, tacitamente, muito complexas e conturbadas. Buscamos, desta feita, uma observação mais profícua destas relações e caracterizações, por assim dizer.

Em amostra, referente a 10,23% dos 821 (oitocentos e vinte e um) catadores, recentemente, cadastrados pela SESAN, com alguns dados já apresentados no Item 3.1.1, sob o olhar do catador, obtivemos resultados relativos à organização social.

As ilustrações 12, 13 e 14 apontam para os resultados destas observações.

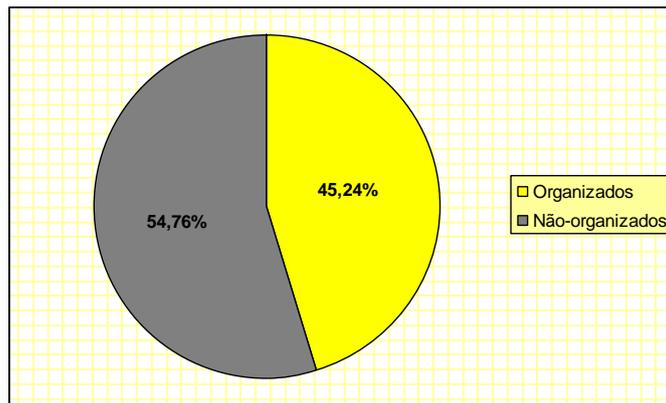


Ilustração 12: Gráfico comparativo entre catadores organizados e não-organizados, dentro da nossa amostra.

Mas até que ponto é mais interessante, para o catador, estar organizado? Perguntados sobre se as organizações atendiam suas necessidades de catador, quase $\frac{3}{4}$ (três quartos) dos catadores responderam positivamente.

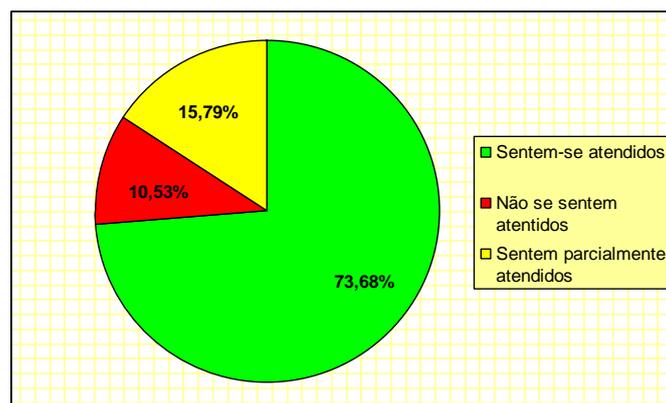


Ilustração 13: Gráfico do atendimento das necessidades dos catadores, pelas organizações a que pertencem.

Resta-nos crer que os catadores organizados estão satisfeitos com as suas organizações.

A Ilustração 14 nos aponta quais são estas organizações e quais suas parcelas, no todo de catadores entrevistados, cotejadas à ausência de representação organizada.

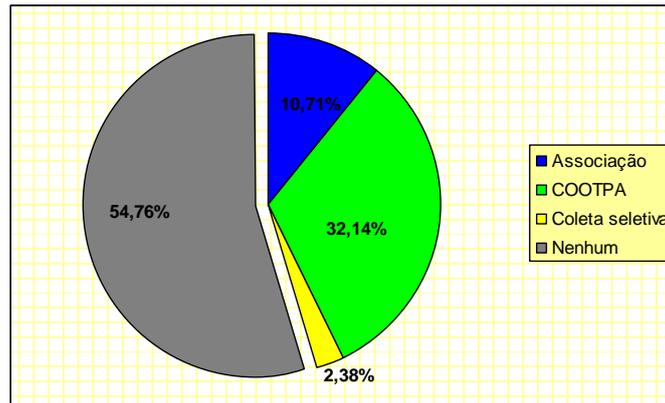


Ilustração 14: Gráfico da representação das organizações sociais de catadores, frente ao total de entrevistados, na nossa amostra.

A Ilustração 14, embora apurada em entrevistas, provavelmente, não reflete a realidade, pois não cremos que a Cooperativa dos Trabalhadores e Profissionais do Aurá (COOTPA) chegue, de fato, ao triplo de organizados que a Associação Cidadania Para Todos (simplesmente, Associação). Importa-nos, todavia, as três entidades identificadas.

Entendem-se como catadores organizados na “Coleta Seletiva” aqueles remanescentes do projeto homônimo iniciado pela PMB, no final da última década (v. Item 3.3.1.1). Tais catadores, oriundos, anteriormente, da COOTPA, valem-se de um caminhão “doado” pela PMB, mantido pela PMB e guardado em área da PMB, como instrumento fundamental para que colem em vários pontos da cidade de Belém e rateiem, somente, entre si, os valores auferidos. Percebemos, *in casu*, uma organização (pois assim se entendem) bastante dependente de auxílios da prefeitura, que não nos facilitam a interpretação de organização sustentável.

A Associação, nos pareceu, ao longo da pesquisa, uma “fuga” frente aos impasses políticos e o jogo de interesses que ganhou força nos últimos anos, na gestão da COOTPA. Alguns de seus membros, ainda, flutuam entre as duas organizações, mas percebem alguns “ganhos” (chamamos de menores perdas) nas atividades de “catação” realizadas pela Associação, posto que situadas em galpão coberto, com lixo, previamente, catado, restando-lhe, de fato, uma triagem, uma classificação.



Imagem 6: Fotografias do autor, do caminhão disponibilizado à Coleta Seletiva, nas ruas de Belém.

A COOTPA, pelo porte, pela importância e pela localização de sua sede não-própria, no Complexo do Aurá, será vista no Item 3.2.1.1.

Sob o mesmo diapasão, mesmo que não quantificados em nossa pesquisa, existem catadores que, mesmo sem estarem organizados, articulam-se para benefícios. Em entrevistas informais com funcionários da ação social da SESAN, na administração do lixão, percebemos que os interesses da PMB não restringem-se aos catadores cooperados, mas sim a todos, já que, nos anos de trabalho, observaram que não são todos os catadores que querem se cooperar (isto é, ingressar na COOTPA), mas sim, querem auferir benefícios e, segundo os mesmos funcionários, a PMB não teria competência para “obrigar” que catadores se organizem para que possam ser beneficiados.

Mas, iniciativas como esta da PMB, também, encontram resistências. De um lado críticas dos organizados que entendem que não articular pela organização é fragilizar o movimento e por outro, a resistência dos que preferem o anonimato social e “temem” algum cadastro, portando-se, frente a qualquer conquista do movimento, um elemento passivo, posto que desarticulado das ações. Este tipo de atitude é prejudicial – entendemos – ao indivíduo, às intenções da PMB e à luta dos catadores organizados.

3.2.1.1. COOTPA: base orgânica e inversão de propósitos.

A COOTPA, neste contexto, merece uma atenção especial. Indiscutivelmente, esta organização foi a base orgânica do movimento no Estado do

Pará, não somente, na capital paraense. Tratou-se do primeiro momento e movimento de organização de catadores, com ecos e conquistas. Foi vista e considerada como o objeto da ação nacional, tanto do MNCR, quanto das instituições de capacitação de catadores e de ações sociais contra o trabalho infantil e pelo fechamento dos lixões em detrimento dos aterros sanitários.

A COOTPA foi gene de reprodução que configurou, com o apoio da iniciativa privada, outros 4 (quatro) investimentos na região paraense do Baixo Tocantins, onde viram-se presentes a Alumínios do Brasil S/A (ALBRÁS), como agente financiador, a Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuária (EMBRAPA), como agente técnico, as prefeituras dos municípios de Abaetetuba, Barcarena, Igarapé-Miri e Moju, como mantenedoras financeiras e agentes sociais e os catadores dispostos a organizarem-se. Neste contexto, outras ações de continuidade e capacitação foram objeto de inserção da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o Fórum Nacional Lixo & Cidadania e a UFPA. Muito embora, habitualmente presentes, também, em Belém, estas três últimas instituições não foram “rédeas sociais” capazes de impedir o “desmoronamento” do ideário cooperativista da COOTPA, que, por não obedecer esta essência corporativa, hoje, trabalha como um “atravessador” de materiais recicláveis.



Imagem 7: Sede da COOTPA, em área interna ao Complexo do Aurá.

Esta inversão de propósitos da COOTPA se deu, a partir do momento em que se supôs que tal organização poderia, de fato, seguir com as próprias pernas, mas, percebemos que as questões cooperativistas foram es-

quecidas, tanto pelos seus dirigentes, quanto pelos cooperados. A Ilustração 15 parece contrariar nossa afirmação.

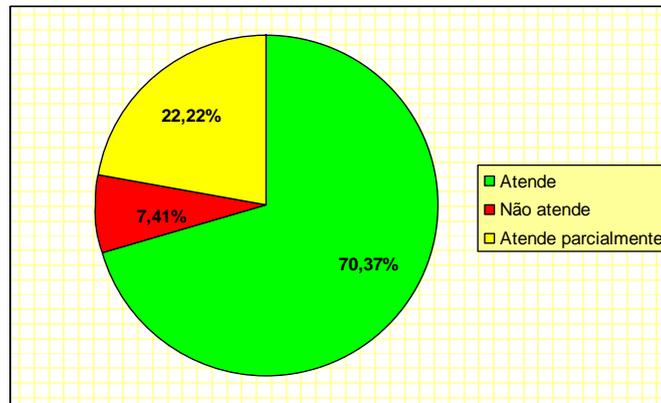


Ilustração 15: Gráfico de percepção do atendimento de necessidades, junto à COOTPA, pelos catadores da amostra.

Se juntássemos todos os catadores organizados, isto é, os partícipes das três entidades, entrevistados na amostra, a percepção do atendimento das necessidades de catadores, pelos catadores, seria de 73,68%; responderiam, negativamente, 10,53% e; entendem-se parcialmente satisfeitos com este tópico de ação das organizações, outros 15,79%. De toda sorte, os catadores se entendem atendidos por suas organizações.

A Ilustração 16 nos apresenta os benefícios apontados pelos catadores, por número de ocorrência, nas respostas livres.

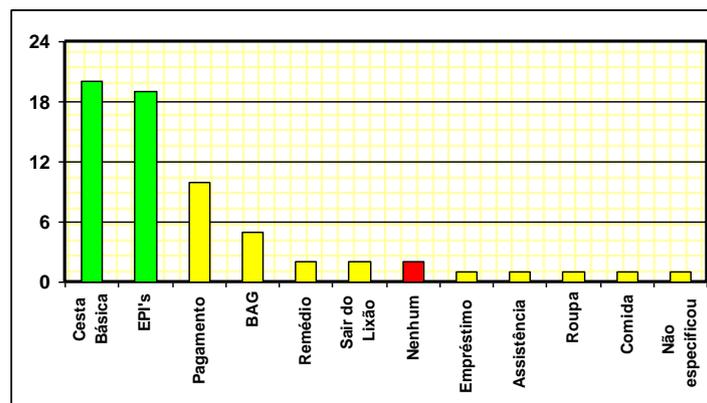


Ilustração 16: Gráfico dos benefícios percebidos pelos catadores da nossa amostra, junto à COOTPA.

Não contestemos as questões relacionadas às cestas básicas e aos EPI's, com respectivos 20 (vinte) e 19 (dezenove) resultados, mas as evidências visualizadas pelos próprios catadores, quanto ao pagamento (dez lem-

branças), nos oferece objeto de reflexão e incômodo. Vale salientar que o que chamamos de “Pagamento” é uma síntese do próprio termo e de outros associados a ele, como “melhor preço” e “dinheiro”, por exemplo.

Alguns catadores, mesmo cooperados, anteriormente, vendiam para atravessadores. A COOTPA passou a comprar este material e, por uma única diferença, faz com que não seja entendida como atravessador: não desconta 10% do valor pesado⁶³.

Isto significa que a COOTPA compra o material ao preço que o atravessador compraria, sem o “tal” desconto, para vendê-lo pelo mesmo preço que o atravessador vende, argumentados os custos com transporte e administração concernentes à venda posterior. Mas esta dinâmica é mais complexa (v. Item 3.2.3).

Dois entrevistados não identificam algum benefício em estar cooperado. Outros dois apontaram o fato de ter saído do lixão como um benefício ofertado pela COOTPA; tratam-se de indivíduos que trabalham, atualmente, na administração da cooperativa.

Os *bags*, lembrados como benefício em 5 (cinco) oportunidades são, como sugere a tradução do inglês para o português, sacolas. Mas a verdade é que são grandes sacolas (*big bags*), originalmente destinadas ao acondicionamento para transporte de minérios, como os de manganês, por exemplo. Seus porte⁶⁴ e resistência são de grande valia para o mesmo fim, só que de materiais recicláveis.

3.2.2. A reprodução social dos catadores.

De qualquer maneira, traçadas as restrições que aportamos ao atual funcionamento das organizações sociais de catadores, “sediadas” no Complexo do Aurá e seu entorno, não vimos óbices à reprodução social desta classe de excluídos. Dos 84 (oitenta e quatro) catadores da amostra válida, 54 (cincoenta e quatro), isto é, quase dois terços (64,29%), chamaram outras pes-

⁶³ A venda é feita sobre o valor pesado.

⁶⁴ Os *big bags* utilizados pelos catadores são de aproximadamente 2 m³ (dois metros cúbicos) de capacidade.

soas para a catação de materiais recicláveis. Destes cinquenta e quatro catadores, apenas um não declarou quantas pessoas chamou, todavia, os demais somam 377 (trezentas e setenta e sete) pessoas “convidadas” para aquela atividade. Isto qualifica uma reprodução na proporção de 7/1 (sete para um), que potencializa, exponencialmente, a carga demográfica, de tal maneira que, mantida a relação de grandeza, teríamos, em um segundo momento (pessoas chamadas, chamando outras pessoas) mais de 2.200 (duas mil e duzentas) pessoas sobre o lixão e seu entorno, somente na nossa amostra. Isto seria possível, já que levantamos pouco mais de 800 (oitocentas)? Este contingente de progressão geométrica é o dado sem comprovação mais interessante da nossa pesquisa.

Mesmo sabendo que o teor científico de qualquer pesquisa contrapõe-se a todo e qualquer fato especulativo, nos permitimos inferir a partir da sensibilidade. O período do dia em que há maior concentração de catadores sobre o lixão é a madrugada. Portanto, há pessoas que só entram no lixão na madrugada. Lembramos que entrar no lixão não significa passar pela entrada vigiada do Complexo do Aurá. Entrar no lixão significa sair das várias invasões que hoje o margeiam por trilhas como vimos, *in loco*, ao lado do Centro de Triagem. Esta caracterização implica em descontrole e, lembrando que os 821 (oitocentos e vinte e um) foram levantados por nós, com base em fichas da SE-SAN, isto é, com base em informações controladas, a possibilidade do número que tomamos ser menor que a realidade torna-se grande.

A motivação para os chamados varia entre o que os catadores, voluntariamente, responderam ser a fome, a falta de emprego ou atividade, a precisão e a oportunidade de renda, dentre outras respostas. Numeradas pelas vezes que foram citadas, tais motivações ao convite à catação se apresentam na Ilustração 17.

Talvez uma abordagem sociológica transformasse todos estes fatores em uma questão única, de caráter mais amplo, mas nem por isso errônea. Quando inserimos a pergunta relativa, no questionário (**Anexo III**), o fizemos para tentar identificar, aos olhos do catador, o que os motivaria à reprodução

social. Por mais que esperássemos, nos assusta a incidência destes fatores, mormente, a fome e a necessidade.

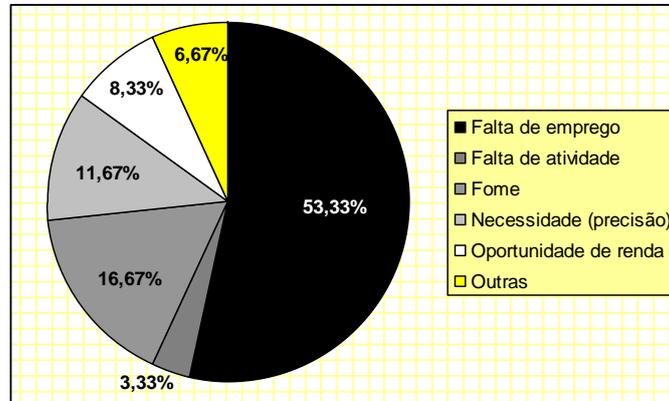


Ilustração 17: Gráfico das motivações para o convite à catação de materiais recicláveis, pelos catadores da nossa amostra.

Em uma outra análise, como a PMB se posta frente a esta reprodução? A SESAN está realizando um processo de identificação dos catadores, mediante apresentação de crachá: forma de controle, para a entrada no lixão. Porém, pareceu-nos estranho que o poder público formalizasse este trabalho cujas regras primam por seu fim. Procuramos saber se não era um risco à boa gestão da questão, que a SESAN instituisse os crachás de identificação, como se corroborando esta prática. Foi-nos informado, por pessoa da equipe de ação social daquela secretaria, que tal ação nasceu do Ministério Público. Nossa abordagem – mesmo desconhecendo as razões – é que “a criança lambuzou-se do mel que desejava”. Com este tipo de atitude, a PMB trabalha pela reprodução dos catadores, na condição de catadores, sobre o lixão. Engana-se, qualquer gestor, ao pensar que o crachá inibirá a entrada pelas invasões, ou tampouco dará força de polícia à SESAN para a retirada dos catadores sem crachá. Fica-nos claro que a PMB, ao se suportar em uma idéia do Ministério Público, “lava as mãos” sobre uma problemática muito maior que a mera identificação dos catadores.

3.2.3. A dinâmica da catação no Aurá.

Tencionamos explicar a dinâmica do Aurá e para isto contamos com a lustração 20, para uma visão inicial, embora cartesiana, basilar para as explicações posteriores.

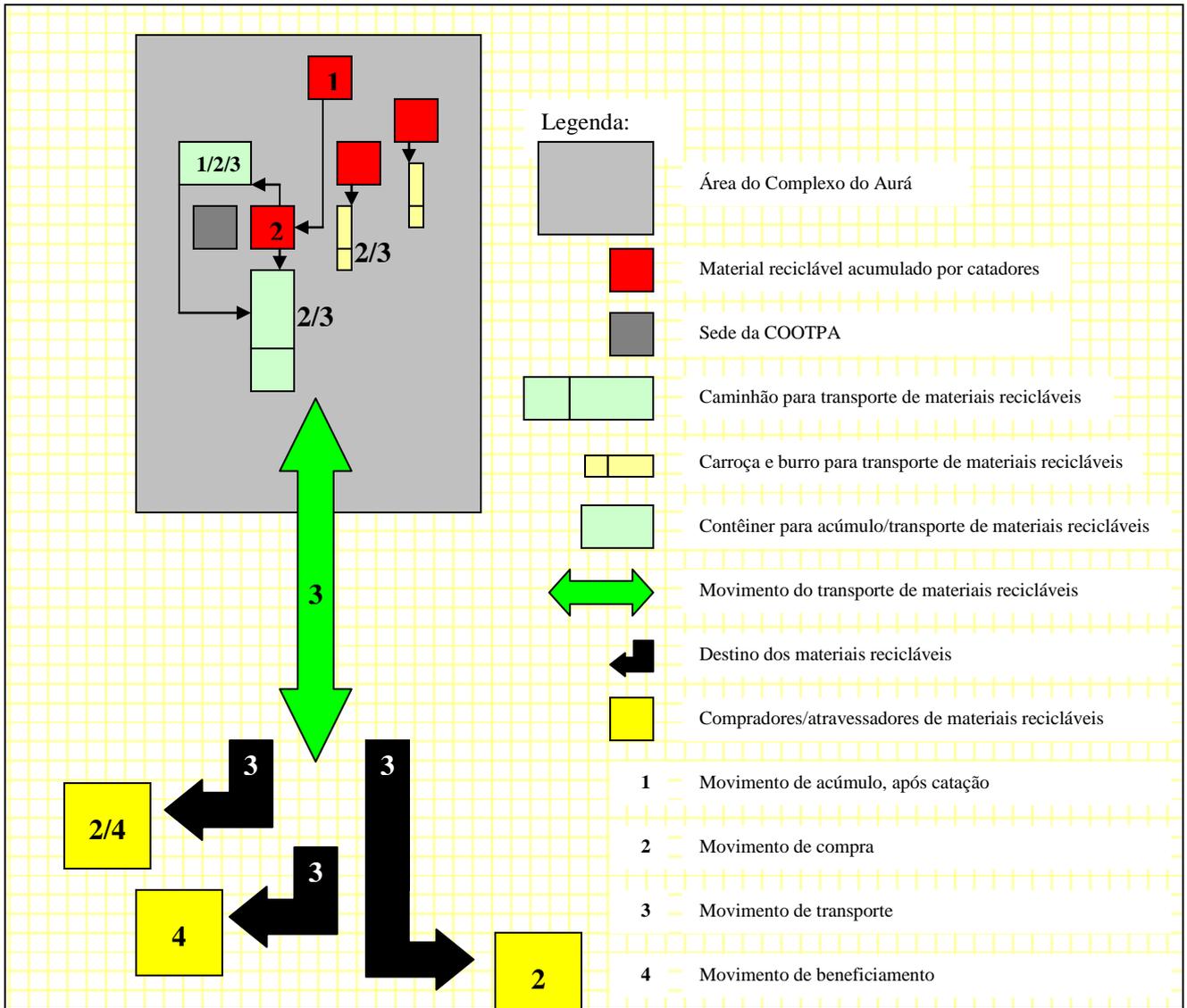


Ilustração 18: Dinâmica do material reciclável no Lixão do Aurá e entorno.

Uma interpretação simplória nos permitiria afirmar que o material reciclável catado é acumulado, vendido e transportado para um local, via de regra galpão, onde haverá algum beneficiamento. Após o que, é novamente vendido para outras praças ou outros compradores “mais fortes”. A simplicidade finda aí. Ao observamos a Ilustração 18, verificamos uma certa “confusão” nos movimentos. O que poderia ser acúmulo é, também, compra e transporte. O que poderia ser só transporte é acompanhado pela compra. O que seria o beneficiamento pode até não sê-lo e reduzir-se a uma nova compra. É na multiplicidade de movimentos que um mesmo ator desempenha e, também, na multiplicidade de atores, para um mesmo movimento que reside toda a complexidade da dinâmica dos materiais recicláveis, no Lixão do Aurá.

De toda forma, a territorialidade dos catadores, como expressão de domínios, de espaços apropriados e de relações de poder está refletida nos conflitos desta dinâmica.

Assim, devemos tomar como etapa clara e inequívoca da interpretação da dinâmica em voga, que todo material catado é acumulado por um catador ou grupo de catadores (geralmente familiares). Neste sentido, o Complexo do Aurá é cenário de um comércio vivo, muito presente. Isto se dá, porque a compra/venda de materiais recicláveis é, primeiramente, realizada no interior da disposição final de Belém.

Se por uma banda é fácil entender que o primeiro vendedor é sempre o catador, o ator-comprador, por sua vez, espelha-se de forma mais difusa, podendo ser um outro catador, a própria COOTPA (v. Item 3.2.1.1), um transportador ou um beneficiador.

O primeiro comprador pode ser um catador. Na maioria das vezes, trata-se de um indivíduo que dispõe de carroça e burrinho. Este ator é, via de regra, visto por seus pares como um atravessador, sendo que se considera comprador ou até mesmo catador, como obtivemos em respostas à nossa pesquisa, por entender que entra no lixão e escolhe o que comprar, dentre os materiais acumulados, em razão de um comprador “mais forte”. cremos, que em essência, se trata de um prestador de serviço de transporte ao segundo comprador. Verdadeiramente, entendemos que a compra realizada por este indivíduo, no lixão, subtraída do valor de venda ao segundo comprador, seria uma espécie de frete, ou, melhor ainda, o valor do trabalho deste indivíduo neste ciclo comercial.

Há transportadores que se entendem como transportadores. Indivíduos, geralmente, com caminhões, que prestam os mesmos serviços de transporte a compradores “mais fortes” que não possuem tais veículos. A idéia de frete, neste caso, é mais linear.

Os beneficiadores, por sua vez, podem ser os donos dos caminhões e comprarem diretamente sobre o lixão. No próprio lixão, podem se apresentar como segundos compradores, quando adquirem, por exemplo, da COOTPA.

Caso este é o da Companhia de Aparas de Papel Ltda. (RIOPEL), que disponibiliza contêiner para acúmulo e posterior transporte do material reciclável de seu interesse, no interior do lixão.

Ao olhar do catador – excetuando a ilusória exclusão da COOTPA, neste grupo –, são todos estes compradores, atravessadores que arrocham o preço de venda por disporem de um capital imobilizado ou uma “estrutura administrativa” que lhe atribui “maior força”. Então, temos que entender que o comprador “mais forte” reincidente no texto, é aquele que, pelo capital que dispõe, pode forçar um vendedor a trabalhar com preços menores, que justifiquem seus maiores lucros.

Quanto aos beneficiadores, há que se registrar uma visão logística muito apurada, no sentido da utilização de seu capital imobilizado, em transações muito aproximadas aos das Bolsas de Resíduos⁶⁵. Ao receber materiais recicláveis que não beneficiam, empresas como o Centro de Reciclagem da Amazônia Ltda. (CRA) e a RIOPEL trocam, entre si estes resíduos, justificando, inclusive, o trecho trafegado com carga, o que atribui valor ao veículo transportador em uso.

No mapa ***Espacialização do comércio mais significativo de materiais recicláveis, no Complexo do Aurá e seu entorno***, disposto no Anexo Digital, podemos verificar como estão situados os compradores mais contumazes, bem como a área, contígua ao complexo, onde catadores acumulam quantidade de materiais recicláveis, à espera do transporte/compra a ser executado pela “empresa” beneficiadora.

Quanto ao mesmo mapa, convém informar que o acúmulo de materiais recicláveis em residências de catadores, se dá em todo o perímetro cartografado, contudo, na área hachurada, tal acúmulo/comércio se apresenta de maneira mais concentrada. Informações, em entrevistas informais e não estru-

⁶⁵ As Bolsas de Resíduos são iniciativas de algumas federações de indústrias estaduais, como as de Pernambuco, Goiás, Amazonas, São Paulo e Rio de Janeiro, onde empresas “anunciam” os resíduos gerados e a quantidade disposta em pátio próprio para que outra empresa federada, caso queira, compre (RESOL, 2007).

turadas, com catadores, dão conta de uma produção diária de 60 (sessenta) toneladas, pelos catadores residentes na referida mancha.

Esta situação é facilitada pelo acesso não-controlado que podemos identificar entre a área de acúmulo de materiais recicláveis nas moradias de catadores e o Complexo do Aurá, no mapa referendado. À leste do Complexo do Aurá, durante visita técnica ao Projeto da SEMMA, podemos perceber um fluxo de catadores, mas não podemos afirmar que há, também, acúmulo de materiais nas moradias daquela direção.

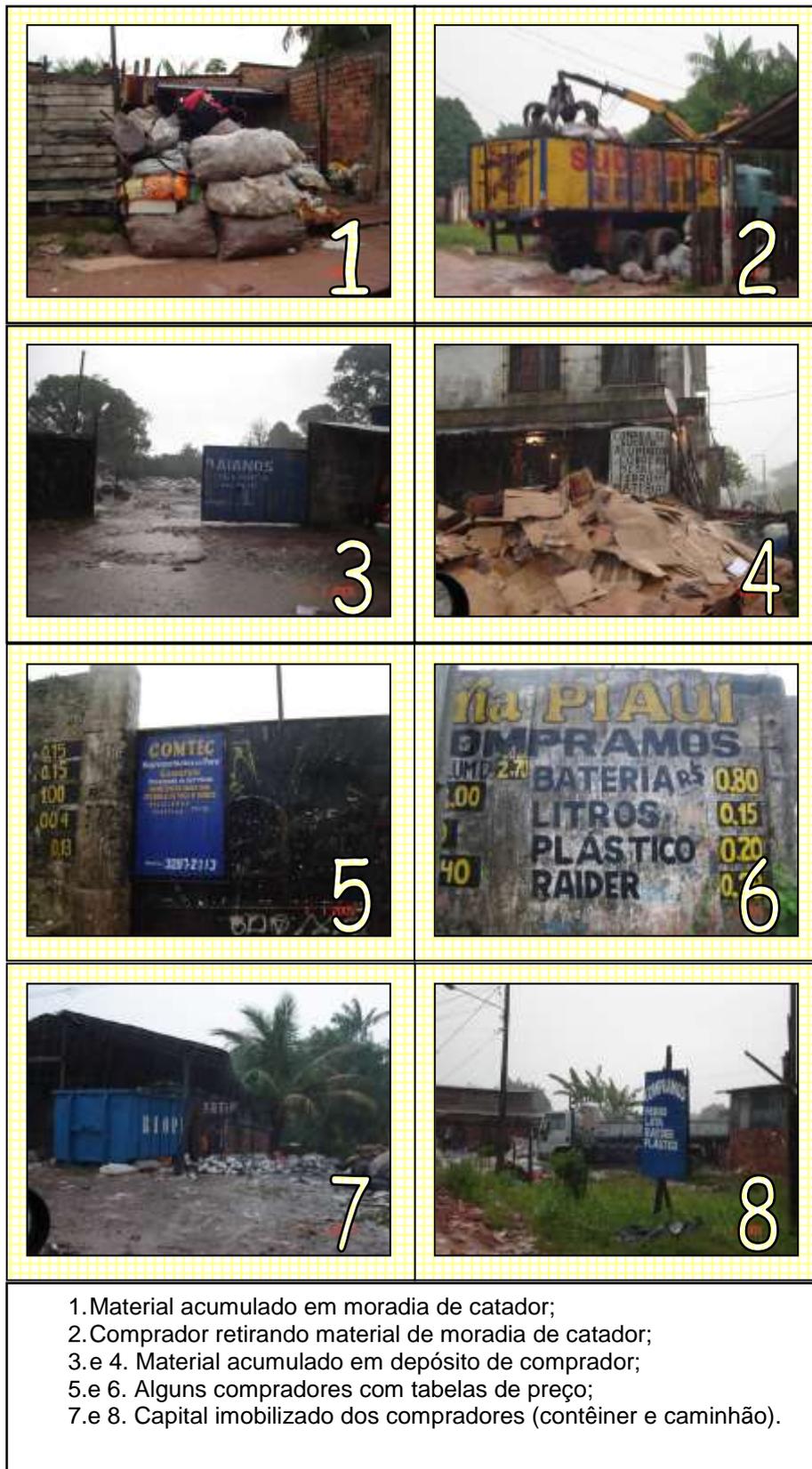


Imagem 8: Fotografias do autor, da dinâmica no entorno do Lixão do Aurá.

3.2.3.1. As relações de poder no lixão e seu entorno

Não podemos adentrar nas questões de territorialidade e não apresentar os conflitos, as disputas e as ações que confrontam forças distintas. A seqüência de atravessadores ou de compradores “mais fortes”, por exemplo, diminuem os ganhos com a catação e acaba qualificando a exploração da pobreza. Mas, sobre este fenômeno, há o que ser aprofundado.

Quando falamos das relações de poder no lixão e seu entorno, estamos tratando de uma evidência capitalista mais mercantil que comercial; um cenário de territorialidades sobre o mesmo espaço geográfico; um local onde o catador está especializado e percebe que sua territorialidade é permeada por conflitos de interesse.

A força do catador é reflexo da força do MNCR. Nossa pesquisa procurou saber dos catadores se eles percebem a ação do Movimento Nacional e do Movimento Estadual de Catadores de Materiais Recicláveis.

Os dados encontrados nos facilitam a percepção de uma ideologia e a fragilidade de sua implantação (v. Ilustração 19 e Ilustração 20, p. 102). Perceber as ações do Movimento Nacional é acreditar nas conquistas e na identidade do grupo, até porque o MNCR não atua, diretamente, sobre o Estado do Pará, mas sim nas articulações no cenário nacional que deverão ser refletidas nos territórios estaduais e municipais, em ações mais específicas e centradas pelos seus representantes nas esferas menores. Neste sentido, o movimento estadual peca. Os dados quanto à percepção das ações do movimento estadual refletem a carência de que os clamores nacionais se espelhem e se espalhem sobre a territorialidade dos catadores, garantindo a força necessária para as conquistas clamadas pela Carta de Caxias (v. Item 2.1.2), contra toda força desarticuladora possível, seja ela do Estado, por inoperância ou por ações fantasiosas (v. Item 3.3), seja ela do capital que impõe limites à luta dos catadores, em Belém. Isto é, as articulações nacionais seriam refletidas por ações estaduais quando a percepção de ambos os movimentos estiverem próximas.

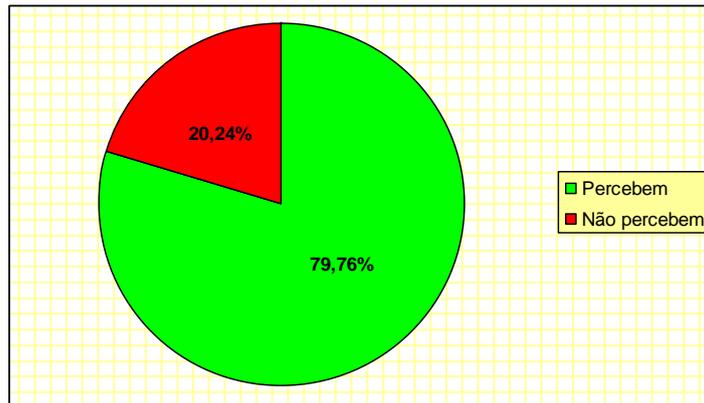


Ilustração 19: Gráfico da percepção da ação do MNCR, pelos catadores, da nossa amostra.

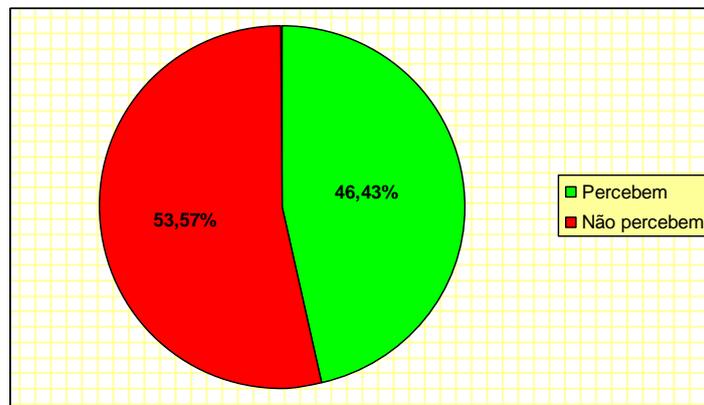


Ilustração 20: Gráfico da percepção da ação do movimento estadual, pelos catadores da nossa amostra.

A organização social dos catadores, um dos dezoito clamores da Carta de Caxias, é elemento de união, articulação e força. Belém apresenta uma situação ilusória, neste sentido, já que as organizações sociais de catadores estão estabelecidas, mas carentes de um fortalecimento, a partir de um caráter de identidade e introspecção desta realidade. A Associação Cidadania para Todos, por exemplo, entre os benefícios entendidos pelos seus representantes entrevistados em nossa pesquisa, como fruto de estarem organizados, está o fato de trabalharem em um galpão, protegidos contra Sol e chuva, em condições menos desfavoráveis que seus pares sobre o lixão.

Os associados prestam serviço de triagem de materiais reciclados a empresa proprietária do galpão, a CRA. A triagem deve ser entendida como uma atividade, realmente, distinta, da catação. Como triagem, dentro dos processos de reciclagem, está a classificação do resíduo, etapa posterior à tipologia, que caracteriza a catação. Exemplo: cata-se plástico, tria-se policloreto de

vinila (PVC), polietilenos e alta e baixa densidades (PEAD e PEBD), poliestireno (PS), polietileno tereftalato (PET), polipropilenos (PP) e outros.

Os catadores da Associação entendem que as condições de trabalho são mais favoráveis, contudo, as vemos como menos desfavoráveis. Primeiramente, o contrato da CRA com a Associação versa sobre aluguel do galpão de depósito, como se houvesse, de direito, uma obrigação pecuniária com a CRA, no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) mensais, para que os associados pudessem utilizar a área, conforme sua conveniência. O que vimos é que este contrato não se configura de fato. A Associação não paga o aluguel. Os associados, por sua produção na triagem, recebem um valor pelo peso produzido, pago pela CRA. Para o capitalista é interessante, pois, enquanto houver o instrumento de locação, o “locatário” torna-se responsável pela manutenção e adequação do imóvel à atividade. O fato do imóvel não apresentar condições sanitárias mínimas incorre em falha do locatário. Idem quanto a sua estrutura, carente de vestiários ou cozinha para a alocação de uma geladeira sequer. A necessária dedetização, desratização e outras prevenções, inclusive contra animais peçonhentos já encontrados no local, também importa em responsabilidade do usuário do prédio.

Por outro lado, a inexistência de um contrato de prestação de serviço culmina na desobrigação, de qualquer das partes, ao uso de equipamentos de proteção individual (EPI's), item comum em contratos do estilo. Se o capitalista fosse o responsável, deveria disponibilizar o equipamento; se fosse o prestador de serviço, deveria alocar percentual correlato no preço dos trabalhos, à proteção dos associados. Os integrantes da Associação só se valem de EPI's doados, como no caso da mais recente, realizada pela CNBB.

No cenário das relações de poder, a PMB apresenta-se como um ator fundamental para a manutenção desta realidade. Não estranhemos se a próxima “grande” ação do poder público local, em prol dos catadores, for a inauguração de uma sede nova para a COOTPA, que hoje ocupa prédio da SESAN. As questões conceituais e a prática distorcida que envolvem o trabalho atual da cooperativa e as ações pouco suportadas em pilares socioeconômicos da PMB minimizam o problema e mascaram o aumento freqüente da po-

pulação de catadores sobre o lixão. A ausência de políticas públicas e ações mais contundentes de garantias de direito civis e corroboração de conquistas de classe submetem os catadores organizados a confrontos constantes com a Prefeitura de Belém.

Tais confrontos, também, caracterizam a ausência do poder público. Mas como confrontar-se, estando ausente? É exatamente isto que percebemos no período de pesquisa. A gestão pública, prefeitura propriamente dita, e a administração direta representada pela SESAN não se fazem representar por seus titulares, no atual momento. Cabe representar toda a estrutura da PMB, apenas o setor de ação social da SESAN, cuja habilidade política incipiente ou inexistente constrói-se como mais um empecilho às negociações, pois não se trata de um setor com poderes decisórios, nem tampouco uma ouvidoria eficiente para a condução dos pleitos dos catadores aos níveis hierárquicos superiores do poder público municipal de Belém.

Em situações pretéritas, a Fundação Papa João XXIII (FUNPAPA), entidade municipal, trabalhou junto aos catadores e seus interesses. Isto – supomos – deve ter causado algum “alívio” ao quadro técnico da SESAN. As inserções da SEMMA também devem ter contribuído para uma menor carga sobre a unidade gestora do saneamento de Belém. O problema é que o Complexo do Aurá, como vimos no Item 2.3.1.3, é objeto de administração da SESAN e as relações advindas dele não podem estar alijadas dos pronunciamentos, das opiniões, das decisões, da firmeza e do equilíbrio governamental administrativo desta unidade municipal.

Percebemos que em vários momentos da história recentíssima das articulações em torno de modificações operacionais no Complexo do Aurá, os boatos apresentam-se muito enfáticos. Chamamos de boatos, mais precisamente, as “iniciativas” de fechamento do lixão à catação de materiais recicláveis. Este contraponto já foi abordado, isto é, fechar o lixão, como vazadouro a céu aberto está previsto no Programa Nacional Lixo & Cidadania (v. Item 2.1.2) e terá que ser feito um dia, mas em um dia em que se tenha garantido o labor digno aos catadores. Este confronto, ou melhor, as reações a estes boatos, foram sempre motivos de “união”, mesmo que efêmera, dos catadores ali “sedia-

dos”, refletindo, neste jogo de poder, entre PMB e catadores, o sentimento de espaço apropriado que relatamos na Introdução.

Claro que este é apenas um exemplo notório desta disputa por território, pois se percebermos, este conflito é constante neste trabalho, desde a segregação urbana, até a dinâmica do material reciclável do Aurá e seu entorno, bem como, este cume que é o sentimento de domínio sobre o lixo.

3.3. A gestão municipal e os catadores.

A Prefeitura é constitucionalmente responsável pelos serviços de limpeza urbana. Entretanto, é fundamental estabelecer parcerias com todos os segmentos sociais que possam contribuir para viabilizar os aspectos técnicos, financeiros e sociais necessários a um bom sistema de gestão de resíduos (ABREU, 2001, p.13).

De fato, há responsabilidades inerentes ao poder público municipal, mas entendemos que a participação popular é fundamental para a minimização de impactos socioambientais correlatos à geração do lixo, nas cidades. As parcerias devem iniciar no seio administrativo municipal, a partir da multidisciplinaridade que envolve a questão, como já citamos no Capítulo 2. A Prefeitura é, por si só, uma entidade multidisciplinar e estão envolvidas nesta política, ou agenda administrativa para os resíduos sólidos, a saúde pública, o meio ambiente, o saneamento básico, a ação social, a educação, o direito, a segurança pública, o urbanismo e a economia, com ênfases distintas, conforme as etapas a serem cumpridas.

Em Belém, as ações que conseguimos visualizar, em nossa pesquisa, restringem-se à ação social (FUNPAPA), ao saneamento básico (SESAN) e ao meio ambiente (SEMMA), com alguma parcela, em projeto, para a Secretaria Municipal de Economia (SECON) e para a Secretaria Municipal de Educação (SEMEC).

3.3.1. Avaliação sociopolítica do Complexo do Aurá: projetos centralizados, acertos e equívocos de gestões de partidos políticos distintos.

A história recente da preocupação (?) municipal com a problemática dos catadores incorre em dois momentos distintos, em Belém. Um primeiro, iniciado em 1997, com duração de dois mandados, onde a PMB foi gerida pelo

Partido dos Trabalhadores (PT), sendo seu titular, em todo este período, o Sr. Edmilson Rodrigues. O segundo momento reflete os últimos dois anos e meio, cuja administração confere ao Sr. Duciomar Costa, eleito, constitucionalmente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), sigla que, ainda, prestigia.

Ambas as administrações entenderam – ou ao menos nos fizeram entender, assim – que a problemática dos resíduos sólidos será circunscrita ao Lixão do Aurá e seu entorno. Se considerarmos as condições urbanas e a presença maciça de catadores residindo nos bairros daquela zona, estaríamos satisfeitos, obviamente, se ações públicas direcionassem-se a estes excluídos.

Restam-nos dúvidas quanto à eficiência, para os gerenciamentos social, econômico e ambiental que envolvem os resíduos sólidos, quando as soluções migram para a destinação final, seja o tratamento, seja a disposição. Inquieta-nos que a fonte seja preterida, em razão de um custo operacional com transporte de material volumoso voltado ao destino final, sem que ações mais dispersas pela cidade sejam efetivadas, como por exemplo, pátios de compostagem próximos às feiras livres ou centrais de abastecimento, sem que os catadores deixem de ser beneficiados. Idem, para centrais de recebimentos de sólidos secos destinados, senão à reciclagem imediata, ao menos aos benefícios físicos de minimização de volume, que, dificilmente, seria, por suas condições sanitárias controladas, obstáculos percebidos pelos ricos, ao seu cotidiano vivido.

De qualquer forma, falamos em distinção e somente relatamos as similitudes. Embora política, social e técnica, nossa avaliação não será partidária, até porque não é objetivo deste trabalho levantar questões ideológicas e confrontá-las à forma gerencial que os titulares da PMB utilizaram para a administração municipal de Belém. Avaliação política não deve ser entendida como uma comparação gestonária dos referidos períodos, nem tampouco conferir a uma ou a outra gestão, algum conceito ponderado de mérito ou demérito, senão pelo foco exclusivo do nosso tema, não nos importando quanto tempo um ou outro prefeito teve para as ações, mas sim, as ações em si, e, no caso da atual administração, suas projeções. Os acertos e os equívocos circunscrevem-se à nossa análise.

3.3.1.1. Biorremediação (Sementes do Amanhã e Coleta Seletiva)

A “Biorremediação do Aterro Sanitário do Aurá” tratou-se de um projeto arrojado em benefício do aumento da vida útil da referida disposição. Como não poderia deixar de ser, foi por intermédio da SESAN que começou sua implantação. Todavia, por se tratar de uma ferramenta biotécnica, voltada à decomposição acelerada dos resíduos degradáveis, por injeção de bactérias nas células, diminuindo o volume aterrado e aumentando a capacidade, da mesma célula, em receber novos resíduos (LMRESÍDUOS, 2007), de nada nos vale avaliar seus préstimos ou falhas ao gerenciamento dos resíduos sólidos de Belém. Importa-nos, sobremaneira, o respaldo social deste projeto de engenharia. Importa-nos o que foi chamado de "Projeto de Desenvolvimento Humano das Comunidades do Aurá" (PDHC – Aurá).

O projeto inicia-se em 1997 e busca alguns alcances sociais interessantes aos catadores de materiais recicláveis e suas famílias, extensivo, como ação, verdadeiramente, urbana, aos moradores do entorno do lixão; intenta resultados positivos na saúde pública, no lazer, no esporte e na cultura (SESAN, 2003). A capacitação de jovens é outra vertente que merece louvores, a partir do programa “Meu Primeiro Emprego”.

O PDHC – Aurá pode ser resumido por etapas iniciadas em um cadastro socioeconômico a subsidiar 4 (quatro) subprojetos: (a) Alfabetização de Jovens e Adultos; (b) Geração de Trabalho e Renda e Capacitação Profissional dos Trabalhadores; (c) Educação Sanitária e Ambiental e; (d) Organização Comunitária.

Chama-nos particular atenção um dos objetivos do primeiro subprojeto: “desenvolver um processo de alfabetização que possibilite aos educandos (as) autonomia intelectual e leitura crítica da realidade”. Quanto à geração de trabalho e renda, percebe-se um subprojeto realmente centrado na capacitação dos trabalhadores do Aurá, na visão de mercado e no senso participativo, inclusive com capacitação operacional para as atividades em um futuro centro de triagem (pré-triagem, operação nas bancadas de triagem, enfardamento, limpeza das dependências, administração e comércio). O subprojeto preconizava,

ainda, a geração de renda a partir das oficinas de materiais recicláveis e a produção de gramíneas, com capacitação coordenada pela SEMMA (SESAN, 2003).

Entendemos como a ação mais interessante do segundo subprojeto a requalificação dos trabalhadores do Aurá. Uma ação projetada, efetivamente, contra a reprodução destes indivíduos e resgate do potencial laboral, de acordo com qualificações previamente existentes (SESAN, 2003). Isto é, a partir de que funções estes catadores foram encaixados no conceito de “trabalhador de ontem”, citado por Rodrigues (1998) e já apresentado neste trabalho (v. Item 2.3.1.1). A reinserção deste excluído no mercado de trabalho que não ofereceu outra opção senão a catação dispõe-se como uma ação de Estado, efetivamente, social e louvável, a partir do nosso entendimento quanto à territorialidade dos catadores e seus efeitos.

Educação ambiental e educação sanitária são itens de suporte que entendemos como complementares e necessários a qualquer projeto que margie a problemática dos resíduos sólidos. Muito embora compreendamos que “sensibilização” e “conscientização” – termos citados nos objetivos deste subprojeto – espelham-se como etapas bem distintas no alcance dos interesses pedagógicos. Cremos que sensibilizar mais é factível que conscientizar, sendo este último, o resultado de um processo contínuo e maciço de informações ambientais e estruturais que possibilitariam um discernimento aprofundado da questão. De toda sorte, assim foram, ambos os termos, tomados como objetivos do referido subprojeto (SESAN, 2003). Culmina, dentre tantas boas metas, como a mais interessante, na nossa visão de participação da comunidade do entorno, na solução dos problemas urbanos, a capacitação de agentes ambientais comunitários, que, segundo o subprojeto, chegaria à 70 (setenta) colaboradores.

O subprojeto de organização e mobilização comunitárias – interpretamos – é nada mais, nada menos, que um grande fórum local. Buscar-se-ia, segundo (SESAN, 2003) a aproximação dos grupos organizados e dos por se organizarem, sempre com os mesmos rigores técnico-pedagógicos de capaci-

tações e com os mesmo objetivos de alcance comunitários, em favor – é claro –, daquela comunidade periférica.

De toda forma, temos três destaques a dar, neste primeiro momento de análise: Recicladores do Aurá, Sementes do Amanhã e Coleta Seletiva. Este último, parte integrante do segundo subprojeto (Geração de Trabalho e Renda e Capacitação Profissional dos Trabalhadores) e fundamental para a inserção digna do trabalho destes catadores, no processo inerente à geração de lixo (MIRANDA NETO, 2000; ABREU, 2001) foi percebido pela gestão municipal, donde, a partir da implantação dos Pontos de Entrega Voluntária (PEV's) e de um trabalho de panfletagem, com início no bairro do Reduto (terceira maior renda média mensal da cidade, com pouco mais de 19 SM's), portanto em área cuja renda sugere a geração de recicláveis, além da disponibilização de caminhão e capacitação a cooperados da COOTPA, se pensou ser efetivado.

O “Recicladores do Aurá” buscava a catação na área comercial, em especial nos *shopping centers*, da cidade. Projetado para atuação de 20 (vinte) catadores, foi, na verdade, efetivado por 12 (doze). A Associação Cidadania para Todos surgiu, após o governo do PT, com base no sucesso que o “Recicladores do Aurá” alcançou.

O “Sementes do Amanhã”, focado na clientela infanto-juvenil, buscando a inserção educacional deste público em “atividades extra-curriculares, pedagógicas e de arte-educação”, também é um pilar social louvável da gestão municipal. Este projeto foi o apoio que o poder público articulou à entrega de bolsas-escola (SESAN, 2003).

3.3.1.2. Centro de Triagem e Pátio de Compostagem.

Na segunda gestão analisada, a PMB não manteve as articulações multidisciplinares das suas competências, restando à SEMMA, o projeto do Centro de Triagem e Pátio de Compostagem, onde se insere, também, área destinada à reciclagem artesanal do papel.

Este projeto, segundo seus autores, é baseado nas experiências do Baixo Tocantins, isto é, num retorno cíclico que os próprios autores desconhe-

ciam (v Item 3.2.1.1). O projeto é excelente. A localização, dentro do Complexo do Aurá, à beira de pista asfaltada e entre às células e a administração, também é, logisticamente, positiva. O cuidado operacional para o trato dos resíduos entrantes e sua triagem, também, englobam o saldo positivo do projeto.

A área, atualmente, não é cercada, apesar de termos visto guarita de segurança, contudo foi-nos repassada a intenção, desta gestão, em cercar o ambiente para a segurança do material.

Os equipamentos para a operação foram todos previstos e as condições sanitárias das instalações se adequam aos aspectos sanitários e estéticos e de bem-estar que citamos no Capítulo 2.

3.3.1.3. Análise dos momentos políticos mais recentes.

Temos como analisar estes momentos descritos, a partir de duas óticas: uma, onde, como observadores-pesquisadores, nos valem dos conceitos telados neste trabalho para expor considerações próprias e; outra – onde não nos alijamos de participar – voltada à percepção dos catadores.

Ratificamos que não objetivamos uma avaliação da gestão, senão, por nosso objeto. Isto é suficiente para que não invadíssemos as entranhas processuais ou avaliássemos os indicadores quantitativos e qualitativos, bem como os resultados esperados pelo PDHC – Aurá, até porque não intentamos avaliar o projeto em si, mas sim a participação da gestão pública, neste contexto de exclusão e conflitos territoriais. Podemos perceber que, com raras exceções, não apresentamos os números tencionados pelo projeto da administração do PT.

Exposta as considerações preliminares, por entender que sem coleta seletiva não haverá possibilidade digna de trabalho aos catadores (ou triadores) dos resíduos urbanos, resolvemos iniciar nossa análise com esta ação pública.

Em Belo Horizonte (MG)⁶⁶, durante um período em que o Partido dos Trabalhadores administrou aquela cidade, buscou-se a entrega voluntária de resíduos sólidos recicláveis, em acondicionadores próprios (?) para metais, plásticos, vidros e papéis e papelões, com capacidade para 240 (duzentos e quarenta) litros, confeccionado em plástico rígido, com tampa e rodízio, em cores específicas, por resíduo. Os locais onde se dispunham os 4 (quatro) coletores foram chamados de Locais de Entrega Voluntária (LEV's).

Os LEV's belorizontinos, conforme informações coletadas na Secretaria de Limpeza Urbana (SLU)⁶⁷, já haviam cumprido sua etapa piloto e sua abrangência ganhava, no ano de 2003, uma área significativa. A recorrência de danos ou furtos aos coletores, apesar das comunidades vizinhas serem informadas da importância em mantê-los, era item de verificação para a retirada do serviço, qual fosse o local.

Esta depredação também foi evidenciada, em Belém. Em nossas incursões aos prédios da SESAN, vimos vários coletores expostos à espera de recuperação. O descuido da população, de forma geral, com os acondicionadores públicos é fator recorrente, nestes últimos anos, em que a PMB apresentou-nos coletores, indiscutivelmente, mais agradáveis à visão e à utilização.

Entretanto, consideramos que esta situação não pode ser creditada, exclusivamente, à má educação ou ao descuido com a coisa pública, por parte da população. É gritante, porém, o fato da Imagem 9 ser fruto de fotografia tomada na Av. Oliveira Belo, em uma face de quadra, que conforme os Mapas Temáticos da CODEM, apresenta a segunda maior faixa de valorização dos terrenos da cidade, onde a pista é asfaltada e dispõe de todos os equipamentos urbanos, excetuado pelo trânsito de coletivos, que se apresenta na Av. Alcindo Cacela, a poucos metros do local da fotografia.

⁶⁶ As informações a respeito foram coletadas pelo autor, em visitas técnicas realizadas à capital mineira, em 2003 e 2005.

⁶⁷ Antes da gestão citada, a SLU era Superintendência de Limpeza Urbana, o que voltou a ser recentemente. Durante o período da visita técnica, se apresentava como órgão da administração direta municipal belorizontina, na condição de secretaria.



Imagem 9: Fotografia do autor, de coletor condominial, disponibilizado pela PMB, em condições precárias.

Este descuido pode, também, ser atribuído às formas com que a PMB, no mandato do PT, articulou e executou suas “campanhas educacionais”. À coleta seletiva com o alcance pedagógico populacional ao piloto bairro do Reduto apresentou como ferramenta didática mais visível ao grande público, a panfletagem nos semáforos, principalmente, no referido bairro.

Não temos dúvidas que esta ação é tão incipiente, quanto ineficiente. Senão, cabe-nos perguntar se algum guarda municipal trabalhou como orientador do correto acondicionamento, ao lado dos PEV’s? Se a SESAN dispôs funcionários para medir a eficiência da panfletagem, com a avaliação de mistura nos coletores para o lixo potencialmente reciclável? Por quanto tempo os catadores acreditaram e utilizaram os PEV’s como seleção na fonte, de forma satisfatória?

Na mudança de governo, o PTB retirou os PEV’s. Qual nossa surpresa, após considerável hiato, vê-los novamente nas ruas do Reduto, com a logomarca da nova gestão. Se houve falhas na condução da coleta seletiva na boa idéia do governo do PT, o PTB primou por ratificá-las (falamos das falhas). Sem projeto, ao menos divulgado, para a manutenção da coleta seletiva em novas formas de educação ambiental, o atual governo vê seus PEV’s nos pátios da SESAN e não mais nas ruas, como um fracasso notável pela população.

Recentemente, a atual gestão reformulou suas ações e parece estar se voltando a ambientes fechados, como escolas públicas municipais, onde a efetividade do controle, em tese, pode ser mais bem evidenciada (v. **Anexo IV** – Panfleto de Coleta Seletiva).

Por outro lado, a atual gestão volta-se a um projeto muito bem elaborado e executado. O Centro de Triagem e o Pátio de Compostagem, internos ao Complexo do Aurá (v. Item 2.3.1.3) se apresentam como uma obra notável, tanto em suas arquitetura e engenharias, como no seu leiaute operacional. Uma obra capaz de operar dentro dos princípios de dignidade troados pelo Programa Nacional Lixo e & Cidadania e pelo MNCR, contudo pequeno demais para ser um só investimento. Nossa estimativa é que não mais que 60 (sessenta) catadores possam usufruir desse trabalho digno. Isto incorre em deficiência e fragmentação.

Entendemos que obras como estas podem ser replicadas em outros locais da cidade; próximas às fontes geradoras. É-nos complicado o entendimento de uma triagem de resíduos, no complexo de disposição final, ou seja, depois do transporte, que como vimos, é realizado por caminhões compactadores. Quais as garantias de que vai se triar e não continuar se catando sobre lixo?

Acabamos de concluir que falta respaldo social ao projeto. Talvez por se tratar de uma iniciativa da SEMMA, sem o intercâmbio disciplinar possível em uma gestão pública.

O primeiro mandato avaliado está mais próximo de atribuir conquistas aos catadores, já que o PDHC – Aurá soube prever o que deveria ser previsto. Percebemos que a atual gestão está muito mais centrada na operação que nas relações que o lixo urbano traz consigo.

Os catadores, por sua vez, não foram tão analíticos ao serem perguntados se foram beneficiados por alguma ação da PMB. Dos 84 (oitenta e quatro) catadores da amostra válida, 61 (sessenta e um) responderam não ter recebido nenhum benefício da PMB, o que remonta a quase três quartos da amostra (72,62%).

Por outro lado, do quarto restante, foram lembrados o Agente Jovem, indenização, o Bolsa Escola e o Sementes do Amanhã, conforme número de citações expressas na Ilustração 21.

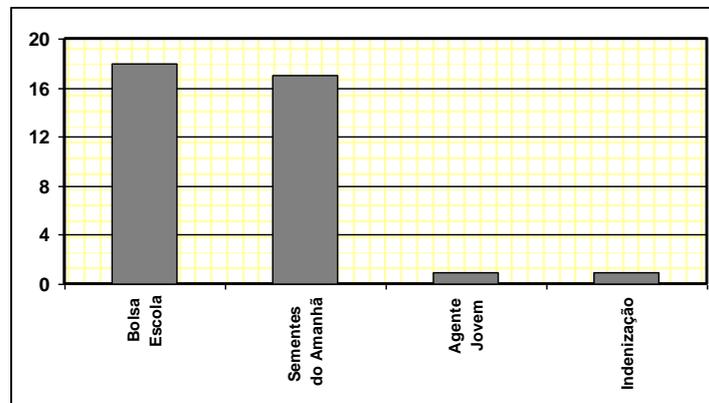


Ilustração 21: Gráfico das citações dos benefícios atribuídos à PMB, na visão dos catadores da nossa amostra.

Analisando os dados, excetuando somente o único evento aportado à indenização, podemos qualificar que todos os benefícios visualizados pelos catadores estão associados à gestão do, então, petista, Sr. Edmilson Rodrigues⁶⁸. Há fatores que minimizam o impacto de pequenas lembranças destes benefícios: (a) não há como garantir que os catadores da amostra correspondam a catadores trabalhando sobre o lixão e seu entorno, durante a administração do PT e; (b) uma possível percepção equivocada, dentre os entrevistados, sobre o que é benefício.

Percebemos que o catador que se dizia organizado na Coleta Seletiva, dizia, também, jamais ter recebido algum benefício da PMB. Esta resposta negativa, da mesma forma, foi identificada em respostas de catadores que trabalharam no “Recicladores do Aurá”. Contudo, vale o que está escrito. Vale o que, voluntariamente, os catadores responderam. E, nesta análise mais ampla, os catadores sentem falta de benefícios mais presentes e cotidianos, como podemos perceber nas lembranças do “Bolsa Escola” (benefício pecuniário atrelado à educação infanto-juvenil) e do “Sementes do Amanhã” (benefício educacional), muito embora, globalmente, tenham sido pouco lembrados.

⁶⁸ O Sr. Edmilson Rodrigues, durante a feitura deste trabalho, defendia a sigla do Partido Socialista (PSOL).

Capítulo 4: Considerações finais.

Não haverá fim para a segregação urbana. O lixo jamais deixará de ser gerado. Os materiais recicláveis continuarão possuindo valor econômico e valor ambiental. Sempre haverá, na pobreza, possibilidades da catação. De tudo, então, que citamos, o que e como pode ser feito?

Não podemos fugir de um suporte trinomial: um novo modo de integração econômica fundamentado na reciprocidade (HARVEY, 1980); a gestão pública e; a organização social dos catadores de materiais recicláveis.

Este processo pode até seguir caminhos, aparentemente, paradoxais. Ou seja, pode nascer e crescer tanto “de cima para baixo”, como “de baixo para cima”. Falamos dos valores da reciprocidade, da troca de serviços e de bens – como sugerimos ao comentar a necessidade da catação ser apreçada (v. Item 1.3.1) –, pressionando a gestão pública a olhar e a fazer pelos catadores; como falamos dos catadores, devidamente, organizados – e outros setores, em corporação forense –, pressionando a gestão pública rumo a um modo de integração econômica, que substitua o atual modo de produção mercantil.

De toda sorte, os governos municipais agirão somente por pressão ou por vontade, pois já aprendemos com Harvey (2005) que o Estado atua quando chamado a dirimir conflitos, mormente, entre o poder econômico e as necessidades sociais. Isto é, a pressão é fundamental para que a Carta de Caxias seja refletida em conquistas em qualquer local deste país, inclusive Belém.

Nada disso é rápido. Os resultados – entendemos – sempre serão melhores e mais passíveis de efetividade, se voltarem-se a pequenos grupos. Não há projeto, hoje, que beneficie todos os – pelo menos – 821 (oitocentos e vinte e um) catadores com eficácia, se centralizados no Complexo do Aurá e seu entorno.

Nada pode ser feito, entretanto, sem coleta seletiva na fonte. Esta prática, amplamente teorizada em vários e vários trabalhos acadêmicos e do terceiro setor, possui a seu favor, no Município de Belém, a Lei nº 7.631/1993,

que por si só, descentraliza ações do lixão e aborda a fonte geradora como início de um processo socioeconômico viável. Há, portanto, que se primar por estruturas, fisicamente, distantes do Complexo do Aurá, contudo, absolutamente, ratificadoras da territorialidade dos catadores, não mais como catadores sobre os lixões, mas sim, como agentes da limpeza urbana.

Sob o mesmo diapasão, a educação ambiental, verdadeiramente, pouco visível neste trabalho, deve ser um suporte pedagógico, tanto formal, quanto informal, na aceitação popular da nova prática (separação para coleta seletiva) e, obviamente, não pode ser resumida à panfletagem nos semáforos. Deve alcançar, em palestras ou outros métodos, os condomínios verticais e horizontais, os centros comunitários e as organizações civis de toda ordem, cujo universalidade, paulatinamente, poderia ser alcançada. Isto ratifica nossa análise de que pequenos grupos, vez a vez, sendo beneficiados, promoveriam novos elementos de monitoramento contínuo dos resultados para futuras melhorias.

Os trabalhos sobre a fonte geradora, inevitavelmente, ao longo do tempo, reduzem ou findam a prática dos atravessadores; aumentam a possibilidade de renda dos catadores e garantem a salubridade e a dignidade não vistas, hoje, sobre os lixões.

Este cenário ratifica esta territorialidade sob o foco de novos efeitos. Todavia, as condições para a territorialidade dos catadores também podem ser modificadas. A idéia de malha de gestão urbana de apropriação incompleta encarnada nos dois primeiros capítulos desta obra sugere oportunidades de mudanças tanto no condicionamento desta atividade, como nos seus efeitos, desde o apreçamento do labor em voga, até a prática da coleta seletiva que, naturalmente, conduz os catadores às fontes geradoras de materiais recicláveis.

A partir de então, devemos entender território, como visto no Capítulo 3, onde visualizamos o espaço urbano conscientemente apropriado. Os espaços inter-ligados também não distam desta realidade. Os catadores entendem que a coleta seletiva na fonte é fundamental para suas pretensões; percebem que suas condições de vida não possibilitam (re)mobilidades no sen-

tido oposto ao configurado por Corrêa (2005). Ao contrário: querem fixar-se onde estão, mas querem chegar às fontes geradoras.

Neste exato instante, aparece o poder municipal, em algum momento chamado por nós de artífice estrutural. Isto porque o Estado é ator dos elementos que justificam as possibilidades que o urbano representa. Com os catadores não seria diferente. Já há a lei. Já há o costume. Já há a cultura da catção. Já há a prática econômica. Já há a evidência da condição social, onde este trabalho se centra. Portanto, já constatamos a “convergência espacial das noções jurídica, social, cultural e afetiva, naturais do ser humano” que citamos na introdução deste trabalho. Desta feita, a coleta seletiva torna-se inevitável.

Falta ao poder público municipal de Belém entender e trabalhar o catador como um agente de limpeza pública, a Lei da Coleta Seletiva como um item de fiscalização e a prática de redução de recicláveis na disposição final simplesmente, como um benefício ambiental sem as marcas negativas que o aspecto social expõe.

Cabem, portanto, ao poder público, as estruturas físicas, o suporte técnico da ação social e o arcabouço pedagógico para a implantação efetiva de uma coleta seletiva, mas, cabe aos catadores, um processo de efetivação das ações articuladas pelo MNCR, em Belém, fortalecidas pelas ações de gestão ou doutrinadas em lei que não podem ser alijadas dos passos para as próximas conquistas, de tal maneira que Belém seja vista, pelos seus catadores, como fruto de ações específicas, já que bem fundamentadas pelo Movimento Nacional.

Enfim, catadores organizados, gestão pública comprometida, reciprocidade e ações descentralizadas ou voltadas às fontes geradoras de resíduos recicláveis são variáveis que comungam para os objetivos sociais do Programa Nacional Lixo & Cidadania e para os efeitos mais positivos de uma territorialidade urbana muito própria, rica em conteúdo, pobre aos olhos da economia e edificada sobre o sofrimento, o desemprego, o desespero, a fome e a esperança.

Referências

- ABREU, José Luiz Crivelatti de. **Controle dos resíduos sólidos com envolvimento de população de baixa renda**. Revista Saúde pública, São Paulo: , 24:398-406, 1990.
- ABREU, Maria de Fátima. **Do lixo à cidadania**. Estratégias para ação. Brasília: CAIXA, 2001. 94 p.
- AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. Dispõe sobre o Regulamento Técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde. RDC n. 306, de 7 de dezembro de 2004. **Lex**: Diário Oficial da União, Brasília, 4. Trim. de 2004. Legislação Federal e Marginália.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Resíduos Sólidos**: Classificação, NBR 10.004. Rio de Janeiro, 2004a. 71 p.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Resíduos Sólidos**: Classificação, NBR 10.006. Rio de Janeiro, 2004b. 3 p.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Resíduos Sólidos**: Classificação, NBR 10.007. Rio de Janeiro, 2004c. 21 p.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Resíduos de serviços de saúde**: Classificação, NBR 12.808. Rio de Janeiro, 1993. 2 p.
- BARROS, Liza Castelo Branco; PRADO, Edy Carvalho e; SILVA, Manoel Francisco. **Diagnóstico dos atuais catadores do lixão (pantanal) de Castanhal – PA**. Castanhal: PGIRS, 2005. 28 p.
- BELÉM. **CADASTRO_DE_CATADORES_E_PROJETOS.xls**. Belém, ?? de ??? de 2001. 1 arquivo (271 kbytes). Enviado por e-mail. Excel for Windows XP.
- BELO HORIZONTE. Lei n. 2.968, de 3 de agosto de 1978. Aprova o regulamento de limpeza urbana de Belo Horizonte. **Lex**: “Minas Gerais”, Minas Gerais, Belo Horizonte, 3. trim.1978. Legislação Municipal e Marginália.
- BELO HORIZONTE. Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Superintendência de Limpeza Urbana. **Coleta seletiva**: leve esta idéia para frente. Belo Horizonte: SMMA.SLU, 1996. 24 p.
- BORGES, Maeli Estrela. **Gerenciamento da limpeza urbana**, 27-28 de abr. de 2005. 104 f. Notas de Aula. Apostilado.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Congresso Nacional. 1988.
- BRASIL. Ministério da Ação Social. Secretaria Nacional de Saneamento. **Cartilha de limpeza urbana**. Brasília: MAS.SNS: IBAM.CPU, 1991. 81 p.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. **Diagnóstico do manejo de resíduos sólidos urbanos - 2002**. Brasília: MCIDADES.SNSA:IPEA, 2004. 218 p.

BRAUDEL, Ferdinand. As cidades. In.:_____. **Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV - XVIII**. São Paulo: Martins Fontes, 1994. v. 1, p. 439 – 510.

CARDOSO. Adauto Lúcio. Irregularidade urbanística: questionando algumas hipóteses. In: X ENANPUR, 1, 2003, Belo Horizonte. **Anais**. Belo Horizonte: ANPUR, 2003. 14p. Disponível em: http://www.observatoriodasmetrolopoles.ufrj.br/download/anpur2003_cardoso.pdf

CHIZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2006. 164 p. (Biblioteca da Educação. Série Escola)

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço Urbano: novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2004. 154 p.

COELHO, Hamilton. **Manual de Gerenciamento de Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde**. Rio de Janeiro: CICT/FIOCRUZ, 2000. 87 p.

CONSELHO NACIONAL DE MEIO AMBIENTE. Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil. Resolução n. 307, de 5 de julho de 2002. **Lex**: Diário Oficial da União, Brasília, 3. Trim. de 2002. Legislação Federal e Marginália.

CONSELHO NACIONAL DE MEIO AMBIENTE. Dispõe sobre o tratamento e a disposição final dos resíduos dos serviços de saúde e dá outras providências. Resolução n. 358, de 29 de abril de 2005. **Lex**: Diário Oficial da União, Brasília, 2. Trim. de 2005. Legislação Federal e Marginália.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. 7. Ed. São Paulo: Ática, 2003. p. 51-84. (Série Princípios 53)

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 4. Ed. São Paulo: Ática, 2005. p. 96. (Série Princípios 174)

CUNHA, Bruno. A interpretação geográfica da localização dos lixões municipais. **Revista Geo-ambiente on-line**, Jataí, n. 7, p. 45-54, jul./dez. 2006.

DAMIANI, Amélia. O urbano no mundo da mercadoria. In: CARLOS, Ana Fani A. e LEMOS, Amália (Orgs.). **Dilemas urbanos**. Novas abordagens sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2003. p. 367 – 369.

DIAS, Allan Rodrigues. **Condições de vida, trajetórias em modos de “estar” e “ser” catador: estudo de trabalhadores que exercem atividade de coleta e venda de materiais recicláveis na cidade de Curitiba (PR)**. 2002. 99f.. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Curso de pós-graduação em Psicologia, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo. HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980. 291 p.

GALLIANO, A. Guilherme. **O método científico**. Teoria e prática. São Paulo: Harbra, 1986. 200 p.

HAESBART, Rogério. O mito da

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980. p. 81- 102.

HARVEY, David. A teoria marxista do estado. In: _____. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Editora Annablume, 2005. P. 75-94.

KOOGAN, Abrahão e HOUAISS, Antônio. **Enciclopédia e dicionário**. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara Koogan, 1995.

LEME ENGENHARIA. **Projeto executivo do gerenciamento integrado de resíduos sólidos para Benevides**. 4. revisão. Belém, 2004. v. 1.

LMRESÍDUOS. Disponível em: <<http://www.lmresiduos.com.br/biorre.htm>>. Acesso em: 24 fev. 2007.

MACHADO, Nélia. **Estudo comparativo de soluções adotadas para o tratamento e destino final de resíduos de serviços de saúde**. 2002. 171f.. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental Urbana) – Escola Politécnica, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

MACHADO, Urbano. **Entidades** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <bcprocon@amazon.com.br> em 08 abr. 2006.

MARCONI, Marina e LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003. 311 p.

MAZZINI, Ana Luiza D. de Amorim. **Dicionário educativo de termos ambientais**. Belo Horizonte: Conselho Regional de Química - MG, 2003. 384p.

MIRANDA NETO, Manuel José de. O lixo e as políticas públicas. In: RECLICAGEM DO LIXO URBANO PARA FINS INDUSTRIAIS E AGRÍCOLAS, 1, 1998, Belém. **Anais**. Belém: Embrapa Amazônia Oriental/SECTAM/Prefeitura Municipal de Belém, 2000. 217 p. p 19 - 22.

MNCR. Disponível em: <<http://www.movimentodoscatadores.org.br/cartacaxiasdosul.aspx>>. Acesso em: 31 jul. 2007.

MONTEIRO, José Enrique Penido, et al. **Gestão integrada de resíduos sólidos: manual gerenciamento integrado de resíduos sólidos**. Rio de Janeiro: IBAM, 2001. 200 p.

NEVES, Rosa Helena; QUINTELA, Rosângela e CRUZ, Sandra Helna. (Orgs.). **A reinvenção do social**. Poder popular e política de assistência em Belém. Belém: Paka-Tatu, 2004. 341 p.

NUMA. Disponível em: <http://www.ufpa.br/numa/legislacao_belem.htm#_Residuos_Solidos>. Acesso em: 31 jul. 2007.

PALEN, J. Jonh. **O mundo urbano**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1975. 530p.

PARÁ. Lei n. 6.517, de 16 de dezembro de 2002. Dispõe sobre a responsabilidade por acondicionamento, coleta e tratamento dos Resíduos de Serviços de Saúde no Estado do Pará, e dá outras providências. **Lex**: Diário Oficial do Estado, Pará, Belém, 4. trim.2002. Legislação Estadual e Marginalia. Disponível em: <www.ioepa.com.br> em: 07 junho 2004.

RESOL. Disponível em: <<http://www.resol.com.br/bolsa.asp>>. Acesso em: 31 jul. 2007.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. **Dos cortiços aos condomínios fechados**: as formas da produção de moradias na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: IPPUR, UFRJ:FASE, 1997. p 37-101.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. **A construção e a utilização da tipologia socioespacial**, 03-07 de jul. de 2006. 31 f. Notas de Aula. Apostilado.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Produção e consumo no espaço**. Problemática ambiental urbana. São Paulo: Ed. Hucitec, 1998. 239 p.

RODRIGUES, Francisco Luiz; CAVINATTO, Vilma Maria. **Lixo**. De onde vem? Para onde vai? 2. ed. Reform. – São Paulo: Moderna, 2003. 95p. 17. reimpressão.

RUDIO, Franz Victor. **Introdução ao projeto da pesquisa científica**. 32 ed. Petrópolis: Vozes, 2004. 144 p.

SANTOS, Jacinta dos. **Os caminhos do lixo em Campo Grande**: disposição dos resíduos sólidos na organização do espaço urbano. Campo Grande: UCDB, 2000. 105 p.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1994. 157p.

SÃO PAULO (estado). Secretaria do Meio Ambiente. Coordenadoria de Educação Ambiental. **Coleta seletiva**: na escola, no condomínio, na empresa, na comunidade, no município. São Paulo: SMA.CEAM, 2002. 16 p.

SERNA, Aura González. Territorio e territorialización – una tentativa de interpretación de estas categorías geográficas-empíricas, importantes para la emprehensión-comprensión de diferentes objetos (fenómenos) de estudio en las Ciencias Sociales. In: ENCUENTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA, 11, 2007, Bogotá. **Anais**. Bogotá: Departamento de Geografía, Universidad Nacional de Colombia, 2007. CD-ROM.

SESAN. **Projeto de desenvolvimento humano das comunidades do aurá**. 2003. Disponível em: <www.semasa.sp.gov.br/Documentos/ASSEMAE/Trab_22.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2007.

SOUZA, Celina. Governos locais e gestão de políticas sociais universais. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, Vol. 18, N. 2, p. 27-41, abr./jul. 2004.

SILVA, Edmilson Bechara. O destino do lixo na metrópole de Belém. In: RECLICAGEM DO LIXO URBANO PARA FINS INDUSTRIAIS E AGRÍCOLAS, 1, 1998, Belém. **Anais**. Belém: Embrapa Amazônia Oriental/SECTAM/Prefeitura Municipal de Belém, 2000. 217 p. p 43 - 55.

SPOSITO, Eliseu. Conceitos. In:_____. **Geografia e Filosofia**: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: UNESP, 2004. p. 87-119.

TRINDADE JR, Saint-Clair. Estrutura, processo, função e forma. Aplicabilidade à análise do espaço intra-urbano. In: CARLOS, Ana Fani (Org). **Ensaio de Geografia contemporânea Milton Santos**. Obra revisitada. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 133 – 140.

TRINDADE JR, Saint-Clair. **Teoria e método em Geografia**. Mar. 2006. Notas de aula. CD-ROM.

VELHO, Gilberto. Reflexões sobre a Escola de Chicago. In.: VALADARES, Lícia (org.). **A Escola de Chicago**. Impacto de uma tradição no Brasil e na França. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005. p. 53 – 68.

VILLA, Mariano Moreno. **Dicionário de pensamento contemporâneo**. São Paulo: Paulus, 2000. (Coleção dicionários)

ZERBINI, Fundação. **Relatório_Belém.pdf**. Belém, 29 de julho de 2004. 1 arquivo (1,78 Mbytes). CD-ROM. Adobe Reader 7.0.



Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-graduação em Geografia
Mestrado em Geografia
Rua Augusto Corrêa, nº 1
66.000-000 Belém – PA
www.ufpa.br